

A dimensão afetiva da família  
“Assim caminha a humanidade”  
A família na Constituição  
A instituição familiar vai mal mas a família ... vai bem, obrigado!  
Vencendo preconceitos  
Por que tantas separações?  
Matrimônio é Sacramento?  
Divorciados que voltam a casar-se  
Atuar sobre as causas  
A assim chamada “família incompleta”  
O prazer de estar juntos  
Os movimentos e as “famílias incompletas”

**fato**  
e razão



Número Especial  
Ano Internacional da Família  
Nações Unidas  
Movimento Familiar Cristão

2<sup>a</sup> edição

# Recado ao leitor

As repercussões do Ano Internacional da Família se estenderão por muitos anos, certamente produzindo frutos abundantes.

Nunca se falou tanto sobre família como nesse ano especial. A quantidade de seminários, congressos, livros, programas de governo, políticas de apoio às famílias, ações das Igrejas e tantos outros eventos, produzidos e realizados em todo o mundo há de ter consequências. Vale o otimismo.

Esta edição especial da sua revista, caro leitor, faz parte desta gigantesca mobilização. Este número está inteiramente dedicado à reflexão profunda sobre as realidades familiares que exigem de cada um de nós novas posturas, ações e revisões de conceitos, para que sejamos respostas às necessidades reais de famílias concretas que tanto esperam de nós, dos nossos movimentos, dos governos, das Igrejas, das Nações Unidas e tantos outros organismos de que dependem uma verdadeira política social familiar e de mais adequadas pastorais familiares.

Neste número especial, leitor amigo, você encontrará pistas para a reflexão e ações objetivas, orientadas para esses fins.

Para que você, seu grupo ou sua comunidade, sejam atores efetivos nessa luta por transformações estruturais que permitam a todas as famílias conseguirem ser realmente famílias, respeitados os diferentes tipos e estilos de vivência familiar que tenham escolhido.



# fato e razão

## ÍNDICE

<b>Edição</b>	
Movimento Familiar Cristão	
<b>Conselho Diretor Nacional</b>	
José e Ione Assis	
Arthur e Elza Diniz	
Antonio e Sebastiana Leão	
Mário e Ilma Silva	
Margarida Rego	
Carlos e Maria Nilza Mendes	
Antonio e Marcolina Sanitá	
Helio e Clara Lucia Martins	
Newton e Lenir Pedroso	
Lorici e Ermelinda Probst	
<b>Equipe de Redação</b>	
José e Beatriz Reis	
Helio e Selma Amorim	
<b>Consultoria</b>	
IBRAF – Instituto Brasileiro da Família	
<b>Capa</b>	
Símbolo do Ano Internacional da Família – Nações Unidas	
<b>Distribuição e Correspondência</b>	
Livraria do MFC	
Rua Espírito Santo, 1059/1109	
Tel. (031) 222-5842	
30.160-031 Belo Horizonte MG	



# ”Têm olhos e não vêem, ouvidos e não ouvem”...

(Salmo 115,5)

Basta ter os olhos bem abertos para perceber que hoje já não podemos falar de “família” no singular.

Com efeito, multiplicam-se os vários modos ou estilos de se fundar e de se viver a vida familiar.

Até bem pouco tempo atrás, família e instituição familiar quase significavam a mesma coisa.

Quem defendia ou atacava uma, defendia ou atacava, por via de consequência, a outra.

Hoje, como fruto da evolução cultural e das atuais condições sócio-económicas, já não acontece isto. Permanece o que se convencionou chamar “instituição familiar”, baseada em valores hoje controvertidos e questionados.

Antes eram considerados “não famílias” os grupos familiares que se formavam à margem do ideal estabelecido; hoje, esses mesmos grupos, cada vez mais numerosos e diferenciados, coexistem com famílias consideradas “bem estruturadas”, sem maiores problemas, questionando-as e levando-as a refletir e a se ressituir diante de opções que pareciam irretocáveis tanto em sua essência quanto em seu modo de ser.

Não vamos descrever aqui os vários tipos de família hoje existentes. Esse é um assunto por demais conhecido e bastante explorado pela mídia.

Dentro das próprias famílias cristãs o problema existe. Muitas vezes os pais estão na “deles” e os filhos (ou alguns dentre eles) estão na “sua”. E percebem esses pais que, embora se conservem fiéis aos valores que norteiam sua vida, não podem obrigar ou forçar os filhos a fazerem sua, uma opção que não é a deles.

Sueño, de Diego Rivera



José e Beatriz Resende Reis  
Presidente do IBRAF  
Instituto Brasileiro da Família

Podemos apontar várias causas que originaram essa mudança hoje instalada, tanto na perspectiva quanto nos estilos familiares dos grupos familiares:

– rapidez e profundidade das mudanças provocadas pelo processo de evolução cultural;

– destruição dos valores antigos antes que novos valores ou novos estilos de se viver os valores antigos fossem encontrados e assumidos;

– desencanto causado por uma vivência resignada de desamor, percebido nos casais ou nas famílias consideradas bem estruturadas, tanto a nível civil quanto a nível religioso;

– espírito competitivo permanente, exigido por uma sociedade de consumo, dificultando a vivência e manutenção de famílias como comunidade de pessoas;

– dificuldade de se viver um relacionamento estável de amor devido a uma civilização que supervaloriza os objetos descartáveis, ao mesmo tempo que desvaloriza investimentos que não dêem o retorno entrevisto ou desejado;

– desajuste entre o ideal proposto pela sociedade atual e os ideais que, até pouco tempo, norteavam as comunidades familiares;

– falta de recursos econômicos, sociais e sanitários básicos sacrificando a maioria da população, relegada a lutar por uma sobrevivência sub-humana e desumanizadora.

Levando em consideração tudo isto – e mais outros fatores a que aqui não nos vamos referir – o IBRAF Instituto Brasileiro da Família optou por servir às famílias

**“Tem olhos e não vêem,  
ouvidos e não ouvem”**

concretas, sejam quais forem sua ideologia, sua religião, seus objetivos e seu projeto de vida.

Optou por procurar motivá-las, de acordo com suas possibilidades e limitações a se situarem dentro de um projeto maior – que o do próprio grupo familiar ou da sociedade na qual está inserida – no qual elas encontram o sentido de sua existência ao mesmo tempo em que descobrem sua missão específica, convivendo com outras famílias diferentes e differently situadas e missionadas.

Assim, cada grupo familiar, com suas características próprias, poderá assumir seu papel de protagonista dentro do projeto de Deus que se traduz historicamente na caminhada para maior humanização dos seres e das comunidades humanas.

Aceitar essa opção do IBRAF – levar os diferentes grupos familiares a assumir, dentro e através de sua própria diversidade o projeto de Deus – supõe, em cada pessoa, a existência de uma visão pluralista, realista, capaz de captar a realidade, de se deixar questionar pelo pluralismo percebido, de se abrir a novos valores e de romper, quando necessário, com esquemas arcaicos que mais fantasiam do que revelam o mistério dos seres, das coisas e das instituições.

Sem a existência dessa perspectiva concreta e pluralista, passaremos todos pela vida como cegos e surdos que, embora tenham olhos, não percebem a realidade e, embora tenham ouvidos, não ouvem e não entendem os questionamentos e desafios que ela hoje nos propõe.

O IBRAF – Instituto Brasileiro da Família, é uma entidade criada pelo MFC – Movimento Familiar Cristão, em 1970, para desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade das famílias, no Brasil.

Mobiliza, para esse fim, especialistas de diferentes disciplinas, num cenário pluralista e ecumônico, promovendo eventos, divulgando e oferecendo aos interessados, os trabalhos neles desenvolvidos.

Assim sendo, é um instrumento de atuação do MFC, integrado por membros do Movimento, mas autônomo e não vinculado a Igrejas ou ao Estado, de modo a mover-se com independência, nos estudos e pesquisas que promove.



As condições de vida das famílias nas periferias das grandes cidades e nas favelas são precárias. A miséria, o desemprego, a criminalidade e a marginalidade convivem com o crime organizado e a violência. O IBRAF faz a sua opção especial pelas famílias mais carenciadas e desumanizadas.

# Família ou famílias?

## Desafio para reflexão e caminhada

O Ano Internacional da Família nos coloca diante de um grande desafio, despertando-nos para perceber, sobretudo, o que acontece com as famílias hoje.

Leva-nos a assumir uma atitude, uma perspectiva trabalhosa e incômoda: preocupamo-nos com as famílias concretas, conhecer seus ideais, suas lutas, participar de suas alegrias e muitas vezes de seu desencanto, de seu desespero, como da esperança que renasce de suas próprias crises, levando aqueles que fracassaram a procurar novas formas de união e de vivência familiar.

Talvez fosse mais fácil, menos trabalhoso, ficarmos apenas no terreno das idéias, considerando "família" apenas os grupos familiares que conseguem se manter coesos, vivendo de acordo com o modelo familiar secularmente aceito. Isto nos levaria a tratar da "família" no singular, como se existisse apenas um modelo único de família ignorando a

grande variedade de modos de se viver como família hoje. Seria, de fato, mais simples e mais cômodo tomar essa posição; mas ela nos levaria, no final, a conclusões simplistas e mesmos falsas.

É fato que, até bem pouco tempo, a instituição familiar, defendida pelas Igrejas e pelo Estado, apresentava um único tipo aceitável de família, com normas e objetivos claramente definidos, com limites e funções bem estabelecidos por leis e normas éticas.

Qualquer tentativa de se organizar de modo diferente a vivência familiar era simplesmente renegada, e os grupos familiares que tentavam permanecer fora dos parâmetros impostos, eram repudiados e considerados "não famílias".

No entanto podemos constatar, no meio em que vivemos, a existência, e mesmo a coexistência de diferentes tipos de famílias.

Não podemos deixar de tomar consciência dessa realidade e de refletir, ao mesmo tempo, sobre o fato em si e sobre suas possíveis causas e consequências.

Essa análise não poderá seguir, no entanto, uma linha puramente especulativa, deverá ser nitidamente orientada pelas necessidades e possibilidades que se apresentam a esses diversos tipos de famílias, procurando ajudá-las a descobrir a função que lhes cabe dentro de um projeto mais amplo e mais abrangente.

Para melhor compreensão do problema hoje existente vamos elencar aqui alguns dos tipos familiares que hoje coexistem:

- famílias não devidamente institucionalizadas, quer no plano civil, quer no plano religioso, quer em ambos os planos;

- famílias devidamente institucionalizadas em um ou ambos os planos, e que não conseguem realizar-se como grupo familiar, por não conseguirem um bom e normal relacionamento entre seus membros;

- famílias devidamente institucionalizadas, desvinculadas porém de qualquer compromisso com a comunidade maior;

- famílias desinstitucionalizadas e estáveis, vivendo os valores de unidade, fidelidade e responsabilidade, num interrelacionamento verdadeiramente humano;

- famílias que, por não participarem das vantagens e privilégios do grupo social, se julgam desobrigadas de assumir suas legislações e suas normas, vivendo marginalizadas;

- famílias onde faltam um ou mais de seus membros (pai, mãe, filhos) por abandono, necessidade profissional ou morte;

- famílias regidas por tutores;

- famílias indígenas, frutos de diferente contexto social;



As migrações do campo para as cidades e das regiões mais pobres para o sul-sudeste desagregam famílias e as condenam à miséria.

– famílias camponesas, condicionadas pelo seu isolamento natural;

– famílias operárias sofrendo condicionamentos limitativos, já que em geral, todos os seus membros trabalham fora o dia todo, o que acarreta grande dificuldade de convivência;

– famílias de divorciados que voltam a se casar, etc.

Hoje se considera "família" qualquer grupo humano formado por um homem e uma mulher que geraram filhos e que, vivendo ou não sob o mesmo teto, conservam um mínimo de estabilidade, aceita e demarcada pelos próprios cônjuges, de

acordo com suas possibilidades e limitações culturais, econômicas e humanas.

Aventa-se mesmo hoje a possibilidade de se considerar família a união de dois ou duas homossexuais que adotam crianças e procuram orientá-las de acordo com sua ideologia.

Embora essa seja a posição de uma minoria, não podemos ignorar que ela existe e encontra hoje alguns poucos que a defendem. Sem entrar no mérito dessa questão, temos que levar em conta que vivemos num país formado por realidades culturais e sócio-econômicas diversas gerando, ao mesmo tempo, para as famílias que o compõem, desafios diversos e mesmo divergentes.

Cada um desses tipos de família carrega consigo possibilidades vivenciais e limitações diferentes, constituindo por isso mesmo, desafios à nossa reflexão e à nossa criatividade. O próprio documento de Puebla considera que "a realidade da família já não é uniforme, pois em cada família influem, de maneira diversa, independentemente da classe social, fatores (...) sociológicos (principalmente a injustiça social) culturais (qualidade de vida), políticos (dominação e manipulação) econômicos (salário, desemprego, sub-emprego) religiosos (influência secularista) e muitos outros."

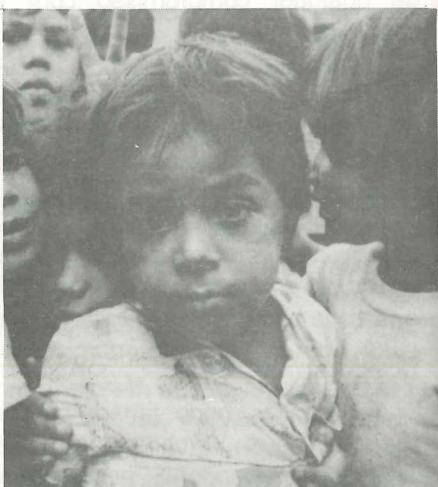
"Não podemos desconhecer que grande número de famílias do nosso continente não receberam o sacramento do matrimônio. Muitas dessas famílias, não obstante, vivem a unidade, a fidelidade, a responsabilidade. Tal situação apresenta uma in-

A coexistência dos vários estilos de vivência familiar se dá de modo tranquilo, à margem da "instituição".

terpelação teológica e exige acompanhamento pastoral."

Se quisermos ser realistas, podemos perceber que a coexistência dos vários estilos de vivência familiar se dá de modo tranquilo, deixando de lado as exigências antes apresentadas como irremovíveis e indestrutíveis pelo que se convençãou chamar "instituição familiar".

Embora realmente diferentes, esses vários estilos de vivência são hoje considerados "famílias" e são aceitos, como tal, pela sociedade vi gente. Cada um desses tipos concretiza uma certa experiência de vi-



Famílias onde faltam o pai ou a mãe, por abandono, morte ou necessidade profissional têm carências especiais.

da familiar, diferenciando ou distinguindo-a dos demais. E todos esses diferentes tipos de família (e outros não identificados aqui) se interpelam e se complementam.

Então, nenhum desses grupos pode, parece-nos, reivindicar para si a exclusividade de ser apresentado como "família tipo" ou "modelo", ao qual todos os outros se deveriam referir.

A família considerada cristã (fruto do sacramento do matrimônio e da vivência das exigências evangélicas) situa-se como um dos tipos da família no mundo de hoje. E, mais do que nunca, é fruto da opção dos cônjuges e não de imposição da sociedade.

A formação catequética que todos recebemos dificulta, de certo modo, esta compreensão do problema e dos desafios que acabamos de expor. Um pouco de visão histórica talvez nos ajude a compreendê-los melhor.

Chegando à América Latina, no final do século XV, trouxe-nos o conquistador o tipo ou modelo de família ibérica ou mediterrânea de sua época. No seu afã de ganhar terras para a coroa e de conquistar membros para a Igreja, promoveu e implantou esse modelo de família, apresentando-o como sendo, como então se acreditava, o modelo de família cristã.

O clero que acompanhou o conquistador, recém-formado pelo Concílio de Trento, enfatizou o aspecto sacramental do modelo familiar apresentado, reduzindo-o, ao mesmo tempo às dimensões ritual e jurídico-institucional, tornando-as condição indispensável para a validade e acei-



Famílias indígenas assimilam costumes e estilos de vida dos colonizadores mas conservam os valores da sua cultura original.

tação do grupo familiar pela sociedade que então se formava. Qualquer casal que se casasse na Igreja formava, automaticamente, uma família cristã, mesmo se a vida posterior desse grupo familiar desmentisse concretamente essa dimensão cristã.

Os grupos familiares assim constituídos passaram a ser aceitos como exclusivos representantes da instituição familiar, sendo deixados na sombra, e mesmo combatidos, os outros modelos de família, frutos das culturas indígenas e negras.

Enquanto essa mesma sociedade continuava a apresentar, como único modelo válido de família, o estilo familiar trazido pelo conquistador, tacitamente, aceitava a existência de uma poligamia disfarçada e discreta mas, nem por isso, menos real. A dupla moral foi pacificamente aceita e o vínculo matrimonial foi super-valorizado para garantia da estabilidade da familiar.

Com o auxílio da catequese e com as bênçãos da Igreja, a família passou a ser considerada, primeiramente, como instituição social e jurídica.

Um tipo de relacionamento puramente funcional caracterizava, em geral, o interrelacionamento familiar.

Esse tipo de família passou então, a ser reconhecido pela sociedade que se formava e que o formava, de acordo com suas conveniências.

A própria Igreja Institucional defendia e servia, nessa época e nesse contexto, não as famílias concretas em seus vários estilos vivenciais, mas a instituição familiar, ao mesmo tempo que, por influência do Concílio de Trento, defendia e fortificava a própria instituição eclesiástica criando associações cristãs que visavam separar e defender da perversão do mundo os cristãos que a elas se filiavam. E as famílias cristãs seguiam essa mesma orientação e essa mesma linha de conduta.

O problema criado pela diversidade de grupos familiares a serem evangelizados, embora só há bem pouco tempo nitidamente percebido entre nós, não é recente.

São Paulo já havia deparado com ele. Com efeito, as famílias convertidas ao cristianismo seguiam, em sua vida particular, a legislação e os costumes romanos; e as famílias, também convertidas, continuavam a seguir a legislação e os costumes do povo de Israel. Aceitando o desafio pastoral, longe de nivelá-las, reduzindo-as a um único modelo, ele diz apenas: "que aquele que se casa, se case no Senhor". Ou seja: assuma sua realidade matrimonial e familiar colocando-a dentro

O problema da diversidade dos tipos de família a serem evangelizados já se apresentava no início do cristianismo.

do seu plano de salvação. Ou ainda: assuma sua realidade terrena, tal qual existe, vivendo-a de acordo com as exigências do Evangelho.

Essa decisão de São Paulo nos demonstra que, para ele, – o matrimônio e a família, dele decorrente, são, antes de tudo, uma realidade terrena, sujeita a legislações e condicionamentos diversos;

– essas legislações e condicionamentos dão origem a diferentes tipos de família;

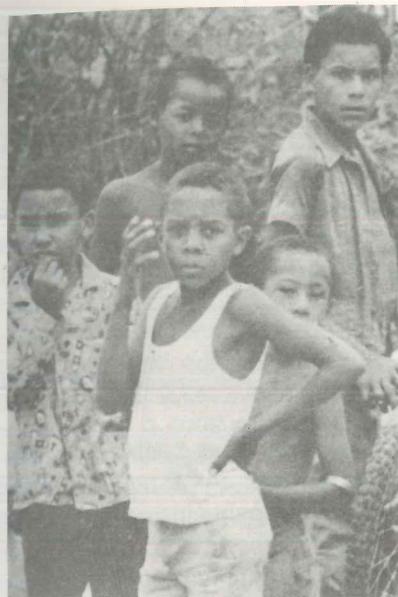
– cada um desses diferentes tipos de família pode ser assumido "no Senhor", sem perder suas características e suas limitações próprias;

– cada um deles carrega consigo sua própria incompletude. Essa incompletude, considerada em si mesma, não impede no entanto, aos membros desse grupo familiar, de assumir seu matrimônio e sua família "no Senhor".

Podemos então concluir que, para São Paulo, o elemento essencial e constitutivo da família não era seu estilo e nem sua institucionalidade, era algo mais profundo que se podia manifestar de vários modos, sem perder sua essência.

Então, parece-nos que podemos afirmar:

O matrimônio e a família são, antes de tudo, uma realidade terres-



Grupos de rua podem conformar um tipo especial de família, unida por laços de solidariedade.

tre, marcada pela cultura e pelos condicionamentos sociais onde se inserem.

O elemento essencial, presente em todos os tempos, é a convivência fecunda de um homem e de uma mulher que se colocam a serviço dos filhos gerados.

Os elementos integrantes são:

– A inserção dessa pequena comunidade familiar, de um jeito ou de outro, na comunidade maior que a supõe, a completa, a condiciona.

Essa inserção leva-a a aceitar suas leis e suas exigências e a participar de seus compromissos e de seus trabalhos. E tem, como consequência normal, a institucionalização do matrimônio e da família tanto em nível civil quanto eclesiástico.

- Como respondemos às perguntas lançadas no final do estudo que acabamos de ler? Que outras perguntas gostaríamos de acrescentar?

O matrimônio e a família são, antes de tudo, uma realidade terrestre, marcada pela cultura.

Como fruto dessa inserção na comunidade maior surgem o que poderíamos chamar "modus vivendi", estilos vivenciais, diferentes caminhos de realização dos grupos familiares.

Esses estilos sempre foram e ainda são condicionados por épocas e culturas determinadas, sendo, por isso mesmo, todos eles relativos, sujeitos a variações mais ou menos profundas.

E então perguntamos: qual desses tipos de família poderá ser apresentada como família cristã?

Se nenhum deles esgota o conceito e as possibilidades vivenciais do que se denominaria "família cristã", o que será específico desse tipo de família?

Onde se situa a dimensão cristã dentro de grupos familiares tão diversos? Essa dimensão cristã poderá ser vivida por diferentes estilos familiares, ou supõe uniformidade de formas de vida? Ou, em outras palavras: essa dimensão cristã tende a uniformizar os diferentes grupos conjugais e familiares existentes, ou tende a respeitá-los, a torná-los mais humanos e mais plenos, dentro de seus próprios estilos e de suas próprias possibilidades e limitações?

# A família... vai bem, obrigado!

Itamar Bonfatti

Ex-Presidente Nacional do MFC

**Igreja-Estado** separaram-se com a República. Aparecia assim mais uma novidade para nós: o casamento civil num país onde havia até então apenas o Casamento Religioso. Nas comunidades rurais – espaço onde habitava a maioria de nossa população – as uniões eram consensuais. Já dizia o povo: “amigado com fé, casado é”! A cerimônia religiosa muitas vezes significava festa e roupa nova. Poucos podiam tê-las! Assim a legalidade das uniões, quando possível – considerando as enormes distâncias entre paróquias e núcleos populacionais era quase um privilégio de pessoas de posse. Vez em quando, sabe Deus lá quando! vindo no lombo de animal, passava nas fazendas um padre formalizando o que já existia de fato.

A República surpreendeu nossa população com um grande contingente de filhos ilegítimos e ilegais e tratou logo de implementar o casamento civil para definir uma situação que estava muito confusa: O direito de propriedade. Isto é, saber “o que-era-de-quem”. Parece que aqui começa entre nós a distorção legalista do casamento, essa mania

de se achar que basta o legal e o papel para se “estar casado”. O afeto, o companheirismo e a cumplicidade no crescimento mútuo assim como a relação amorosa filhos-pais e a dimensão espiritual acabaram se perdendo no emaranhado de parágrafos do Código Civil e do Direito Canônico, esse último também cheio de vícios legalistas seculares.

Com o tempo o inevitável: têm início as explorações às custas destas distorções com o surgimento das necessidades desnecessárias, aquela parafernália que vai desde luzes a tapetes, passando pela indústria de roupa, fotógrafos e não raro receções luxuosas. Aos poucos o casamento religioso em si uma cerimônia bonita por ser simples, alegre e festiva foi se tornando muitas vezes em opereta bufa, uma coisa anônima, enfadonha, exibicionista e não poucas vezes fato sobejamente sabido! – uma triste e pecaminosa forma de

Distorção legalista do casamento: essa mania de achar que basta o legal e o papel para “estar casado”.

se tomar o nome de Deus em vão porque inexistente a Fé entre os que se casam.

Encorajado pela nossa omisão o sistema vai mais adiante: confunde as consciências ingênuas colocando como sinônimo comunidade familiar e instituição familiar, esta última reduzida a um simples espaço privilegiado para se conspirar contra todas as formas de humanização uma vez que no meio desta instituição aprende-se a falta de ética, cultiva-se o consumismo e a iniciação à competição do “vale-tudo”. Trata-se de um ambiente que se rotula de “família” onde os seus membros são educados e aprimorados para como “vencer na vida” rompendo a linha divisória do certo-errado valendo a máxima onde todas as práticas justificam os fins desejados. Daí para o econômico e para o político... um dedinho!

Insiste-se muito em dizer que família é a mesma coisa que instituição familiar. Sobretudo na TV! Má fé ou desinformação? Fala-se portanto que a “família está falida”. Negativo. Falida está a instituição familiar que está aí! Precisamos fazer outra, uma outra, porque a existente é um triste “frankstein” do Código Civil de 1916. Somente em 1988 conseguimos retirar da Constituição aquele absurdo do que parecia piada de fim de século: a expressão... “cabeça de casal”. Cita-se aqui apenas um exemplo!

A Igreja apresenta o conceito de

- Concordamos que “a família vai bem, obrigado?” Por que?
- Que aspectos da família ou valores familiares estão em crise?
- Como batem em nós as idéias do autor deste trabalho?

É na comunidade familiar que podemos cultivar o profetismo da esperança.

família comunidade, dimensão sacramental e humana, portanto com todos os seus conflitos, tonalidade essa que empresta à comunidade familiar uma das formas mais bonitas de se experimentar a relação fé-vida. Este é o resgate único possível para se re-estabelecer a família enquanto comunidade afetiva, sacramental para nós e tão diferente de uma simples instituição que nada mais é do que um modo necessário sim, mas apenas um grupo familiar organizado conforme determinado tempo e cultura. Afinal as instituições são essenciais porque o homem e os grupos não podem andar sem elas. O que deve ser evitado contudo é a sua absolutização uma vez que são apenas meio e não fim em si mesmas. Além do mais não poderemos deixar de tê-las – raciocínio válido para muitas situações – somente porque no passado confundiram a questão.

É na comunidade familiar que poderemos cultivar o profetismo da esperança e viver o desocultar dos conflitos para sentir valores da alegria, da justiça e da solidariedade. Em fazendo assim poderemos responder, mesmo vivendo conflitos tão humanos: a família vai bem, obrigado!

# A dimensão afetiva da família

Dom Lucas Moreira Neves  
Cardeal-Arcebispo de Salvador

Duas frases, se não forem de pura retórica e sim verazes e significativas, dão a plena medida da família com relação aos indivíduos que a compõem e à sociedade que ela compõe. Com relação ao indivíduo, se diz com razão que "a família é escola do mais rico humanismo"; no espaço familiar, cada membro encontra sua estatura plenamente humana. Com relação à comunidade humana, afirma-se que "a saúde e o bem-estar da sociedade passam pela família".

Por mais diversas (e até divergentes) que sejam as escolas e correntes, os postulados e "dogmas" que as caracterizam, num ponto elas convergem: todas, sem exceção, afirmam que a pessoa humana experimenta "necessidades" fundamentais que precisam ser adequadamente satisfeitas, sob pena de perigosa, mutilação e frustração. afirmam também, unanimemente, que, de todas as necessidades psicológicas, a primordial e mais enraizada no homem é a de ordem afetiva.

Qualquer pessoa humana precisa, sobretudo na sua fase formativa, experimentar e exercer a afetividade:

amar, irradiar esse amor aos outros, ver acolhido tal amor, sentir-se amada, receber provas de amor. Tudo isso constitui um delicado terreno da personalidade. Tão delicado que, se for desatendido ou mal atendido, as marcas das imperfeições ou desvios ficam para a vida.

Alguém dotado de experiência e conhecimento das pessoas – um educador, um pastor, diretor de consciência ou orientador – ao observar o comportamento de um adulto ou de um ancião, pode, com relativa facilidade, deduzir como foi a história da sua afetividade na primeira infância e na adolescência – e até desde o ventre materno. Pois é desde esses primórdios que a criança tem absoluta necessidade de receber respostas válidas às suas exigências de verdadeiro amor.

Tais respostas não são estandardizadas e invariáveis. Duas crianças gêmeas, aparentemente iguais, em tudo, apresentam, em virtude de circunstâncias imponderáveis, necessidades diferentes na formação de sua afetividade: dar às duas uma resposta única e indiferenciada será, muito provavelmente, acertar em

relação a uma e enganar-se em relação à outra. Além disso, nos diferentes momentos – nas várias infâncias, puberdade e adolescência – as exigências da afetividade, e, portanto, a cobertura afetiva a proporcionar a uma pessoa em formação são diferentes.

De todos os espaços humanos que venham a envolver uma pessoa em formação, criança ou adolescente, nenhum é mais apropriado e mais indicado do que a família. Isto porque ela é, por definição e natureza, fruto de uma "comunhão interpessoal de amor". Porque nela os vínculos do afeto estão radicalmente ligados ao do próprio sangue. Porque, nela, o intercâmbio de amor é congênito. Se, portanto, no quadro da família uma criança encontra carência afetiva, é bem difícil que os resultados negativos possam corri-

A pessoa humana precisa experimentar e exercer a afetividade: amar, irradiar esse amor aos outros, ver acolhido esse amor, sentir-se amada, receber provas de amor.

gir-se mediante outro quadro qualquer. Não é necessário muita reflexão para perceber que, de todas as responsabilidades dos pais e de toda a constelação familiar, a mais premente e urgente é a de proporcionar aos membros, menores, ainda em formação, um ambiente e atmosfera de afeto.

Neste ponto, parece importante prevenir alguns equívocos sempre possíveis em relação à resposta a dar às exigências da afetividade. O



De todos os espaços humanos que venham a envolver uma pessoa em formação, nenhum é mais apropriado que a família.

primeiro, certamente grave e nocivo, consiste em pensar que o afeto se demonstra na atitude de fazer todas as vontades da criança e do adolescente: é possível que esta seja a concepção deles mas não pode ser a dos pais e educadores. Cabe a estes revelar, pouco a pouco, que amar consiste, com freqüência, em dizer não.

A cobertura afetiva ministrada, sem afetação, do modo mais espontâneo possível, no quadro familiar, tem muito a ver com uma autêntica educação para o amor. Ora, esta possui algumas características sobre as quais convém não cometer enganos. Desde o início, sem raciocínios complicados mas pela experiência vital, a criança deve aprender que afeto – amor, amizade – só é possível entre pessoas: se uma pessoa faz da outra objeto ou coisa já está tornando mentiroso ou inexistente o amor; está, portanto, pervertendo a afetividade. Segunda característica é a reciprocidade: há algo deteriorado em alguém cuja voracidade de amor recebido não leva a dar amor aos

A família é escola do mais rico humanismo, espaço privilegiado de humanização de seus membros.

outros membros da família. É característico da educação afetiva aprender que o amor genuíno é gesto de oblação e não de mera captação. Por isso, é falso o amor interesseiro e verdadeiro o amor querer-bem – querer o bem do outro ou da outra. Falso o amor-hedonismo, verdadeiro amor-renúncia ou sacrifício. Falso o amor-torre-de-marfim, verdadeiro o amor aberto ao próximo.

Nuclear ou extensa, patriarcal ou moderna, de qualquer nível cultural ou social que seja, uma família merece este nome se ela é capaz de transmitir afeto e receber afeto entre seus membros. Faltando isso, é algo de essencial que falta. Dessa inanição afetiva padecerão – talvez venham a morrer moral e espiritualmente – os membros menores da família.

- As famílias que conhecemos têm desempenhado bem essa função afetiva? Sim ou não? Como?
- E a nossa própria família? Em quê podemos estar falhando?
- Quais as consequências das falhas das famílias no desempenho dessa função afetiva?
- E as causas mais comuns dessas falhas e fracassos?
- O que podemos fazer para melhorar, de fato, a vivência da afetividade em nossa família?

*“É fácil falar de Deus depois de um bom almoço e na certeza de um jantar ainda melhor. Mas como falar de Deus aos milhões de homens privados da alimentação diária? Para eles, Deus se apresentará sob a aparência de pão e manteiga”. (Gandhi 1869-1948).*

## “Assim caminha a humanidade”

Ivete Ribeiro

Socióloga, pesquisadora do IBRADES

Não seria suficiente viver os problemas e as consequências advindas dessas contingências?

Cada vez mais ouve-se falar que a “família está em crise” e crise grave, porque “crise de valores”... E o que é muito espantoso – e preocupante! – é que acabamos engrossando o caudal dos repetidores desse bordão, na maioria das vezes sem nos perguntarmos pelos significados dele. É como se comungássemos todos dos mesmos conceitos acerca de “família”, de “crise” e de “valores”; é como se acreditássemos – o que poderia ser profundamente drástico! – que haveria uma única forma de definir cada um destes termos.

Aliás, a preocupação com definições e conceituações, quem sabe não fosse uma tarefa dos que vivem a vida cotidiana: antes, seria uma atribuição de “alguns outros”, como as tradições religiosas, os campos da filosofia e das ciências sociais... De fato, que importância poderia ter, saber do que e sobre o quê estamos falando no dia-a-dia? Faria alguma diferença conhecer significados, perguntar por conteúdos das palavras? Afinal, todos não temos “família”, não temos “crise”, não temos “valores”? Então, isso já não bastaria?

Especial para Fato e Razão

Claro que suponho que a sugestão de perguntas, desta ordem, afaste uma parcela de leitores, principalmente os que preferirem resolver problemas, principalmente o ângulo da eficiência imediata: se há “uma crise de valores na família”, ter-se-ia que operacionalizar “saídas e encaminhamentos”; “responder, ao invés de aumentar a ‘crise’ com mais perguntas”, me diriam eles... Mas, será que, mesmo entre este virtual grupo de leitores, não se poderia vir a ampliar a eficácia da ação, tornando mais preciso o conteúdo dos termos sobre os quais se estaria falando?

Minha opinião é que perguntar sobre o significado dos conceitos colabora para a aquisição de conhecimento sobre a realidade e, consequentemente, diminui o poder cego de “alguns outros” sobre aqueles que pensam que é possível “someter viver” a vida cotidiana... Os elementos analíticos que tenho a oferecer são sociológicos e meu interesse é que esta reflexão possa vir a colaborar com aqueles que estão preocupados com a operacionalização de

pastorais e de políticas que envolviam a Família no Brasil. Não acredito na neutralidade de conceitos: dentro, e por detrás deles, há sempre uma visão de mundo e, logo, um desenho de sociedade embutidos, que nem sempre são desimpostados.

Em minha perspectiva, a sociedade, porque histórica, tenderia à mudança e a tarefa da sociologia – e dos demais campos do conhecimento nas ciências sociais – seria exatamente a de analisar a complexidade crescente da realidade, dissolvendo os conceitos – tomados enquanto instrumentos de análise – sempre que eles perdessem seu gancho com o real. Ou então, quando eles “voassem mais alto”, quase que generalizando situações historicamente localizadas em um tempo e um espaço determinados.

Seria nesta medida que – neste caso – eu me oporia àquelas abordagens das ciências sociais que operam por meio de conceitos a-históricos e “Família”, ou “Família Brasileira”, poderiam ser apontadas como expressões exemplares desta forma analítica. Como fechar os olhos diante da histórica e sempre crescente complexidade das formas de “ser família” e de “viver em família” entre nós, desde nossa ocidentalização enquanto sociedade? Insistir em conceitos monocórdios atenderia a que tipo de interesse?

É evidente que não se poderia acompanhar a tendência à mudança – à qual me referi acima – sem, concomitantemente, perquirir as permanências cristalizadas pela dinâmica das relações sociais nas situações históricas concretas. Nesta medida, haveria que se considerar

## Como fechar os olhos diante da histórica e sempre crescente complexidade das formas de “ser família”?

as relações de dialeticidade entre o que viria sendo alterado e aquilo que estaria sendo preservado, de vez que viver e sobreviver em sociedade implicaria articulações constantes, entre matrizes de referências institucionalizadas (que tenderiam à permanência) e matrizes outras, não institucionalizadas (as quais, tendencialmente, inspirariam alterações (1). A vida social – isto é, o viver e o sobreviver – seria, simultaneamente produtora destas relações e resultante delas.

1. Movimento-me, neste artigo, através de reflexões mais amplas e profundadas que aqui serão, apenas, mencionadas. Para apreciação mais adequada destas menções, ver: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família e Desafios na Sociedade Brasileira Contemporânea, Valores como um Ângulo de Análise*. São Paulo, Loyola, 1994. Também aproveito para me desculpar pelo uso de remetimentos muitos freqüentes à nossa própria reflexão. Escolhi esta forma para evitar, no texto, muitas referências que poderiam torná-lo mais denso. Bibliografias bastante abrangentes acham-se em cada um dos títulos que aqui estão sendo mencionados.

Sob o modo de produzir e reproduzir capitalista, que é a moldura hegemônica vigente entre nós desde nossa ocidentalização, a partir de 1500, com o seu constitutivo acirramento das contradições entre as classes (suas frações e segmentos), as matrizes de referências seriam, ao mesmo tempo, suas operacionalizadoras e suas contestadoras. Quer dizer: haveria implicações recíprocas entre as formas históricas que o capitalismo viria assumindo, no caso brasileiro, e as diferentes possibilidades de concretizações de matrizes de referências institucionalizadas ou não.

As inúmeras formas de “ser família” e de “viver em família” no Brasil pode ser um exemplo clarifi-

cador do que acabo de sugerir: como é no cotidiano “familiar” (em suas quase incontáveis modalidades) que se vive as agruras das contradições de classe que atravessam a sociedade capitalista, seria também nele que se cristalizariam as permanências de princípios, e que se gestariam as alterações por meio de novas práticas. Que dizer: no seio dos inumeráveis cotidianos “familiares”, poderiam ser mantidos princípios de formas de relações sociais, não mais necessariamente hegemônicas na sociedade como um todo como, por exemplo: o casamento monogâmico indissolúvel; a autoridade centralizada no homem/pai; a presença de filhos somente dentro de uniões legalizadas pelo casamento civil e/ou re-



ligioso. Mas, ao mesmo tempo poderiam estar presentes, também, outras práticas que se distanciariam de tais princípios como, por exemplo: a dissolubilidade do casamento; decisões compartilhadas entre mulher/mãe ou não, homem/pai ou não, e filhos da mesma relação, ou não; presença de filhos da mesma relação ou não, independente de uniões legalizadas.

Seria difícil sustentar que se poderia escolher, sempre com graus de autonomia e liberdade acentuados, a modalidade de "vida em família" que cada um concretizaria na realidade. Isto, sobremaneira no caso brasileiro, caracterizado por um fosso interclasses de selvageria ímpar, por uma concentração perversa de renda, por níveis de exclusão social (2) que já não conseguem esconder sua face de "guerra civil". Mas, com isso, não tenho intenção de negar a existência – e a importância ético-cultural dela! – de matrizes de referências institucionalizadas, possuidoras de princípios norteadores de um modelo de "Família" e, em nossa sociedade, a Igreja Católica e o Estado podem ser apontados como instituições historicamente ordenadoras das vivências familiares.

É evidente que não são elas instituições da mesma natureza (3) e que nem sempre têm mantido sintonia nos princípios norteadores do desenho de Família. Ao contrário, o que é possível dizer é que a unissoni-  
dade dos seus discursos tem sido cada vez menos acentuada, principalmente a partir dos anos sessenta, no que se refere a temáticas como a política demográfica, o planejamento familiar, o divórcio e o aborto (4). No

A concentração perversa de renda e os níveis de exclusão social já não escondem sua face de "guerra civil".

entanto, são instituições que disputam a hegemonia axiológica de se dirigir à "Família" entre nós, com o intuito de propor princípios norteadores para as vivências dela.

Acontece que, nesta disputa, estas matrizes institucionalizadas de referências, não se encontram sozinhas no páreo. Haveria, também, matrizes não-institucionalizadas,

2. Cf. RIBEIRO, Ana Clara Torres; RIBEIRO, Ivete. "La Familia en el Brasil: Desafios de una Modernidad Incompleta". In: HÜNERMANN, P.; SCANNONE, J.C. América Latina y la Doctrina Social de la Iglesia (Dialogo latinoamericano-alemán) Tomo II: Identidad Cultural y Modernización. Buenos Aires, Ediciones Paulinas, 1992: 285-321.
3. Para um conjunto de determinações do discurso católico, ver: RIBEIRO, Ivete, "O amor dos cônjuges: Uma análise do Discurso Católico no século XX". In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1989-153.
4. Este conjunto temático é usado como eixo analítico num Projeto de Estudos – "Sociedade Contemporânea, Família no Brasil e Valores. Alterações e Permanências" (1964-1984) – realizado pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (CIAS), no Rio de Janeiro, sob minha coordenação, desde 1984.

quer dizer: referências advindas ou de novas práticas, nascidas e/ou propostas no bojo de movimentos sociais (como o "movimento de mulheres", entre outros), ou no contexto da difusão de conhecimentos advindos das ciências do comportamento, ou mesmo no espraiamento de atitudes, comportamentos e opiniões tornado possível pelos meios de comunicação. Nada pode assegurar que tais novas práticas venham a ser cristalizadas em princípios, de forma mecânica. Do mesmo modo, quando estou denominando-as como "novas", não estou valorando-as de forma positiva: seriam "novas" porque diferenciadas das "anteriores".

Mas, o ponto que pretendo destacar e propor é que haveria facilidade destas práticas movimentarem os valores, isto é, os objetivos coletivos ligados ao viver e ao sobreviver (5). Isto porque venho propondo (6) que os valores seriam gerados, disseminados, permaneceriam ou seriam alterados na relação entre princípios e práticas, no decorrer da vida em sociedade. Daí a influência de matrizes de referências institucionalizadas ou não, atuando simultaneamente: seja para a cristalização e preservação de valores, seja para a flexibilização e mudança deles.

Na vida cotidiana as formas de "viver em família" seriam bastante tributárias das determinações objetivas concretas, oriundas do modo de produzir e reproduzir capitalista e de determinações da subjetivização possível neste contexto. Mesmo fragilizados, os feixes de relações das diferentes modalidades de "ser família" ou de "viver em família" ten-

Preocupam as soluções do tipo "mudando-se a família, muda-se a sociedade".

A Igreja católica e o Estado foram os ordenadores das vivências familiares.

deriam a gerar homogeneizações, mantendo princípios em seu processo de socialização; ao mesmo tempo, tais feixes viabilizariam heterogeneizações, absorvendo alterações propostas pelas novas práticas, nascidas do processo de socialidade.

Ocorre que, ao não se ter uma perspectiva de historicidade, ou de mudança na análise da sociedade, aquilo que pode ser apontado enquanto uma movimentação em matrizes axiológicas, corre o risco de assumir proporções catastróficas. E o que seria mais grave: poder-se-ia buscar resolver uma questão do todo (a formação social brasileira), por meio de uma de suas partes (a Fa-

5. É a proposta de HOUTART, François. "Approches sociologiques des valeurs, de l'éthique et de la religion". In: WATTÉ, P. (ed.). *Éthique et Sociologie. Des valeurs, conflit ou complémentarité*. Éditions Peeters (Perspectives sur l'homme, n° 2), Louvain, 1980: 87-114.

6. Cf. a Introdução de RIBEIRO, Ivete. (Introdução e Organização). *Sociedade Brasileira Contemporânea. Família e Valores*. São Paulo, Loyola, 1987: 13-42.

mília no Brasil), tão ao gosto de perspectivas tributárias do pensamento funcionalista.

Mas, de fato, não estaríamos vivendo uma "crise institucional? ou de institucionalidade?" (7). Sim, e isto parece inegável. E tomando-se apenas os elementos sugeridos neste artigo, poderíamos propor uma curta e singela reflexão. A crise sendo tomada tanto como um descompasso de algo que não muda ou ainda não mudou, que não se renova (seja pela sua constitutiva dimensão principalista e homogeneizadora, seja pela recenticidade de seu surgimento); quanto como as ambigüidades e as ambivalências do excesso de renovação, ao qual ainda não teriam correspondido às possibilidades concretas de sua realização plena.

Seria nesta medida que o campo dos valores – aceitando-se a sugestão apresentada de tomá-los na relação entre princípios e práticas – seria, tendencialmente, um campo de crise (descompassos, ambigüidades e ambivalências) e as formas de "ser família" e de "viver em família", locii privilegiados de geração, inculcação, disseminação, preservação e mudança deles. Isto porque, como já pude indicar, ainda que dividindo, cada dia mais, esta tarefa com as demais matrizes institucionalizadas ou não, nas formas de vivências familiares, as mais variadas, ocorreriam, simultaneamente, processos de socialização e de sociabilidade.

Então, estou apontando que a crise seria constitutiva da socialidade, quer dizer, da historicidade, sendo a própria história "a história da

Na virada do século, as experiências de vivências familiares permanecem fundamentais.

colisão de valores" (8) e localizando-se exatamente "no conflito dos valores", o ponto no qual se apoiaria a cultura (9). Daí o tom jocoso presente no título deste artigo "assim caminha a humanidade".... Evidentemente que não faço uso dele, no sentido de que nos imobilizemos, aguardando, inertes, a superação de crises e de conflitos. Meu propósito é o de colaborar para dissolver o tom catastrófico ou trágico, que alguns teimam em atribuir a estes tempos, tom este nada neutro, como já indiquei. Também me preocupam as soluções buscadas de formas parcializadas, no gênero "mudando-se a família mudar-se-ia a sociedade"...

7. Para uma análise mais acurada, ver: RIBEIRO, Ivete; BARTED, Leila Linhares; AGUIAR, Nuema. "Família e Valores na Crise Institucional da Sociedade Brasileira". Cadernos Atualidade em Debate, Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1992, nº 12.
8. Cf.: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972: 7.
9. Cf.: KOLAKOWSKI, Leszek. *A presença do mito*. Brasília, Editora da UnB, 1981; 112.
10. Ver: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979; 75-76.

A amplitude e a profundidade dos níveis de exclusão na e da formação social brasileira, convocam-nos para a construção de um projeto de nação, no qual os valores, como objetivos coletivos para o viver e o sobreviver, poderiam nos orientar na avaliação de nossos princípios e de nossas práticas. Como eliminar o fosso entre o "Brasil legal e o Brasil real" sem discutir a natureza de nossa cidadania até agora tão somente a "regulada"? (10). Como enfrentar a tal "crise de institucionalidade" sem discussão/proposição de políticas sociais efetivas para as famílias no Brasil, envolvendo as "pontas de curva" – a infância/juventude e a terceira idade – quase sempre relegadas? Certamente as famílias podem colaborar, de maneira decisiva, na organização molecular da sociedade, rumo a uma democracia de base popular, que nossa história nacional ainda não conhece.

Há um princípio, que atravessa nossa cultura cotidiana – herança da tradição ibero-mediterrânea – que, de tão arraigado e internalizado, mal nos damos conta dele, como se ele fosse "natural".... Ele ensina que "a família deve formar o parente, e não o cidadão".... Práticas antigas de "nepotismo" e "apadrinhamento" (não nos esqueçamos que o "compadrio", nos constitui também culturalmente, enquanto um "parentesco



espiritual"...) grassam em nossa história e, mais recentemente, têm nos envergonhado a mais não poder... É por isso que permito uma última sugestão: que tal princípio seja subvertido, em nome de práticas mais democráticas e mais cidadãos! Se a "família" é um "valor" entre nós, este valor só seria ampliado, caso se tomasse como tarefa – das formas de "ser família" ou de se "viver em família" – a constituição do cidadão, comprometido também com um projeto coletivo de sociedade. Não nos iludamos: em meio à torrente multifacetada de influências contemporâneas e, na virada do século e do milênio, as experiências de vivências familiares permanecem fundamentais. Claro, todos sabemos o trabalho que dá acompanhar uma infância e uma juventude, tão múltiplas, nos dias correntes. Mas elas têm expectativas acerca deste acompanhamento: ainda que não o saibam ou mesmo que o rejeitem.

- *Quais os valores familiares que permanecem depois de tantas crises e contestações?*
- *Há valores familiares do passado que hoje parecem ter sido descartados? Por que? Exemplos.*
- *Como julgamos essas mudanças? Podemos distinguir valores permanentes e valores provisórios? Exemplos.*

# O prazer de estar juntos

Pe. Dalton Barros  
Redentorista, Psicólogo

## A base do diálogo

O diálogo se baseia no reconhecimento da autoridade e da liberdade de cada um.

A característica e o fundamento de todo ser humano consiste precisamente em **ter autoridade** e em **ser autor**. É a mesma origem para as palavras autoridade, autor: auctor, auctoritas.

A partir do momento em que cada uma das pessoas que dialogam reconhece na outra esta autoridade, este direito de ela ser a autora de si mesma, cada um já está distante do risco de falar só e em lugar do outro. No diálogo a gente faz apelo à autoridade do outro. Quem não consegue não dialoga.

A autoridade compreendida assim como a faculdade de persuadir e como a possibilidade de ser eu mesmo o autor dos meus desejos que posso livremente manifestar... deveria ser a coisa mais partilhada do mundo e poria fim ao exercício de um poder que alguém exercia sobre o outro, ou porque é masculino ou branco ou rico ou estudado ou

porque é mais vivido ou, como se diz (que ironia), porque se julga mais adulto.

## O diálogo é o encontro de dois desejos

A trama de uma relação humana é tecida de laços e de liberdade. Quando se vive num mundo de gente, em transformação, as pessoas se encontram, se descobrem diferentes e as confrontações se multiplicam. Para que haja entendimento, as pessoas procuram se pôr de acordo: se explicam e decidem acordos comuns. É preciso, então, falar. O tempo se abre à palavra, à manifestação dos desejos de cada pessoa. **Tempo de relacionamento por ser tempo de palavra solta é tempo de conflito.**

Nessa trama, uma relação dinâmica se estabelece entre grandes e pequenos, adultos e jovens, brancos e pretos, hierarquia e cristãos "leigos", pais e filhos. É uma diferenciação partindo de características de uma psicologia estritamente



masculina ou feminina aparece como arbitrária e ligada a um equívoco conceito de natureza.

Se é verdade que nascemos ou machos ou fêmeas, nos tornamos homens ou mulheres por um lento processo de identificação: processo educativo que carrega consigo as marcas culturais da sua época.

Hoje, as mutações de ruptura com um tempo que se queria imóvel, homens e mulheres permутam sentimentos, caracteres e... simbolicamente até roupas. O lugar de cada um não é nem rígida nem definitivamente um só e sempre o mesmo. E a relação que se estabelece entre homens e mulheres faz com que eles se reconheçam "semelhantes e diferentes", e os mergulha numa variação que atrai ao mesmo tempo que assusta.

O amor surge como um arrastão de cada amanhecer: arrastados à compreensão e ao consentimento ao outro, a cada outro. **Amar o outro**

passa a ser de fato, aceitar se modificar, aceitar ser modificado. Não se tem mais nem de si nem do outro uma imagem pré-concebida e fixa, pré-determinada pelos traços de uma dita psicologia. O perigo do amor é este fechamento sobre si e sobre o outro numa relação de categorias fechadas, encerradas.

A chance do amor é a aceitação de um desejo sempre à procura de uma relação sempre aberta, de um caminho a ser refeito... em direção a uma resposta a ser cada dia construída ou simplesmente perguntada.

Na rachadura cultural em que vivemos, o tema do masculino e do feminino mereceria todo um estudo à parte.

## Diálogo na vida conjugal

Só há diálogo real na vida de um casal à base de uma igualdade. Isto supõe que cada um aceite com-

pletamente o outro sem deixar de ser totalmente ele próprio; pois, é vivendo os seus próprios valores que o marido, por exemplo, pode aceitar que a esposa viva também os valores dela. E vice-versa.

Mas há mais: a originalidade do casal está em que um desejo imenso mora em cada um dos dois e anima-os, de dentro, a vivenciar a relação entre eles dois como uma comunhão, comum união.

Esse desejo não se confunde com um certo conceito de vontade, ainda bastante em voga. Tem nada a ver com voluntarismo. Este desejo é um impulso que a gente descobre e cultiva e alimenta: impulso que apetece estar em comum união com o outro: implica não um ato de decisão da vontade, simplesmente, mas um desejo que se dinamiza e se conjuga em todos os tempos e modos. Os dois desejam ser um, cada qual permanecendo ele próprio.

Nesta perspectiva o diálogo se torna a expressão concreta deste desejo, deste bem-querer ser juntos, existir unidos, comungando.

A experiência de comunicação revelará que, na verdade, o casal são duas pessoas que se situam uma face à outra como duas histórias que se confrontam, porque diferentes, porque tecidas nem sempre pelos mesmos fios e no mesmo tear.

Esta diferença que precisa ser assumida e não abolida, revelada e não camuflada ou negada é a base do desejo de comunhão e que mostra o quanto o diálogo pode ser opaco e difícil. Esta opacidade dá lugar a uma fecundidade conjunta se na vida diária marido e esposa tecem a

Toda a arte desses encontros está em não deixar que o elán e a liberdade se ausentem. O diálogo se torna expressão do desejo de ser um, cada qual permanecendo ele próprio.

relação entre eles, com as lembranças, as alegrias, as penas, os prazeres, as responsabilidades, os momentos amorosos, nascidos de um esforço comum, fruto do desejo ativo de comunhão.

Afinal de contas, o que confere ao diálogo do casal, sua nota distinta e garante a permanência renovada deste desejo que os anima a viver juntos e em comunhão, é o compromisso de fidelidade. Ele dá ao casal chance de eternidade.

### Fidelidade: o prazer da união

O compromisso de fidelidade é um empenhamento: "eu me prometo a você". É um laço que liga um ao outro. É confiança. É promessa recíproca. É esperança e palavra dada. "Eu me prometo a ti, porque te quero bem".

Querer bem a alguém é prestar-lhe atenção, se interessar por ele, se ocupar dele, manifestar-lhe solicitude. Vem de um aprendizado muito antigo, lá dos tempos de quando a gente chegou ao mundo, miúdo. Muito antes que pais e filhos possam estabelecer relações de igualdade na autoridade e na autoria dos próprios desejos, cada um necessitou de algo que só o outro podia lhe dar: ser reconhecido como existência

diferente e reciprocamente se amar e se apreciar.

Este reconhecimento de um pelos outros, por cada outro (pai e mãe) da autoridade de cada um, se efetiva na partilha do prazer dado e recebido. Dado e recebido. Recebido e dado. Assim, este reconhecimento se torna a rocha sobre a qual todas as relações afetivas futuras vão-se construindo: a troca de prazer, a carícia de ser. Dar e receber prazer.

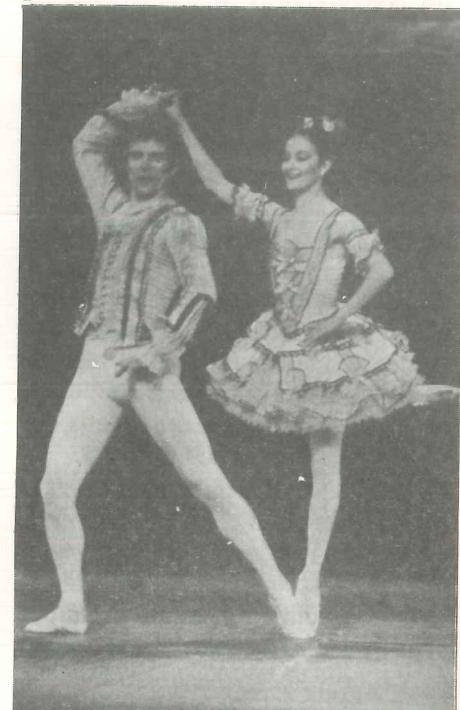
Quando numa vida conjugal os desprazeres (desgostos) submergem marido e esposa, ambos vivem apenas da consciência de obrigações e de deveres contraídos. E tudo põe a perdê-los.

A fidelidade é o oposto do desprazer e do desgosto: é um compromisso (devotar-se a alguém) e um empenhamento de solicitude: reconheço-te! Marido e esposa vivenciam as responsabilidades e os deveres recíprocos não em termos de "obrigação" (peso), mas movidos por aquele desejo grande de comum união: como é gostoso existirmos juntos!

Quando cada um age em direção ao desejo do outro, mesmo se contrariando mas nunca anulando a si mesmo, eles estão a se dizer: - sua felicidade acrescenta algo à minha, sua insatisfação me priva de uma parte de bem-estar e eu quero ser feliz é com você.

Se isto parece fácil no começo, aos poucos...

Quanto maior for o prazer de viverem juntos, mais razões encontram para permanecerem diferentes e unidos. Quando se chega a comungar com o outro nas diferenças



e pelas diferenças, o círculo das reações que garantem a continuidade está instalado dinamicamente. É um empenho feito de satisfações dadas e recebidas de prazeres partilhados que cada um procura calma e tenazmente, como um bom artezão, realizar ao longo do tempo, reforçando o desejo imenso de comungarem de uma mesma história.

Comprometer-se inclui, ainda, outra dimensão. Empenhar-se por alguém é confiar-lhe seu bem-estar físico e afetivo; é um ato de confiança e um reconhecimento de fragilidade.

Não se trata, portanto, de apenas assumir um dia o compromisso, mas de ir se comprometendo, entrem os dias e saiam as noites.

O empenhamento cotidiano leva

ao compromisso real em razão de um dinamismo afetivo e não por causa de uma decisão voluntaria e exclusivista. Como se fosse questão só de querer e de excluir.

## O diálogo da Harmonia Sexual

Quando o casal deseja e se dispõe a dar e receber o prazer sob todas as suas formas, o relacionamento sexual não nascerá de um direito ou de um dever. É também desejo que brota do bem-querer.

Dar e receber prazer, sobretudo sexual, não significa trocar favores.

É uma reciprocidade, um fluxo e refluxo de excitação e de satisfação, um vai-e-vem, um vem-e-vai entre parceiros que acabam sendo incapazes de traçar uma linha divisória clara entre o prazer que recebem e o prazer que dão. Não há contabilidade possível nem economia. Gasta-se. Desperdiça-se.

Este empenhamento globalizante, no qual todo o sentido das obrigações e das responsabilidades está ligado a um sentido a um sentimento de bem-estar e bem-querer, mantém o laço da comum união ao fio do tempo, que ao invés de ser corrosivo, constrói.

Todavia, ainda há em certos meios cristãos a tendência arraigada de transformar todo apelo ao melhor em termos de obrigações e deveres, acompanhados de sacrifícios e penas, a prestações. Tudo ganha um sabor de "coisa árdua" e de "tarefa ingrata". Aquela do "vale de lágrimas, gemendo e chorando". Apesar dos entusiasmos exuberantes de muitos em proclamar que a sexuali-

## Viver unidos pelos laços do prazer é assumir o compromisso de solicitude recíproca, dando provas essenciais de fidelidade

dade é "santa", não se escapa a visões dualistas, logo tingidas das cores fortes de esforço / conquista / dever / domínio / controle / vigilância / mortificação... etc. Isto é mais prejudicial do que parece, mais opressor do que libertador e, quem sabe, anti-evangélico.

Ao se falar em **harmonia sexual**, já ninguém pode mais se esquecer de que a mulher não é a servente do homem e que nas relações sexuais não se trata de serviços prestados, de débitos a cobrar ou a pagar. Mas, às vezes, eu duvido se a terminologia "harmonia sexual" seja capaz de dizer o que convém e se ela não estaria por demais gasta e se prestando a manter equívocos.

Hoje pode-se propor que as relações sexuais espelhem as relações personalizantes nas quais cada qual reage aos desejos manifestados do outro, tenha prazer em proporcionar prazer ao outro, cada um se estimando a si mesmo e respeitando o parceiro.

Isto significa que, na qualidade de iguais, mas gostosamente diferentes, marido e esposa experiem a partilha no dia-a-dia e no noite-a-noite. Como ambência indispensável às relações sexuais harmoniosas. Uma harmonia que não quer dizer conquista de orgasmos

coincidentes como se se tratasse de uma tarefa, de um trabalho útil, objetivado. Objetivo alcançado, tarefa cumprida... fim de papo.

A questão de um homem e uma mulher de se relacionarem sexualmente de modo prazeroso, depende essencialmente do desejo de dar e receber prazer sob todas as suas modalidades cambiantes e variáveis.

Este desejo não é fruto de uma vontade, de uma decisão, de uma disciplina, de uma obrigação, de um contrato. É fruto, isto sim, de um elán que decorre do bem-querer. Recíproco.

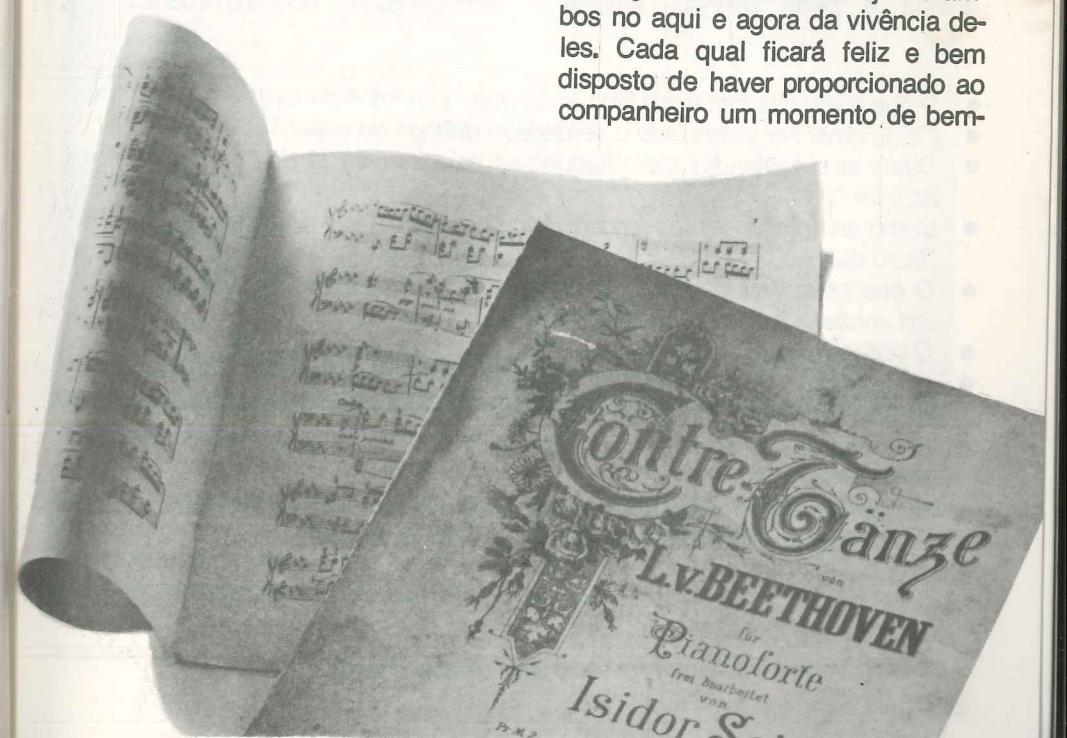
Neste passo, o corpo se afirma em expressões que a razão não controla. Dar e obter prazer não significa favores ou carícias ou ingerir estimulantes. Significa um fluxo e refluxo de estimulações e de satisfações, um vem-e-vai transando variado e

temperado a ponto de os parceiros nem mais saberem distinguir o prazer que recebem do prazer que dão.

Se um homem e uma mulher se conjugam, se entrelaçam para saborear e gozar da própria natureza sexual e da pessoa sexual do outro, as relações passam a expressar o que cada um sente, diz, percebe de acordo com os desejos e as conveniências do momento, para um e para outro.

## Es spontaneidade e liberdade

Uma harmonia sexual não implica que cada relação sexual seja "a-qual" experiência. Exatamente porque nada obriga os cônjuges a atingir uma meta. Algumas relações podem ser simples como um beijo ou singelas como um boa-noite cordial e amigo, se tal fôr o desejo de ambos no aqui e agora da vivência deles. Cada qual ficará feliz e bem disposto de haver proporcionado ao companheiro um momento de bem-



estar amoroso e sexual.

E nessa ambiência descontraída, se vez por outra, a relação sexual for se revelando insatisfatória, em nada estará afetada a splicitude terna que os sustenta e garante, seguros que estão que o melhor pode ainda acontecer, no amanhã renovado da vida conjugal e familiar.

Entende-se, pois, a harmonia sexual como o prazer liberado.

Claro que quando em vez um certo insólito serve de ajuda para quebrar a sonolência ou deixar de lado o cansaço e ir ao encontro do outro na revelação de sua nudez, de seu tocar, de sua emoção, na espontaneidade dos gestos docemente aprendidos.

Toda a arte desses encontros está em não deixar que o elán e a liberdade se ausentem. Tudo é permitido: regredir como criança que se aninha e pede carinho, articular

Quanto maior o prazer de viverem juntos, mais razões para permanecerem diferentes e unidos.

sons, cantar, rir, se divertir. A ordem, a lei, a economia, o tempo-relógio perdem vez para que cada um corra pelos campos de girassóis da fantasia, esbanjando e desperdiçando...

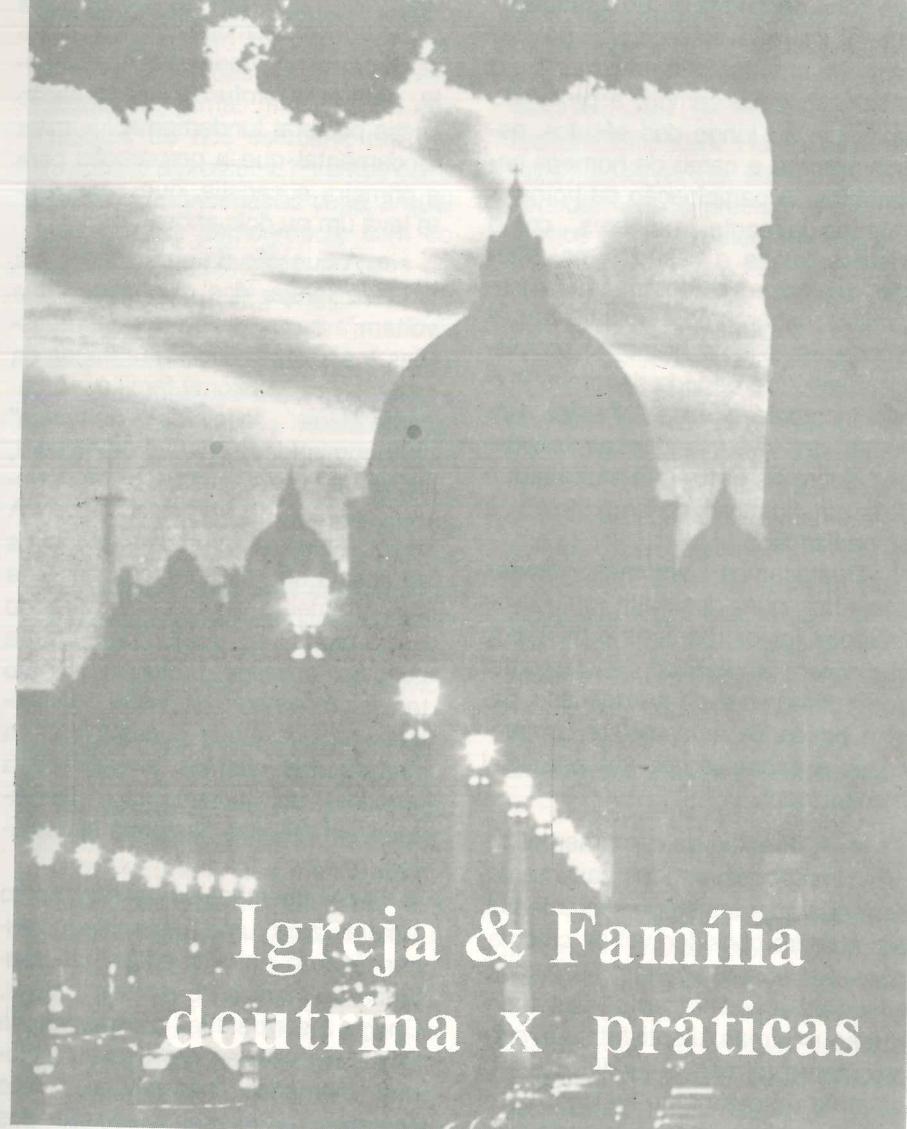
Há relações que se preparam, há outras que se improvisam.

E sempre a relação sexual para ser harmoniosa precisa estar desvestida de objetivos a atingir e de uma funcionalidade a controlar para que ganhe em harmonia e alegria, facilitando a cada cônjuge viver sua sexualidade no ritmo que eles criarem. De acordo com o momento.

- *O que mais nos tocou, no belo texto que acabamos de ler?*
- *Como deve ser vivenciado o verdadeiro diálogo do casal?*
- *Quais as dificuldades mais freqüentes para a vivência de um diálogo verdadeiro?*
- *Como se apresentam as formas de comunicação que podemos chamar de "falso diálogo"?*
- *O que se espera de cada parceiro, para a construção ou reconstrução de um verdadeiro e prazeroso diálogo?*
- *O que significa e exprime o relacionamento sexual do casal?*
- *Que condições são indispensáveis para a sexualidade ser vivenciada em plenitude da alegria e arrebatamento amoroso?*
- *Que obstáculos podem surgir, trazendo sombras a essas expressões do amor do casal?*
- *O que se espera de cada parceiro, para a construção ou reconstrução de um relacionamento afetivo e sexual na vida do casal?*

*"Uma guerra só termina uma geração após o trabalho de paz".*

## Questões mal resolvidas



## Igreja & Família doutrina x práticas

Sim, há questões importantes mal equacionadas e mal resolvidas. A Pastoral Familiar se ressentе de posicionamentos radicais e orientações doutrinárias rígidas, que se pretende aplicar indistintamente a situações diferentes, nas várias cultu-

ras em que se vive a fé cristã, numa visão idealizada de família que desconhece a realidade das famílias concretas, de tão variados tipos e condições sociais.

Temos razões para suspeitar que colocações inseguras e a nosso

ver equivocadas em algumas dessas questões decorrem de uma falha estrutural na reflexão teológica de que derivam orientações doutrinárias e pastorais nesse campo: a produção teológica, ao longo dos séculos, esteve sempre a cargo de homens celibatários. A participação de homens e principalmente mulheres, como cristãos leigos e casados, na reflexão teológica e doutrinária sobre família, casamento, sexualidade e procriação, é uma grande e promissora novidade na vida da Igreja. Porque incorpora a essa reflexão, a riqueza da vivência dessas realidades, sobre as quais a fé muito tem a dizer e iluminar, orientando-as à humanização.

Destacamos algumas dessas questões que desafiam os novos teólogos leigos, homens e mulheres que vivem a realidade sacramental do matrimônio e da sexualidade, para a busca de uma melhor compreensão e expressão do seu potencial humanizador.

• A questão da sacramentalização irresponsável do casamento, sem qualquer conteúdo sacramental, em número considerável de celebrações em nossas igrejas. As exigências para a celebração do casamento são mínimas, insatisfatórias, simplesmente formais e jurídicas – e lá se arma a coreografia festiva. A preparação ao casamento, quando existe, é falha e apressada. Resultam mecanismos de auto-engano, para tranquilizar as nossas consciências, fazendo-nos acreditar que aqueles dois foram preparados para o Sacramento, naqueles dois dias de encontro ou meia dúzia de noites de um curso. Há magníficas mas raras

exceções, mesmo assim prejudicadas pela escassez de tempo. Teríamos a coragem de desmistificar essa prática bem intencionada mas insuficiente, para uma profunda reformulação dessa pastoral fundamental? – mais fundamental que a preparação para a primeira eucaristia, que geralmente leva um ou dois anos.

• A questão da participação, na vida da Igreja, dos divorciados que voltam a se casar. é uma das questões mais mal-resolvidas na vida da Igreja, e na pastoral familiar. A recomendada "acolhida generosa" pela comunidade cristã é ambígua e, na verdade, excludente. Serão sempre "cristãos de segunda classe". A maioria dos movimentos e encontros de casais não os admitem, por uma absolutamente equivocada visão do Sacramento do Matrimônio, outra questão a exigir profunda revisão teológico-pastoral. A visão mágico-legalista que ainda persiste entre a maioria dos cristãos empobrece a grandeza do Sacramento e desemboca em atitudes pastorais lamentáveis.

• A questão do planejamento familiar para uma paternidade responsável: é outra questão que confunde as mentes de muitos cristãos. Chega a ser patética a obsessão da Igreja em condenar o uso de métodos chamados "não-naturais". Não obstante, a quase totalidade dos cristãos/cristãs ou utilizam sem qualquer problema de consciência. Porque, de fato, não há razão para qualquer problema de consciência. É absolutamente frágil a pretendida fundamentação teológica para essa doutrina que só considera "ílicitos" os equivocadamente chamados "método

naturais", talvez os mais contrários à natureza do amor conjugal. Por outro lado, há o aspecto político do planejamento familiar. A Conferência das Nações Unidas, no Cairo, retoma o tema, mais uma vez. Quantos de nós estudam, em profundidade o problema? Vamos cerrar fileiras na condenação cega a qualquer política demográfica, sem conhecer os argumentos de seus defensores? Não seria adequado e urgente tentar descobrir as "possíveis sementes da verdade" que as ciências demográficas estão lançando à reflexão de toda a humanidade? Não somos ingênuos, sabemos que há interesses políticos atuando. Mas tampouco devemos ser radicais na condenação cega a qualquer política demográfica, sem uma análise séria das premissas em que se baseiam.

• A questão do aborto também é mal enfocada. Não há dúvida quanto à essência: somos todos contra a prática do aborto. O nosso é o Deus da Vida e não da morte. A partir desse consenso, as práticas devem ser questionadas. São praticados, no Brasil, não menos de 1,4 milhões de abortos por ano. E é proibido, é crime previsto em lei. Então a lei é inócuia. Ora, a única manifestação nossa, como Igreja, contra o aborto, são os protestos e passeatas contra a desriminalização dessa prática, que seguirá nesse nível milionário com lei ou sem lei. Portanto, a lei ou não-lei é questão secundária, embora importante. Mais importante, entretanto, seriam os esforços efetivos para que se praticassem menos abortos no Brasil. Analisar as causas, em mais profundidade, ainda que já razoavelmente conhecidas.

Atuar sobre as causas. Lutar por políticas sociais, desenvolver práticas pastorais inteligentes que contribuam para que a maternidade tenha condições de ser assumida, sem medo de suas consequências e suas responsabilidades. Há muitíssimo a fazer, possível de ser feito, nesse sentido. Mas é preciso nos defrontarmos com o problema nessa ótica, e não na de cruzadas contra os infiéis. Aqui haveria uma interface com a questão anterior: sendo os chamados métodos "naturais" uma das causas da gravidez indesejada que acaba levando a mais um possível aborto, não seria melhor a escolha livre do método "mais seguro", em cada caso, para evitar esse resultado que queremos impedir por lei inócuia? Sem falar na utilidade, ainda que imperfeita, do uso de preservativos na prevenção da AIDS, vedado em manifestações da Igreja: essa seria uma outra questão distinta, que poderia ser transferida para a área de pastoral da saúde, talvez.

• • •

Para provocar essa reflexão, retomamos alguns trabalhos já anteriormente publicados e outros inéditos sobre essas questões que, enquanto mal resolvidas, produzem mais que resolvem problemas, desnecessários sentimentos de culpa inexistente, perda de credibilidade e rejeição à ação pastoral da Igreja.

Os questionamentos propostos por seus autores são feitos por sincero amor à Igreja, na crença de ser justo e necessário rever princípios e orientações, à luz do Evangelho, na ótica humanizadora de Jesus.

# Matrimônio é Sacramento?

Helio e Selma Amorim

Um teólogo, num curso para bispos, peguntou-lhes:

"Quántos casamentos celebrados nas suas dioceses serão mesmo um Sacramento?"

As respostas variaram de 20%, para os pessimistas, a 50%, para os otimistas.

O fato é real. E a avaliação, certamente, realista.

Isso quer dizer que a maioria dos casamentos celebrados nas igrejas, com ou sem pompas e flores, não deve ser um Sacramento, na perspectiva cristã. Poderia até ser sacramento (sinal) do infantilismo religioso dos pais dos noivos ou da subordinação da fé às imposições sociais vazias de sentido religioso. Ou sacramento do poder, da riqueza e do prestígio social das famílias dos noivos. Arma-se, então, uma festiva coreografia, com a fácil cumplicidade de muitos figurantes e do próprio celebrante.

"O que diriam os nossos amigos, se nossos filhos não se casassem na Igreja, sabendo que somos uma família cristã?"

Parece-nos que essa prática tão difundida não ajuda o amadurecimento da fé e da religiosidade dos cristãos. O que se percebe ou suspeita como falso, com aparência de

verdade, passa a idéia de que celebrações religiosas não têm muita seriedade. Se um sacerdote proclama, solenemente, que "isto é um Sacramento do Senhor", e todo mundo (ele inclusive) desconfia que não seja, a celebração passa a ser entendida como uma cena de teatro, onde os atores interpretam personagens que não existem, envolvidos numa trama que não aconteceu.

No entanto, a união de um homem e uma mulher, pelo casamento, pode muito bem ser um Sacramento, sinal do amor de Deus, ainda que sinal imperfeito, na justa medida das limitações humanas dos que o assumem como tal.

Quais serão, então, as características de uma união que a fazem sinal (sacramento) do amor de Deus?

Em primeiro lugar, naturalmente, se um homem e uma mulher querem assumir a sua união como Sacramento, devem saber o que isso significa: sacramento (sinal) de que? E logo que tenha consciência do que se trata, é indispensável que investiguem como é esse amor de Deus, do que o seu próprio amor pretende ser sinal. Para isso, será preciso conhecer o Deus da Bíblia, o Deus de Jesus Cristo, talvez bem diferente



das falsas imagens herdadas de uma catequese falha e distante. Assim, poderão chegar mais perto da compreensão de como Deus nos ama: amor gratuito e fiel, amor-doação-serviço, que respeita o outro, como diferente e original, sem dominá-lo ou manipulá-lo, amor que é capaz de levar a dar a vida por quem se ama, que humaniza o outro, apoia o seu crescimento como pessoa e a realização das suas potencialidades. Amor que supõe uma profunda relação interpessoal, dialógica, de revelação mútua, que se expressa em atos concretos e em gestos simbólicos, que não se fecha sobre si mesmo, mas está aberto a todos os homens, comprometido com a história humana, na qual intervém, sempre em favor dos mais fracos e desumanizados.

É assim que Deus nos ama. E é preciso conhecer e deixar-se fascinar

por esse amor, se se quer tomá-lo como modelo.

Esse quadro referencial fica completo se se entende que a união do homem com a mulher, para constituir uma família e serem uma só carne, faz parte do plano de Deus para o Homem, ao criá-lo, como apresentado no poético relato de Gênesis.

E agora?

Num segundo momento, os que se casam avaliam se o seu amor estará sendo um reflexo, ainda que pálido e imperfeito, do amor de Deus, assim entendido. Talvez não seja, e é bom que o reconheçam. Ou perceberão que aquelas características do amor de Deus estão presentes no seu amor, em grau muito discreto e tímido. Mas estão dispostos a tomá-lo como modelo, conscientes de suas limitações humanas, dos tropeços e quedas, recomeços e

reparações que acontecerão, desde que assumirem o seu projeto de vida, nessa perspectiva. São então levados a compreender que a aproximação a esse modelo de amor tão exigente será um processo lento e gradual. Acompanhará o processo de amadurecimento global dos dois, como pessoas, em todos os planos de sua natureza: psíquica, afetiva, social, espiritual. E que nessa aproximação progressiva precisarão de apoio da comunidade em que estarão inseridos, especialmente a comunidade cristã, que conhece o modelo de amor que assumem na sua união.

Assim, chegamos ao terceiro momento: o homem e a mulher que assumem este projeto de vida convocam a comunidade para anunciarlo e proclamarem que o seu amor já é um sinal (sacramento), ainda que imperfeito, do amor de Deus, que assumem como modelo. Pedem, então, à comunidade, que os ajude a vivê-lo como tal, a crescerem nesse amor, aproximando-se, sempre mais, do modelo escolhido.

A comunidade cristã, reunida, muito consciente sobre o que lhe está sendo pedido, responde e assume a responsabilidade de ajudá-los efetivamente nessa caminhada. Um pacto se estabelece entre a comunidade cristã e o casal. A nova família terá o apoio carinhoso e atento de todos, e isso é anunciado com grande alegria. Então, o sacerdote, em nome da comunidade reunida em torno do casal, sinceramente convencido de que as palavras revelam a verdade presente no coração de todos, proclama, solenemente, que essa união é um Sacramento do

Os que se casam avaliam se o seu amor estará sendo um reflexo ainda que imperfeito do amor de Deus.

amor de Deus. E anuncia que a Graça de Deus estará sempre presente nessa união, atuando através dos gestos concretos com que o casal expressará o seu amor, e do apoio da comunidade cristã solidária e comprometida.

O amor, assim assumido, faz indissolúvel a união do casal. A indissolubilidade não é uma imposição legalista mas o reconhecimento da natureza mesma de uma união fundada do amor que se proclama como Sacramento do amor de Deus.

Este é o sentido da bela celebração, tão comprometida para todos os que dela participam. Pompas e luxo, em vez de embeleza-la, podem ocultar ou camuflar o seu verdadeiro sentido. A celebração não é um acontecimento mágico. O Sacramento não é dado, não cai do céu. Ele simplesmente existe, como decorrência da natureza e qualidade da união assim assumida, numa perspectiva de fé. O que ocorre na celebração comunitária, é a sua proclamação, o seu público reconhecimento, para que todos se alegrem e assumam a sua parte de responsabilidade no projeto de vida anunciado pelo casal.

É possível que o grau de sacramentalidade daquela união seja ainda discreto e limitado. Mas existe todo um potencial de crescimento

dessa sacramentalidade que acompanhará o processo de amadurecimento global dos que se uniram, apoiados pela comunidade e pela Graça de Deus, presente em suas vidas.

Ora, se entendemos dessa forma o Sacramento do Matrimônio, é urgente repensar a preparação dos que se casam e a própria liturgia da celebração. Também se compreenderá o papel dos movimentos e da pastoral da Igreja que se ocupam da família.

### Preparando o anúncio do Sacramento

A preparação é necessária, para que a celebração não se reduza a uma representação teatral. Trata-se de oferecer, aos que vão se casar, todos os elementos que lhes permitem avaliar se o seu amor é reflexo, ainda que pouco luminoso, do amor de Deus. Só eles poderão fazê-lo. Mas, para isso, será preciso revelar-lhe como Deus nos ama. Porque geralmente não sabem. No início deste artigo, registramos algumas indicações que precisariam ser amplamente colocadas à reflexão e aprofundadas num diálogo transparente e sério, tanta é os desdobramentos de cada uma das características do amor de Deus. A indissociável iluminação bíblica também esclarecerá que a união do homem e da mulher faz parte do projeto de Deus para o Homem.

Compreendendo, assim, o que é o Sacramento, o casal concluirá se tem ou não sentido reunir a comunidade cristã para proclamar que a sua união é sacramental, por assu-

O casal convida a comunidade para anunciar-lhe que seu amor é um Sacramento.

mir o amor de Deus como modelo do amor humano que os leva ao casamento.

Na preparação ao casamento, também haverá oportunidade para que descubram as atitudes, gestos, comportamentos, atos simbólicos e ações concretas que contribuem para o crescimento do amor e, portanto, da sacramentalidade da sua união. São os canais através dos quais atua a Graça de Deus. Surge, aqui, ampla matéria de diálogo e reflexão, que abrangerá, certamente, a comunicação interpessoal profunda, a sexualidade, a paternidade-maternidade, o processo de crescimento global dos dois, como pessoas humanas, a abertura para o social e o compromisso no mundo.

Como tudo isso será canal de Graça do Senhor?

Temos o exemplo cativante da sexualidade; se a união sexual do casal é expressão e celebração do amor que os arrebata, descobrirão que a sua realização não apenas exprime mas faz crescer o amor nela celebrado. Portanto, o ato sexual, assim realizado, é um sinal eficaz, ou seja, que aprofunda e faz crescer aquilo que exprime: o amor do casal. Assim, contribui para o crescimento da própria sacramentalidade da união. Compreende-se, então, que as expressões da sexualidade do casal são canal da Graça de Deus,

para aumento da densidade sacramental do casamento e crescimento do amor. Está aberta a porta para uma ampla conversa sobre as condições que tornem o ato sexual sempre mais humanizante, em sua perfeição física e em sua dimensão de linguagem de profunda comunicação interpessoal.

Tratamento semelhante poderão ter todos os demais instrumentos de crescimento do amor, sempre entendidos como canais de Graça, numa união sacramental.

Ainda na preparação, dá-se a oportunidade de contato pessoal, diálogo e um pouco de convivência dos que vão se casar, com representantes da comunidade cristã que será chamada a dar apoio ao casal, na celebração da sua união. Essa convivência revelará sinais de sacramentalidade, ainda que frágil e tímida, que a comunidade, por seu representante, então proclamará. Assim, não será uma proclamação cega, mas fundada no conhecimento daqueles sinais de sacramentalidade captados pelos representantes da comunidade, nos diálogos da preparação ao casamento. É claro que uma preparação deste alcance não pode ser apressada e improvisada. E, muito menos, dispensada, sem justa razão.

## Celebrando

A liturgia do casamento tem que ser, de fato, repensada. Deve envolver toda a comunidade presente, revelando, com clareza, o seu papel e a responsabilidade que é chamada a assumir. O sentido do Sacramento

A nova família recebe a promessa de apoio da comunidade, para ser fiel ao seu projeto de amor.

tem que ser passado de forma didática, extensiva, compreensível, dialogada, participada, para que todos saibam exatamente o que está acontecendo. O anúncio que os novos farão sobre a natureza do seu amor, que fará da sua união um Sacramento, deve ser dirigido à comunidade, e não apenas sussurrada nos ouvidos do sacerdote. Igualmente, o pedido de apoio à comunidade cristã para que possam realizar o seu projeto de vida, deve ser claramente formulado e solenemente respondido. O pacto que assim se estabelece será, então, ressaltado pela liturgia da palavra, por gestos simbólicos e invocações da ajuda de Deus, para que todos compreendam que a sua participação na celebração não se reduz a mero ato social. A liturgia deve criar uma atmosfera de grande alegria; o Povo de Deus se alegra com a criação de uma nova família fundada no amor humano que se quer reflexo do amor de Deus. Aleluia!

## E depois?

A comunidade cristã assumiu um compromisso e deve cumpri-lo. O casal, a família por ele inaugurada, é acolhida e envolvida numa teia de relações solidárias, das que se alegram com suas alegrias e se afligem com suas tristezas. Nesse tecido de

relações interpessoais ampliadas, todos se ajudam mutuamente a crescer na capacidade de amar e servir. Percebem que são uma parcela do Povo de Deus, parte dessa comunidade maior chamada Igreja, cuja missão é o anúncio alvissareiro de que o Reino de Deus está próximo, já irrompe na história humana.

É o desafio para que o amor que os uniu não se feche sobre si mesmos, antes transborde no serviço aos outros, na luta pela justiça e a fraternidade entre todos os homens, na denúncia das estruturas que desumanizam e na construção de um mundo mais humano e igualitário. Aceitar esse desafio leva o amor do casal a se aproximar ainda mais do modelo que escolheu, e aumenta a densidade sacramental da sua união.

Os movimentos e pastorais familiares e sociais têm um papel importante nesse processo. São instrumentos de que a comunidade cristã dispõe para ajudar a nova família em suas dificuldades, apoiar o seu crescimento, estimular o seu engajamento em ações transformadoras para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, prenúncio do Reino definitivo, que já se faz presente na história humana.

## Quando a fé está ausente

Uma pergunta já ocorreu certamente a quem lê este artigo: "Só o casamento de cristãos, nessa perspectiva de fé, pode ser um Sacramento?"

Vejamos: quem não crê, não o proclamará como sacramento, simplesmente porque essa dimensão

O amor que une o casal não pode fechar-se sobre si mesmo mas deve transbordar no serviço aos outros.

transcendente da união do homem e da mulher não faz parte do seu mundo. Quer dizer: para quem não tem fé, a sua união, no casamento, não é um sacramento do amor de Deus. Mas, para os cristãos que os conhecem, essa mesma união de não-crentes pode ser um sinal sacramental. Também para Deus. Porque o amor que os une pode ser, de fato, reflexo luminoso do amor do Deus em quem não crêem.

Nesse caso, existe uma dimensão sacramental não proclamada solenemente, mas reconhecida pela comunidade dos cristãos, que identificam, na vivência do amor do casal não-crente, as características do amor de Deus. Porque essa dimensão sacramental é uma qualidade da união do casal, própria da natureza do amor em que se baseia essa união, independentemente de anúncios, ritos e celebrações, nas quais é proclamado e reconhecido pela comunidade que acolhe o novo casal. Esta dimensão comunitária do Sacramento acrescenta um rico conteúdo ao casamento dos cristãos, mas não é a essência do Sacramento, que está referida ao amor de Deus.

Assim, o casamento dos que não crêem pode ser um sinal sacramental. Nele estará presente a Graça de Deus, sempre atuante através dos gestos e atos com que exprimem seu amor, ainda que nisto não

possam crer. E mais: a densidade sacramental dessa união pode ser maior que a de muitos casamentos cristãos, já que a medida é o grau de aproximação do amor de Deus, do qual é sinal.

### Uma conclusão inquietante

A fragilidade humana, as pressões sociais desagregadoras, a omisão da comunidade cristã, desvios no processo de amadurecimento pessoal que resultam em forte desequilíbrio entre o desenvolvimento intelectual e social, de um lado, e o afetivo e espiritual, do outro, e tantos outros tropeços e retrocessos, podem levar ao fracasso do amor. Muitas vezes se trata de um esvaziamento reversível, que exigirá apoio diligente da comunidade para ser reconstruído. Outras vezes, se constatará que se trata de ruptura irreversível. Geralmente, nesse caso, desfaz-se a união. Às vezes, a duras penas, o casal mantém união de conveniência, por pressão social ou familiar, pelos filhos ou por outra razão.

Mas caberia a pergunta inquietante: permanece o Sacramento? Essa união ainda é sinal do amor de Deus? A sacramentalidade dessa

união que atingiu graus variados, ao longo da vida do casal, não terá bairado a zero? A separação ou divórcio esvazia a dimensão sacramental do casamento ou a separação acontece justamente porque a dimensão sacramental se diluiu pela falta de seu elemento essencial, o amor? Terá sentido afirmar-se que o Sacramento permanece, como selo ou marca indelével, ainda que não exista amor?

Estas e muitas outras perguntas nos remetem a um desafio evidente: a sacramentalidade do casamento se constrói no dia-a-dia da vida conjugal. Não é algo mágico que se agrega à união do casal, no dia das bodas, mas o resultado da atenção e empenho que colocam no crescimento constante do amor, na busca diligente de aproximações sucessivas ao modelo assumido: o amor de Deus por seu Povo. Haverá avanços e retrocessos, ao longo do caminho. O grau de sacramentalidade não crescerá linearmente. Antes, oscilará entre pontos altos e baixos, conforme o grau de esforço e cuidado que o casal dedicar às expressões do seu amor e às ações concretas que lhe dão eficácia. Assim, atua a Graça de Deus, consolidando e fazendo sempre mais fecundo esse amor, e mais sacramental essa união.

- É assim que temos vivenciado a sacramentalidade da nossa união conjugal? As idéias expostas neste estudo correspondem à nossa visão do Sacramento do matrimônio?
- O que tem contribuído, em nossas vidas, para o crescimento da dimensão sacramental da nossa união? E o que as faz retroceder esse processo?
- Como se faz a preparação ao casamento em nossa cidade? A proposta apresentada neste estudo corresponde ao que se faz nessa preparação, atualmente? É possível aperfeiçoar esse trabalho? Como?

# A experiência do aborto entre mulheres católicas

**Lucia Ribeiro**  
Socióloga

O texto analisa a questão do aborto em relação à Igreja Católica desde o ponto de vista da experiência concreta das católicas, baseando-se em uma pesquisa realizada com mulheres das Comunidades Eclesiais de Base no Rio de Janeiro.

Ao referir-se a esta questão, estas mulheres se declaram contrárias ao aborto, a nível dos princípios, reconhecendo o valor sagrado da Vida. Confrontadas, no entanto, às circunstâncias concretas que configuram seu cotidiano, sua reação se torna mais nuancada e, em alguns casos, contraditória com a posição principista. Conhecendo as enormes dificuldades envolvidas na decisão de abortar, sua atitude é de compaixão e compreensão. Para elas, é no âmbito da necessidade e da total ausência de outras alternativas que tal decisão se coloca. Entre as circunstâncias que podem levar uma mulher a abortar, as entrevistadas distinguem: o condicionamento econômico que, dada a precariedade de suas condições de vida, pode se mostrar uma pressão intolerável; os casos de estupro e os de gravidez adolescente, envolvendo a questão da virgindade.

Estas circunstâncias se agravam face à frequente omissão do homem, recaendo exclusivamente sobre a mulher toda a responsabilidade.

O texto indica que não se pode assumir abstratamente uma posição contrária ao aborto sem oferecer esclarecimentos e alternativas concretas de apoio.

Por outro lado, a falta quase total de informação e educação sexual e a precariedade de acesso a uma assistência médica adequada – que dificultam ou impossibilitam a contracepção – levam a transformar o aborto em método anticoncepcional.

Dai a importância de conhecer e atuar a nível das circunstâncias concretas; para os cristãos, é a este nível que podem repensar existencialmente, à luz da fé, os valores que orientam seu comportamento.

## A experiência do aborto entre mulheres católicas

A posição da Igreja Católica em relação ao aborto é frequentemente vista como um bloco monolítico, sintetizado na "defesa da Vida". Entretanto, a mera enunciação de um princípio universal não dá conta da pluralidade de circunstâncias que configuram a vida concreta de católicos e católicas: é este nível – por definição complexo e frequentemente contraditório – que os princípios adquirem carne e consistência ao iluminar as opções concretas que expressam a liberdade – e a responsabilidade – de cada um(a).

Ao falar do aborto, este nível vem sendo negado, como se fosse possível subsumi-lo sob o princípio geral; o véu de silêncio e de clandestinidade que se estabeleceu impede que se conheça uma realidade que, entretanto, tem uma existência própria "Eppur si muove..."

Romper este véu é indispensável, se queremos compreender a Igreja como um corpo vivo, composto de pessoas concretas, que se inserem em um contexto histórico – portanto mutável – e que enfrentam cotidianamente o desafio de viver os problemas de seu tempo à luz da Fé.

É na perspectiva de conhecer

Trata-se da pesquisa sobre "Sexualidade e reprodução: a vivência de mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica", realizada pela autora, no âmbito do projeto PRODIR da Fundação Carlos Chagas, com financiamento da Fundação MacArthur, junto a mulheres da Diocese de Nova Iguaçu-RJ, 1991/1992.

esta prática que se apresenta, a seguir, a experiência de algumas mulheres de Comunidades Eclesiais de Base da Baixada Fluminense.

A apresentação desta experiência é o resultado de pesquisa recentemente realizada. Embora o objetivo de análise fosse bem mais amplo, incluindo toda a temática do comportamento reprodutivo, a questão do aborto surgiu como um de seus elementos. Tema complexo e extremamente delicado, mereceria um aprofundamento maior, mas, embora limitados, os achados da pesquisa abrem pistas interessantes, que podem alimentar a reflexão.

Ao referir-se a esta questão, as mulheres entrevistadas explicitaram, inicialmente, uma posição que não encerra nenhuma novidade: a nível dos princípios se declaram contrárias ao aborto e algumas chegam mesmo a ser taxativas: *Eu sou super contra. Em qualquer caso. Em hipótese nenhuma seria certo, porque iria de encontro ao que eu penso, como católica.*

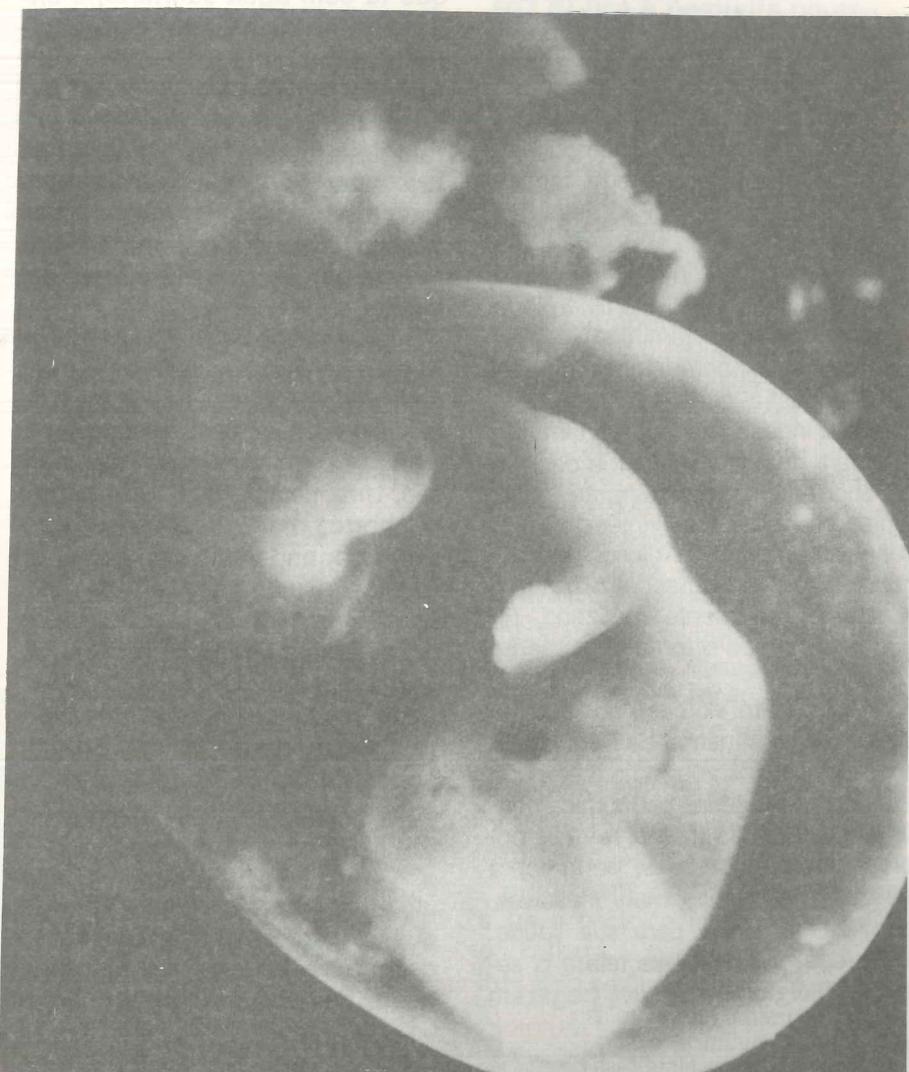
Subjacente a esta posição, nota-se o respeito pela Vida, desde a sua origem – *um dia já é uma vida* – e a recusa de eliminá-la: as mulheres parecem reconhecer aqui um valor sagrado.

Mas não é apenas a motivação religiosa que está presente; na atual realidade brasileira, a questão do aborto remete a um valor ético que ultrapassa os limites da instituição eclesial para inscrever-se no espaço mais amplo da própria cultura. (É verdade que, por sua vez, esta se inclui na tradição ocidental, profundamente influenciada pelo pensamento judaico-cristão, com o que se

volta à origem...) Esta reiteração faz com que se possa observar, entre as mulheres entrevistadas, um sentimento muito arraigado, que assim se expressa: *é uma convicção própria que eu adquiri, não é ninguém que está me impondo, não é a Igreja, não é o Papa, não é o padre, é a minha consciência que aprendeu a não aceitar. Aqui, pareceria estar implícito, na formação da própria cons-*

ciência, um rechaço cultural e ético mais amplo, que vai além – e que reforça – as convicções religiosas.

Por outro lado, as mulheres entrevistadas percebem também uma diferença fundamental, quando comparam a contracepção ao aborto. Enquanto a primeira apenas impede que o processo reprodutivo se dê, a segunda significa sua ruptura: esta diferença acarreta consequências também no plano ético, levando



a assumir posturas distintas: com o método anticoncepcional, eu estou evitando ter filhos, mas eu não estou interrompendo nada. Então, evitar que aconteça eu não acho errado. Acho que a gente tem que evitar porque a gente não vai ficar a vida inteira tendo filho, tendo filho. Agora, abortar é a gente interromper um processo de vida mesmo, que já está iniciado.

Entretanto, se a posição das entrevistadas, a nível dos princípios, se define como contrária ao aborto, quando as mesmas são confrontadas aos casos concretos, com os quais convivem na realidade cotidiana, sua sensibilidade e sua capacidade de compreensão as levam a ter uma reação mais matizada e até de certa maneira contraditória com a posição principalista.<sup>1</sup> Partilhando a mesma condição feminina, muitas católicas já experimentaram na carne a angústia que representa uma gravidez indesejada; sabem também que para qualquer mulher, a decisão de abortar é tremendamente difícil, representando uma violência; têm conhecimento, além disso, das circunstâncias precárias em que o aborto é geralmente realizado, no seu meio, o que o torna duplamente complicado.

Com efeito, no caso dos setores populares, a situação de ilegalidade e de clandestinidade torna a atenção médica qualificada, economicamente inacessível, as mulheres mais pobres se vêm forçadas, portanto, a utilizar métodos os mais invasivos, com sérios riscos para sua saúde. Uma das entrevistadas relata o seguinte: há pouco tempo, pegaram

A decisão de abortar é tremendamente difícil e representa uma violência para a mulher.

uma mulher que fazia aborto nas garotinhas; diluia não sei o que lá com água sanitária, e enfiava uma bucha com isso, dentro (da vagina); colocava um tampão e mandava (a moça) para casa; e aí ela marcava no relógio e dizia: "a tal hora você tira o tampão, que vai descer a tua menstruação". Agora você vê o risco que essa pessoa corre, de perder um útero, (ou de) perder a vida.

Em face desta realidade tão difícil e tão sofrida, vivida por outras mulheres, a atitude das entrevistadas, longe de ser condenatória é, em geral de compaixão e de compreensão. Uma delas afirma: Sou contra o aborto, mas posso até entender, dependendo do caso da pessoa. Cada caso é um caso. Referindo-se a um caso concreto, outra declara: É super difícil julgar; cada uma tem seu motivo, cada uma, na hora do desespero, pensa numa coisa. Eu sou super contra o aborto, mas eu soube entender o lado dela (da mulher).

Evidentemente, não se trata de uma questão fácil. Para entender que alguém chegue a tomar esta decisão, as entrevistadas percebem que é preciso ter o direito de se

desculpar, ou seja ter razões suficientemente graves; em caso contrário, isso é inaceitável: a pessoa ter condição financeira, a pessoa ter acesso à informação, a pessoa não querer ter filho por vaidade — porque muitas vezes é vaidade — aí é uma coisa que você não está sendo forçada, está fazendo por livre e espontânea vontade, que nada vai te impedir isto, entendeu, só a sua vontade, mais nada... Aí eu acho ruim.

Isso nos leva a uma primeira observação: pareceria que a "decisão" do aborto só pode ser compreendida quando se trata do âmbito da necessidade, que força a optar por uma alternativa imposta pelas circunstâncias, frente às quais não se encontra outra saída; colocada nesta posição, a mulher seria mais "objeto" que "sujeito" de seus próprios atos. E talvez seja por esta razão, que, nestes casos, as entrevistadas são profundamente solidárias com o sofrimento que isto implica, na divisão entre querer ter o filho e não ter condições de criá-lo.

Entre as circunstâncias que poderiam "forçar" uma mulher a abortar as entrevistadas distinguem, em primeiro lugar o condicionamento econômico. Limitadas permanentemente pela precariedade de suas condições de vida, não é difícil, para as mulheres das CEBs, entender que esta pode representar, em certos casos, uma pressão intolerável.

Os depoimentos de algumas delas, a este respeito, são claros: A Igreja é contra o aborto, mas eu acho que Deus sabendo o problema de cada um... Você colo-

Entre as circunstâncias que podem levar ao aborto, destaca-se o condicionamento econômico.

car o filho no mundo e deixar o filho passar fome, morrer ao relento, será que Deus aprova isso? Aí fica a pergunta no ar...

Essa é uma questão muito difícil, só pra quem tá vivendo, mesmo... E realmente a gente pensa: mais uma pessoa, o marido desempregado, né, mora em favela, tem cinco filhos, de repente vem mais um, eu acho que... Não é prá gente reclamar essa pessoa porque decidiu fazer um aborto.

Algumas, inclusive, descobrem esta dimensão inserida em um contexto mais global: é uma bola de neve, mesmo, né? É a questão financeira, é a situação mesma que se está vivendo no país em relação a essa miséria que está aí, é a falta de informação, é tudo. É o machismo, é aquela coisa que joga mesmo prá cima da mulher a responsabilidade todinha: "você que sabe, você que resolve", esse tipo de coisa. E aí a pessoa, na hora... porque ninguém faz isso porque quer, ninguém faria isso com o coração tranquilo.

Aqui está presente também um outro aspecto: a freqüente omissão do homem — que joga sobre a mulher todo o peso da responsabilidade

— ou, mais grave ainda, a pressão que exerce sobre a mulher, de forma ao mesmo tempo inapelável e irresistível, já que, na maioria dos casos esta não tem condições nem materiais nem emocionais de assumir sozinha o encargo que representaria ter (mais) um filho.

Mas talvez o aspecto que mais tocou as entrevistadas é o caso de estupro; diante de uma situação assim, as mulheres ficam muito divididas: porque é uma vida que não se deixa vir ao mundo, que não tem culpa do que aconteceu. Mas a mãe poderia ter um filho de uma pessoa que não amou, que não quis, que foi o caso de uma violência? Não sei nem o que pensar. Porque tem esses dois lados, né? O direito é de quem? da criança que vem ao mundo ou da mãe que não aceita, se ela não fez nada pra provocar aquilo? Aqui aparece claramente o conflito de direitos, levando a questionamentos e percebendo a dificuldade de optar, nestes casos.

### O homem joga sobre a mulher todo o peso da responsabilidade pela decisão de abortar.

Um outro aspecto é o da gravidez adolescente, que envolve a questão da virgindade. Esta ainda constitui um valor, em certos meios, sobretudo para as gerações mais velhas. Reconhece-se, entretanto, que nos tempos atuais, nem sempre se consegue preservá-la e então as entrevistadas a reformulam pragmaticamente: **não tendo filho, é moça**. Entretanto, constatam que, quando acontece a gravidez — que seria “a prova do crime” — muitas mulheres preferem recorrer ao aborto que passar vergonha frente à sociedade. Neste caso, entretanto, a posição das entrevistadas parece ser bem mais ambígua: por um lado,

entendem a dificuldade para uma adolescente de assumir a maternidade; mas, por outro, creem que optar pelo aborto apenas para tentar “salvar as aparências” não se justificaria; uma delas chegou a falar em hipocrisia, neste caso. Certamente esta questão mereceria uma análise mais extensa, dado o aumento do fenômeno da gravidez adolescente, consequência de uma maior liberalização do comportamento sexual sem a necessária informação e educação nesta área e sem o acesso adequado à contracepção.

Na pesquisa, foram estes os aspectos levantados. Entretanto, a literatura especializada aponta também outros fatores, além dos mencionados, que pesam fortemente na decisão das mulheres: entre estes, a pressão exercida pelo mercado de trabalho — de forma direta ou indireta — é dos mais significativos, demonstrando a contradição de uma sociedade que não oferece condições às mulheres dos setores mais carentes de criar seus filhos mas

**Aumenta a ocorrência da gravidez de adolescentes pela maior liberação da prática sexual.**

que, simultaneamente, criminaliza o aborto.

Manifestar uma atitude de compreensão e de flexibilidade, em face de um princípio que condena o aborto parece ser mais fácil, para as entrevistadas, quando se referem a outras mulheres; ao tocar sua própria experiência, o relato se torna bem mais complexo, expressando uma enorme dose de sofrimento e incluindo inevitavelmente — em maior ou menor grau — o sentimento de culpa. Mesmo assim, algumas das entrevistadas, ao viver a experiência de uma gravidez não-desejada e ao se confrontar com o desespero e a angústia que esta representa, chegaram quando menos a pensar na questão do aborto ou mesmo a fazer tentativas neste sentido. Ao recorrer a chás e ervas medicinais “para regular a menstruação” as católicas não constituem exceção a um costume largamente utilizado, nos meios populares; mas provavelmente o sentimento de culpa é muito maior levando, na maioria dos casos, a expressar o arrependimento posterior.

Muito mais difícil ainda é enfrentar a vivência concreta: das 26 mulheres entrevistadas, 4 declararam ter feito um aborto. Esta questão surgiu em meio aos outros temas le-



vantados pela pesquisa e não foi possível dar-lhe um tratamento mais detalhado, inclusive pela própria metodologia utilizada, baseada em entrevistas grupais. Neste contexto, revelar a própria vivência, sobre um tema tão controvérsio – sobretudo em meios católicos – representou um desafio. Para três das mulheres que viveram esta realidade, foi uma experiência muito dura; eram todas mulheres casadas que, na época, já tinham 3 ou 4 filhos e que tinham certeza de não querer ter mais. Uma não quis falar a respeito, mas as outras duas relataram situações extremamente difíceis, em que realmente não viam outra alternativa, ao sentir-se pressionadas simultaneamente pela falta de condições para ter outro filho, pela oposição do marido e pela impossibilidade de arcar sozinhas com esta responsabilidade: eu "tirei" porque foi a minha única solução. Foi ele que queria. Eu ia fazer o que? Só se eu largasse ele e fosse resolver o meu problema sozinha.

Acrescentando ainda a este quadro a total ausência de espaços para discutir e tentar solucionar o problema de outra forma e, pelo menos em um caso, a falta de esclarecimento sobre o assunto, não é fácil compreender o verdadeiro drama que significaram estas três experiências, marcadas pela angústia, pela culpa, e, ao mesmo tempo, pelo sentimento de não ter outra coisa a fazer.

Já o quarto caso pareceu bastante atípico, tendo sido muito criticado, posteriormente, pelo grupo: tratava-se de uma mulher jovem, com um único filho, casada com um

A sociedade não oferece condições às mulheres pobres de criar seus filhos mas criminaliza o aborto.

homem bem mais velho, e que explicitava claramente não querer mais filhos; já tinha feito dois abortos e se declarava disposta a fazer outros, se necessário, dadas suas circunstâncias de vida e, por outro lado, suas dificuldades pessoais com o uso de anticoncepcionais: eu sei que é uma vida, mas aquela vida que eu ia dar eu não ia ter condições de criar. Entretanto, mesmo aqui, pareceria que o aborto não se colocava como a primeira solução, mas apenas quando os métodos anticoncepcionais falhassem.

Diante da complexidade destes casos, muitas das entrevistadas expressaram a idéia de que não se pode julgar, sobretudo quando não se tem uma alternativa melhor a oferecer ou, com mais razão, se não se tem possibilidade – ou disponibilidade – de colaborar efetivamente para solucionar o problema.

Aqui, sua prática aponta para uma questão que nos parece fundamental: não se pode assumir, abstratamente, uma posição contrária ao aborto sem oferecer às mulheres um espaço de diálogo e de esclarecimento que as ajude a tomar uma decisão em face de uma gravidez indesejada e, mais que isso, sem abrir alternativas concretas de apoio que lhes permitam ter os filhos que

quiserem, em caso contrário, condenar as mulheres que se vêem "forçadas" a abortar não seria uma atitude farisaica?

Esta questão nos remete também a outro aspecto básico: a realidade do aborto – somada à da contracepção – demonstra claramente o desejo das mulheres de controlar a própria fecundidade. Tal desejo constitui hoje uma posição praticamente consensual: é um dado da modernidade, já incorporado à atual realidade brasileira, frente ao qual as mulheres católicas não parecem constituir exceção.

Entretanto, os meios para este controle não se encontram igualmente disponíveis; para as mulheres dos setores populares, a falta quase total de informações e educação sexual e a precariedade de acesso a uma assistência médica adequada dificultam – quando não impossibilitam – a utilização da contracepção, levando a transformar o aborto em método anticoncepcional. Conhecer, compreender e, se possível, atuar para transformar esta realidade são exigências que se colocam urgentemente para a(o)s crita(o)s, se quiserem assumir "os sinais dos tempos" à luz da Fé, baixando de uma atitude "principista" para o enfrentamento das práticas concretas e dos desafios da vida cotidiana.

Nesta perspectiva, a experiência das mulheres das CEBs podem ajudar a abrir pistas, quando assumem uma atitude de compreensão em face da complexidade de uma realidade contraditória. Aí parece estar implícito o reconhecimento de que, em circunstâncias especialmente graves e difíceis, o aborto, sem deixar de

ser uma decisão grave, poderia ser considerado a "menos má" das alternativas.

Isto não significa minimizar os problemas que tal decisão envolve, mas simplesmente reconhecer que, em um mundo marcado pela injustiça e pela crueldade, o aborto não é o único mal e que, na difícil escolha entre alternativas todas elas negativas, poderia até mesmo constituir um "mal menor". O valor fundamental que constitui o critério de discernimento é sempre a defesa da Vida. Esta defesa, entretanto, não se reduz exclusivamente a proteger a integridade de um processo biológico, mas leva em conta a Vida na sua totalidade e nas suas diferentes determinações e situações concretas. Isto significa reconhecer outros valores que aí estão envolvidos, como a proteção da vida da mãe e dos filhos já existentes e a importância não apenas de pro-criar mas também de ter condições de criar o filho.

Toda esta gama de valores se encontra implícita no discurso das entrevistadas. Ao reconhecê-los como valores e como critério de escolha não estariam as mulheres das CEBs – ainda que de forma inconsciente e não explicitamente formulada – vivenciando, no seu sentido mais autêntico a "defesa da Vida" e colaborando a repensá-la existencialmente, a partir da multiplicidade de situações, para além da enunciação de princípios gerais sem raízes com a Vida real das pessoas concretas?

- *Essa pesquisa nos questiona? Como nos posicionamos nessa delicada questão?*

## Atuar sobre as causas

Os cristãos observam com atenção as iniciativas periódicas de grupos de pressão que pretendem a legalização do aborto no Brasil.

Não podemos perder de vista alguns pontos a considerar nessa questão.

Tentativas desta natureza costumam surgir justamente nos momentos em que graves problemas sócio-políticos e econômicos mobilizam a opinião pública, pressionando o sistema a realizar profundas modificações estruturais que põem em risco os privilégios de muitos.

A introdução do debate sobre o aborto é um providencial desvio de atenções, deslocando-as dos problemas centrais que afetam o povo para questões secundárias.

No caso do aborto, quando se pretende legislar sobre simples efeitos de problemas sociais da maior gravidade, sem agir sobre suas causas, esse desvio de atenções é especialmente eficiente, por envolver profundamente as convicções religiosas e filosóficas do nosso povo, levando a própria Igreja a se mobilizar amplamente para esse debate, comprometendo sua capacidade de atuar, com a atenção que vem sempre dedicando, no núcleo mesmo dos graves problemas antes referidos.

Assim, ainda que não intencionalmente por parte de todos, a mobilização da opinião pública para o debate do aborto debilita a firme e construtiva confrontação política com que as forças vivas da nação perseguem a solução dos graves problemas que hoje afetam dramaticamente o povo brasileiro.

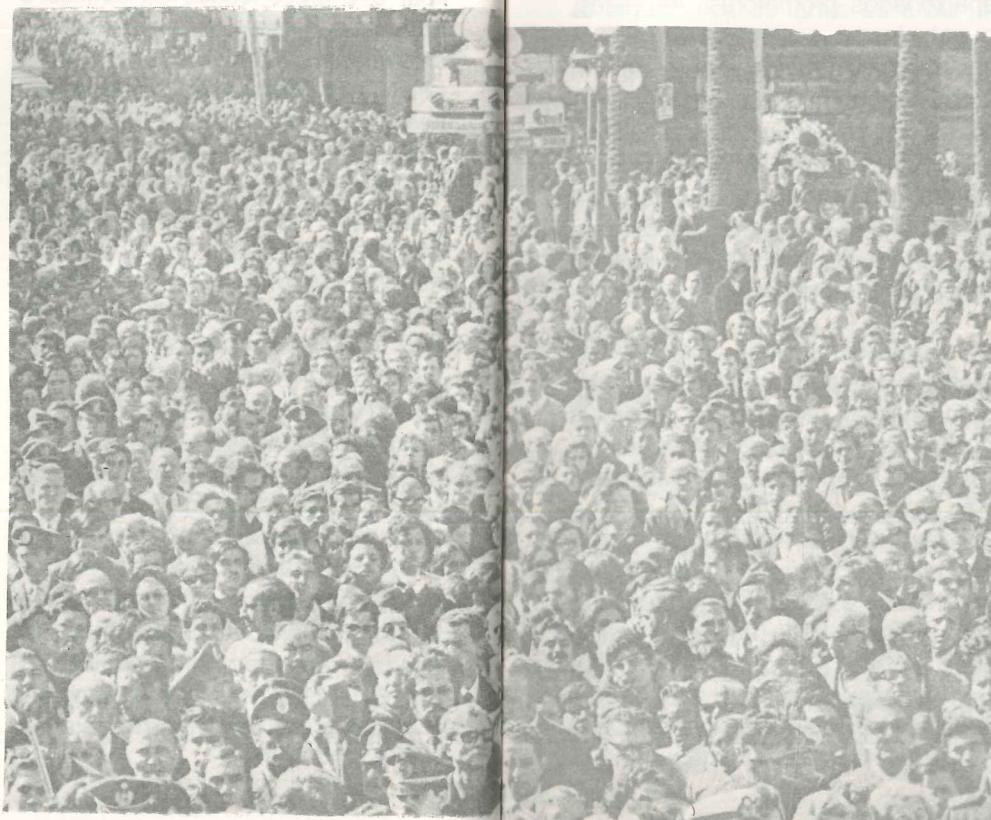
Por outro lado, muitos cristãos se mobilizam fortemente nas cam-

panhas contra a legalização do aborto mas, logo que derrotada mais uma tentativa de implantá-lo, voltam à passiva tranquilidade dos vitoriosos, e nada fazem para que de fato se pratiquem menos abortos no país. Porque é indispensável atuar com a mesma coragem e empenho na luta pela remoção das causas dos abortos que se fazem com lei ou sem ela.

Assim sendo, é inadiável um estudo sério para a busca de soluções concretas e urgentes que reduzam a incidência alarmante da prática do aborto em nosso país. Evitar simplesmente a sua legalização não diminui o seu número. É preciso remover as causas que levam a essa decisão tantas vezes dramática e desesperada. Antes de mais nada,

sejam realizadas pesquisas honestas para identificar as motivações que levam uma mulher a decidir-se pelo aborto. Conhecendo-se as causas será necessário realizar profundas e corajosas mudanças na política social familiar, na legislação trabalhista, na previdência social, na política salarial, em especial no que se refere ao trabalho da mulher, a obrigatoriedade de creches, e ao salário-família, de modo a ajudar as mães a não serem mais impelidas, às vezes de forma inapelável, às práticas do aborto. Isto sim, é atacar o problema em suas raízes e contribuir para a redução do número de abortos no Brasil.

Considerando estes e tantos outros pontos que poderiam ser acrescentados, os cristãos se manifestam contrário à prática do aborto e, portanto, à sua legalização. Manifestam a sua compreensão àquelas mulheres que só recorrem a esta prática por pressões intoleráveis dos mecanismos injustos de nossa sociedade mas exigem dos poderes públicos e organismos responsáveis as necessárias transformações que eliminem tais pressões. Consideram que a prática do aborto, legalizado ou não, é uma prática contra a vida e, portanto, contrária à essência mesma da mensagem evangélica, que anuncia um mundo em que a morte é vencida pela vida. Embora sua posição seja iluminada claramente por sua visão cristã do mundo e da pessoa humana, considera que deve ser esta também a posição de todos os não cristãos embebidos de um rico humanismo que supõe o inalienável direito à vida e a inviolabilidade da dignidade do homem.



# A lei natural do amor

**Helio e Selma Amorim**  
Ex-Presidentes Latino-Americanos do MFC

Corre-se o risco de conceder-se ao método Billings, ainda que não intencionalmente, o "status" de método da Igreja para o exercício da paternidade responsável.

Isto aconteceu com o método Ogino-Knaus, que as observações de Billings de fato tornaram menos falho.

Que estas informações sejam divulgadas pelos organismos leigos interessados, nada temos contra, é claro.

Mas à associação, ainda que não oficial, da Igreja a esta divulgação, que logo é entendida como recomendação do método, fazemos restrições. Suspeitamos de que essa não seja uma boa recomendação.

Mais, ainda, temos o receio de que a polarização do interesse de tantos agentes de pastoral, da Igreja, por esse assunto, leve à redução da pastoral familiar ao problema da planificação familiar, como aconteceu, lamentavelmente, em alguns países da América Latina. Nesses países, muitos se referem, pejorativamente, à "pastoral de las entrañas", que tomou lugar da autêntica pastoral familiar.

Desde meados dos anos 70, tomamos conhecimento e estudamos o chamado método Billings e

procuramos de início com certo otimismo e interesse, divulgá-lo, especialmente nas atividades de preparação ao casamento. Cremos que isto poderia continuar sendo feito, desde que não se associe esse método à Igreja e se lealmente expostos os seus inconvenientes – sem, portanto, o tom triunfalista com que é geralmente apresentado por seus apaixonados promotores. Às vezes, o entusiasmo exagerado de alguns se aproxima perigosamente de um fanatismo fechado ao diálogo e à crítica.

**O que é certo é que, infelizmente, ainda não surgiu um método que satisfaça plenamente às expectativas da grande maioria dos casais.**

Ao longo desses anos, temos recebido vasta literatura sobre o método Billings, através de múltiplas publicações editadas por vários organismos dedicados à sua difusão. São textos repetitivos, já que a apresentação do método se esgota em poucos parágrafos. Multiplicam-se gráficos e ábacos, para facilitar a sua compreensão; trata-se de variações gráficas em torno de um sistema bastante simples. A variada procedência dessas publicações têm



um ponto em comum: são geralmente organismos de Igreja ou a ela intimamente associados.

Observamos um curioso tom panfletário e apaixonado em muitos artigos que "defendem" o método, sempre com violentas acusações aos que o "atacam" ou criticam. Isto porque, não obstante tantos anos de intensa difusão, não tem o método merecido a acolhida irrestrita esperada, no meio médico e científico.

Atribui-se tal fato, em geral, ao interesse das multinacionais que fabricam os anovulatórios ou preservativos, e a má vontade de muitos médicos em relação a um método que quase prescinde de sua assistência profissional com prováveis repercussões negativas nos rendimentos dos seus consultórios.

Entretanto, muito médicos de cuja honestidade não se pode duvidar, que atuam na Previdência Social ou em postos de Saúde Pública, sem interesse nos lucros das multi-

nacionais, e que não se dedicam ao atendimento particular, não têm demonstrado, geralmente, um duradouro interesse pelo método Billings.

Em um debate de especialistas que assistimos recentemente na TV, em nenhum momento se fizeram referências a esse método, embora os entrevistados chamassem a atenção para os riscos que podem estar associados ao uso imprudente de anovulatórios e dispositivos intra-uterinos.

O que ouvimos, nesse debate, é que ainda se espera a descoberta de um método ideal, que poderia ser um método "artificial", simples e econômico, reversível sem efeitos colaterais prejudiciais à saúde, e não dependente da voracidade dos laboratórios multinacionais. E não abortivo, acrescentaríamos. Parece-nos ser esta a colocação mais correta.

Neste caso, seria necessário reabrir-se, na Igreja, o debate teoló-

gico sobre a questão da "lei natural" aplicada ao assunto, e que permanece francamente controvertida.

Procuremos expor alguns aspectos insatisfatórios dos chamados métodos "naturais", em geral, e do método Billings, em particular, fruto de nossas observações pessoais, em contato com noivos e casais, ao longo desses últimos anos.

• A primeira restrição que fazemos aos chamados métodos "naturais" refere-se ao fato de subordinarem uma bela expressão do amor conjugal ao determinismo do ritmo da fertilidade biológica. O ato sexual é uma magnífica e construtiva celebração do amor do casal, e sua lei natural é a da espontaneidade – não a do calendário.

É claro que não é esta a única expressão da afetividade conjugal. Mas é, indiscutivelmente, uma expressão arrebatadora e eficaz, que alimenta e renova o próprio amor que exprime. Tem, portanto, estreita relação com a própria sacramentalidade do matrimônio. Sua dimensão de linguagem, de comunicação interpessoal incomparável, a constitui num forte incentivo ao crescimento do elán, do entusiasmo pela vida conjugal e familiar, com reflexos positivos sobre as relações familiares e o equilíbrio psíquico da relação conjugal.

A minoria privilegiada de casais – na qual nos incluímos – que dispõe de condições favoráveis de moradia, ritmo de trabalho, saúde, tempo de convivência íntima, privacidade e outros benefícios da civilização, ainda poderia sujeitar-se à continência determinada pelo calendário. Com efeito, a convivência diária re-

Ainda não surgiu um método que satisfaça plenamente às expectativas da maioria dos casais.

gular e prolongada abre possibilidade de expressões alternativas do amor conjugal, e os dias de não-fertilidade biológica podem então ser intensamente aproveitados para essa privilegiada expressão sexual que celebra o amor do casal. Mesmo assim, não é este o quadro ideal para o relacionamento do casal, na medida em que limita a espontaneidade dessa rica expressão de amor. Apesar de admitirmos que é possível conviver com o método, nessas circunstâncias favoráveis de vida, sem prejuízos graves sobre a relação afetiva do casal.

• O mesmo não ocorre com a vastíssima maioria dos casais. Condenados à luta desumana pela sobrevivência biológica, fisicamente extenuados por regime brutal de trabalho, vivendo em precárias moradias, em favelas ou subúrbios distantes, forçados a pernoitar, por largos períodos, nos afastados locais de trabalho, tendo reduzidos tempos de convivência conjugal, esse enorme contingente de casais dispõe de escassos momentos favoráveis, com um mínimo de condições físicas e psíquicas para a realização do ato sexual.

Se esses momentos coincidem, seguidamente, com os dias férteis da mulher, e a gravidez é licitamente indesejável, alongam-se os períodos de abstinência, forçada, o

que se transforma em tensão nas relações conjugais, irritação e impaciência, desperdício de oportunidades de alimentar o amor conjugal com a sua bela expressão sexual tão eficaz – e não raro favorecendo, naqueles que ainda vivem uma forma imatura de amor, a infidelidade conjugal, com triste repercussão na vida do casal. Ou, então, nesses momentos, o método é posto de lado, resultando numa gravidez indesejada que talvez termine em aborto provocado.

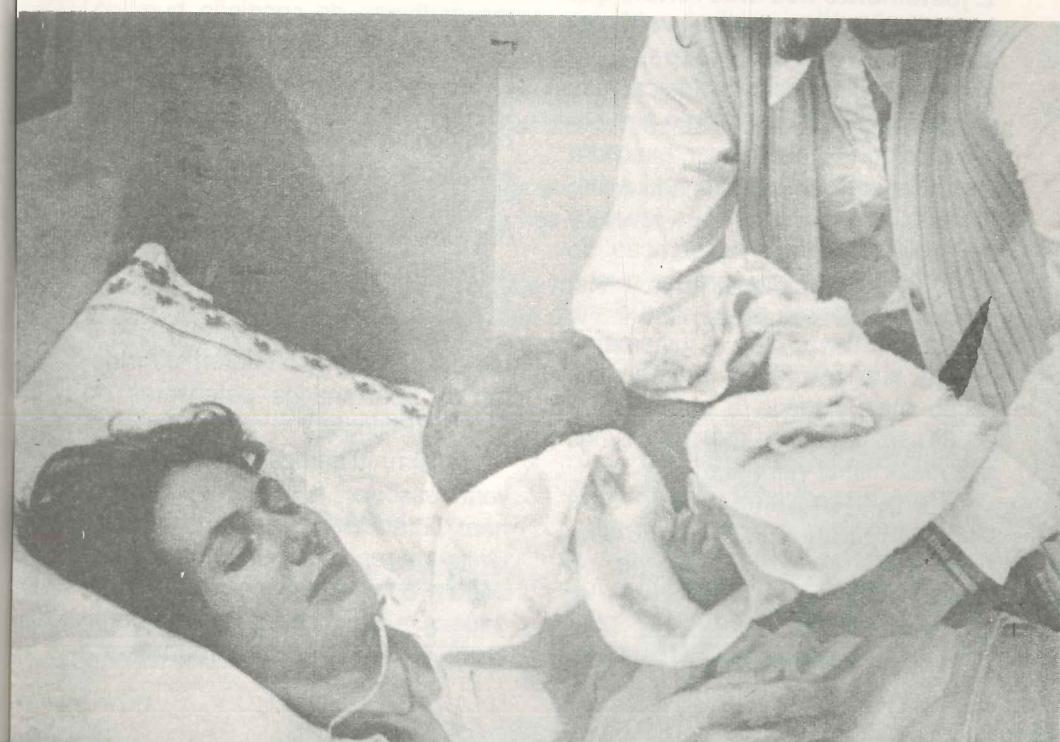
Não se trata de casuismo. É a situação mais generalizada que observamos nas grandes cidades.

• Em ambos os casos – dos casais privilegiados e destes que enfrentam grandes dificuldades para viver uma vida digna e humana – observa-se, frequentemente, uma

O ato sexual é uma magnífica celebração do amor do casal e sua lei natural é a espontaneidade.

do lado da p...  
do lado da p...

certa imprecisão de dados da observação para o casal que não deve procriar. Além de serem freqüentes as dúvidas quanto às características físicas do mucus cervical (viscosidade, cor, etc.), não é raro que dias não férteis apresentem uma suspeita umidade. Ainda que vários indicadores apontem para a não-fertilidade. A dúvida que se instala na mulher leva-a a recusar o ato sexual, ou a realizá-lo com receios que a bloqueiam psicologicamente, impedindo ou dificultando o prazer sexual, frus-



trando, assim, a integridade e riqueza da relação.

Por outro lado, em muitas mulheres, não se verificam os "dias secos" imediatamente após a menstruação, o que recomenda a abstinência até a fase posterior aos dias comprovadamente férteis, já no final do ciclo. Isto reduz demasiadamente o período para as relações sexuais sem risco de gravidez.

Os casais que dispõem de raros e esparsos momentos de convivência favorável a essa expressão de amor, terão a sua vida sexual reduzida e subordinada a ocasionais coincidências entre momento favorável e "sinal verde". Agravam-se, neste caso, os inconvenientes antes comentados.

- Outro aspecto mais sério e decisivo a considerar, é o que o Dr. Billings explica em seus escritos: É justamente nos dias férteis que a mulher sente maior predisposição para o ato sexual. Não apenas predisposição biológica, mas psicológica. Toda a biologia age sobre o psiquismo da mulher, exacerba a sua sensibilidade e estimula a afeição, criando condições ideais e privilegiadas para a celebração do amor conjugal – celebração que é sinal eficaz desse amor, pois o alimenta e renova. Ora, é justamente nesses dias favoráveis a uma realização mais perfeita e arrebatadora do ato sexual que o método Billings acende o “sinal vermelho”.

Perguntamo-nos o que será realmente condenável: contrariar a "lei natural" da biologia ou desrespeitar a lei natural da vida afetiva do casal, que quer exercer a paternidade responsável

A expressão sexual do amor do casal faz crescer a densidade sacramental da sua união.

segundo critérios justos, sem prejuízo das mais privilegiadas expressões que alimentam o seu amor.

- Mais poderia ser comentado, inclusive quanto à adoção do método frente às condições precárias de habitação e higiene em que vive a maioria das famílias, e a repugnância que muitas mulheres dizem sentir na manipulação do mucus cervical, para o exame de sua viscosidade, cor, etc. — o que, realmente, não compõe um quadro atraente, convenhamos.

Se pensarmos, ainda, nas muitas mulheres de condição humilde, cujos maridos são honestos trabalhadores, em rudes profissões, mas despreparados para aceitar uma continência condicionada pelos calendários, obrigadas a justificar sua recusa ao ato sexual "por estar num dia úmido" — que ele se recusa a acreditar. Quantos constrangimentos!

Como se vê, o assunto não é tão simples como o querem considerar os apaixonados defensores do método Billings.

Assim, julgamos que não se deveria associar a Igreja ao método, nem polarizar para este campo os limitados recursos humanos que poderiam estar a serviço de uma verdadeira e abrangente pastoral familiar que corre o risco de reduzir-se a

uma pastoral da planificação familiar

Não se pode deixar de destacar um fato nem sempre percebido com clareza: na medida em que o povo vai percebendo a Igreja mobiliza da divulgação de algum método de controle — seja qual for — passa a entender como bom o controle em si mesmo. O que desconfiamos não ser verdadeiro: a redução da expansão demográfica pode não ser um bem para o Brasil. Os argumentos economicistas que defendem esse controle têm inspiração externa suspeita ou respondem a uma capitulação de muitos frente à iniquidade do sistema, que não permite aos pobres criar dignamente seus filhos, para o bem do país.

Creamos, portanto, que os recursos humanos e materiais que a Igreja, seus movimentos e organismos especializados estão canaliz-

- *O que pensamos, diante dos questionamentos apresentados no texto que acabamos de ler?*
  - *É verdadeira a informação de que as orientações da Igreja sobre métodos de planejamento familiar são pouco acatadas por casais cristãos? Nós mesmos as acatamos?*
  - *Como temos exercido a paternidade-maternidade responsável?*
  - *A vivência da sexualidade tem sido um fator de crescimento e humanização em nossas vidas?*

A fome é imoral.  
O desemprego também.  
Faça alguma coisa.

É justamente nos dias férteis que a mulher sente maior predisposição para o ato sexual.

zando para esse campo deveriam ser orientados para a busca de condições mais justas de distribuição de bens do progresso e da civilização, de modo que todas as famílias possam criar os filhos que desejarem e formar, neles, autênticas pessoas humanas.

Isto implica na denúncia que a Igreja tem feito dos mecanismos da iniquidade social e na exigência firme de uma saudável política social familiar, tão saudável que desgoste os países ricos, pródigos em ajuda financeira aos programas antinatalistas no Terceiro Mundo.



# Divorciados que se casam

Helio e Selma Amorim

A Igreja vem manifestando crescente compreensão frente à situação dos divorciados que voltam a se casar.

Entretanto, embora seja mais acolhedora a sua atitude em relação aos que constituíram uma nova união, permanecem algumas dificuldades que vala a pena questionar.

O Papa, na "Familiaris Consortio" (nº 84) exorta os pastores e a inteira comunidade dos fiéis a ajudar as famílias com este tipo de incompletude, para que não se considerem separadas da Igreja. Os casais assim constituídos, enquanto batizados, devem participar na vida da Igreja: ouvir a Palavra de Deus, frequentar o Sacrifício da Missa, perseverar na oração, incrementar as obras de caridade e as iniciativas da comunidade em favor da justiça, educar os filhos na fé cristã, cultivar o espírito e as obras de penitência.

Exorta o Papa a que a Igreja os encoraje, mostre-se mãe misericordiosa e sustente-os na fé e na esperança.

Adverte que os Pastores estão obrigados a discernir bem as situações diferentes: a daqueles que sinceramente se esforçaram por salvar o primeiro matrimônio e foram injustamente abandonados; a daqueles que por sua grave culpa des-

truíram um matrimônio canonicamente válido.

Chama a atenção, ainda, para o caso daqueles que contraíram uma segunda união em vista da educação dos filhos e, às vezes, estão subjetivamente seguros, em consciência, de que o matrimônio precedente, irreparavelmente destruído, nunca tinha sido válido. Não acrescenta qualquer comentário que suprimisse a validade de tal hipótese.

Ao mesmo tempo, o Papa reafirma a vigência da praxis da Igreja, aplicada **uniformemente** a todos os casos, não obstante as **diferenças profundas** que sublinha em sua exortação apostólica: não admitir a reconciliação pelo sacramento da penitência e a participação na Eucaristia, além de não considerar a possibilidade da sacramentalização de uma segunda união nestas condições, vedando qualquer tipo de cerimônia religiosa que pudesse induzir a comunidade a entendê-la como celebração de novas núpcias.

Estabelece por fim, uma condição para a reconciliação pelo sacramento da penitência e a participação na Eucaristia: a total abstinência sexual.

Diante destas disposições, surgem algumas dificuldades para os

cristãos que estão nesta situação, e para aqueles que atendendo à exortação do Papa, se esforçam pela integração eclesial dos divorciados recasados.

- A primeira está na uniformização do tratamento de casos radicalmente diferentes.

O **obrigatório discernimento** da diversidade fundamental entre os que foram vítimas e os que foram evidentemente culpados da desagregação do casamento anterior, poderia ser mais que uma simples constatação e produzir atitudes diferentes num e outro caso.

- Outra dificuldade é a de constituir-se esta segunda união no praticamente único pecado sem perdão para cristãos que buscam sincera-

mente uma reconciliação com Deus. O afastamento definitivo da Eucaristia estabelece na vida do casal um tipo de carência espiritual que nos parece da maior gravidade. Tal severidade não se aplica a outras situações públicas de pecado – especialmente de pecado social. Não se aplica, por exemplo, a tiranos que oprimem pública e continuamente o seu povo, aos agentes da repressão política e aos torturadores, aos pode-



rosos que mantêm seus subordinados e dependentes em situação desumana de miséria, aos assassinos e aos políticos corruptos notórios – ou a quaisquer outros que vivem situações graves e públicas de pecado.

A todos estes, que manifestam o desejo de reconciliação, a Igreja, como mãe solícita, admite aos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, sem se preocupar em ser mal compreendida pela comunidade dos fiéis, que poderiam interpretar tal solicitude como aceitação implícita daquelas situações de injustiças graves e públicas.

Há anos guardamos uma foto de um dos mais notórios tiranos deste sofrido Continente, tirada no momento em que recebia a Comunhão, na fase da mais aguda e cruel repressão política em seu País; este senhor certamente se autojustificava das perversidades que naquele dia se cometiam sob sua responsabilidade, subjetivamente seguro, em consciência, de estar realizando uma Cruzada Santa contra as forças do mal.

Não nos parece que o possível efeito negativo da admissão de divorciados recasados à Eucaristia seja mais grave que a perplexidade internacional gerada pela solicitude da Igreja, nestes outros casos.

Poderíamos chegar a ver admitido à Eucaristia o arrependido assassino da própria esposa, enquanto o outro, divorciado e recasado, que não matou a esposa, permanecerá para sempre afastado do Sacramento – até que ela morra, o que permitirá regularizar a sua situação de recasado.

Os divorciados que voltam a casar devem participar da vida da Igreja.

São muitas as celebrações religiosas por simples costume ou imposição social, em que a fé está ausente.

Este quadro, nos traz perplexidade e sérias dificuldades no trato com famílias incompletas deste tipo.

Um passo prudente, talvez transitório, poderia ser a participação daqueles casais na Eucaristia em pequenas comunidades capazes de compreender que tal atitude compreensiva e generosa da Igreja está longe de desvalorizar a indissolubilidade do matrimônio, sempre claramente reafirmada, não como imposição legalista mas como decorrência natural do amor-entrega, adulto e livremente assumido, numa perspectiva de fé.

• A Igreja estabelece normas jurídicas para julgar a nulidade de um matrimônio celebrado canonicamente, fixando prazos e procedimentos legais para isso.

Se formos rígidos, teríamos que admitir que um elevado percentual de casamentos, celebrados segundo o ritual católico, são certamente nulos, por não corresponderem a uma opção madura e adulta, livre, consciente e responsável, e menos ainda a uma opção de fé autêntica. O erro de pessoa é comum entre jovens nubentes, tantas vezes imaturos e incapazes de se conhecerem plenamente antes de assumirem os compromissos do matrimônio.

Predominam casamentos religiosos sem embasamento na fé, realizados muitas vezes por imposição familiar, ou hábito social, superstição (“para dar sorte”), ou, simplesmente, porque a cerimônia é bonita.

Um exame criterioso desse alto percentual de casamentos com tais falhas de base, conduziria a uma possível declaração de nulidade “em massa”, se requeridos em tempo hábil, e de forma adequada, aos tribunais eclesiásticos.

Ora, entendemos que se um matrimônio é nulo, essa “nulidade de fato” independe da declaração formal de nulidade, que apenas lhe dá forma jurídica, canonicamente reconhecida e tornada pública.

Quer dizer: a falta de iniciativas e providências legais por ignorância ou desinteresse das partes, não pode validar algo que é objetivamente nulo na sua essência. O que é nulo é nulo, proclamado ou não.

Assim, podemos admitir a possibilidade de ser verdadeiro o entendimento de muitos cristãos divorciados recasados que “são subjetivamente seguros, em consciência, de que o precedente matrimônio irreparavelmente destruído nunca tinha sido válido” – caso textualmente destacado pelo Papa, no nº 84 de sua Exortação Apostólica.

Em caso de nulidade declarada do matrimônio precedente, e no caso de o casamento anterior ter sido celebrado apenas segundo a lei civil, a Igreja admite a sacramentalização do novo casamento e, consequentemente, a participação do casal na Eucaristia.

Há casais sinceramente seguros em consciência da nulidade “de fato” da união anterior desfeita.

É frequente o casamento religioso por simples tradição, em que a fé está ausente.

O benefício da dúvida poderia permitir uma prudente abertura da vida sacramental aos divorciados recasados: a dúvida sobre a validade do vínculo sacramental anterior, ainda que sua possível nulidade nunca tenha sido julgada segundo as normas canônicas.

Tal atitude se aplicaria aos casos de casais a que se refere o Papa, honestamente seguros, em consciência, da nulidade de fato da união anterior.

• A abstinência sexual, total e definitiva, como condição para a reconciliação e à admissão à Eucaristia, oferece dificuldades maiores e não nos atrevemos a propô-la a casais nessa situação.

Como casais cristãos, que vivem a sexualidade como celebração insubstituível do amor conjugal, como linguagem privilegiada desse amor e alimento incomparável do elán da vida conjugal e familiar, como fator de coesão e unidade do casal, reforçando a atmosfera afetiva que influí fortemente sobre a formação dos filhos, parece-nos esta ser uma possibilidade heróica mas inadequada e prejudicial ao bem da família. Seria aumentar o seu grau de incompletude.

A admissão do casal à Eucaristia, neste caso, causaria grande per-

plexidade na comunidade, por revelar publicamente a opção do casal pela abstinência sexual, dificilmente comprehensível e aceitável por parte daqueles que vivem e compreendem a dimensão simbólica do ato sexual próprio dos casados.

Criaria, na comunidade eclesial, a idéia errônea de que a Igreja desvaloriza o ato sexual como expressão e alimento do amor conjugal.

Parece-nos que seria mais difícil corrigir essa falsa impressão do que explicar que a admissão dos recasados à Eucaristia não significa a desvalorização da indissolubilidade do matrimônio.

Acreditamos que, diante de situações irreparáveis, os pastores devem julgar e discenir as diferentes disposições em jogo.

Se a nova família apresenta características de estabilidade; se o casal acredita sinceramente, em consciência, que nesta união se estabeleceu um vínculo afetivo, adulto, livre, consciente e responsável; se a sua disposição sincera é de viver um autêntico amor-entrega, na fidelidade e no serviço à comunidade; se assumem essa união como indissolúvel por entenderem agora o valor da indissolubilidade que é marca natural do amor autêntico; se essa união é entendida como sinal do amor de Deus por seu Povo, numa perspectiva de Fé; se o sofrimento

A indissolubilidade não é imposição legalista mas decorrência do amor-entrega.

Diante de situações irreparáveis, os pastores devem discernir as disposições em jogo.

decorrente do fracasso anterior acrescenta maior consistência a essa nova opção; se são cumpridas as obrigações materiais e espirituais que eventualmente permanecem em relação à união fracassada; se o casal manifesta a sua forte aspiração à participação plena na vida sacramental, pensamos que seria possível estabelecer formas de atender a tal aspiração, de modo que essas famílias não se sentissem discriminadas na Igreja, pelo resto de suas vidas, com evidentes prejuízos morais e espirituais para o casal e todo o grupo familiar.

Voltamos a pensar que o lugar apropriado para essa vivência sacramental seria a comunidade de leigos adultos na Fé, capazes de assimilar construtivamente essa solicitude da Igreja. Leigos casados, conscientes das imperfeições e falhas da sua própria união conjugal e, portanto, livres da tentação de julgar essas situações dolorosas.

- *Conhecemos pessoas divorciadas que assumiram um novo casamento? Como nos relacionamos com esses casais recasados?*
- *Quais as dificuldades próprias dessa situação especial?*
- *Como nos posicionamos diante das considerações expostas neste estudo que acabamos de ler?*

## Um conceito ampliado

# A assim chamada “família incompleta”

## A visão do povo de Deus

A primeira idéia que tradicionalmente nos ocorria quando se falava de família incompleta, era a da família regida pela mãe por falta definitiva do pai. Por motivos de viuvez, separação, abandono ou divórcio.

Em nossa cultura latino-americana, famílias com este tipo de incompletude sempre despertaram preocupações e atenções especiais de todos os que compreendem o valor da família e a importância de assegurar-lhe condições mínimas para exercer suas funções básicas.

Com efeito: numa cultura ainda machista, a mulher tem dificuldades incomparavelmente maiores que as do homem, quando lhe cabe reger sozinha o grupo familiar.

Por isso, a família regida pelo pai que apresenta um tipo de incompletude análoga à anterior, tende a merecer menores cuidados, atenção e apoio.

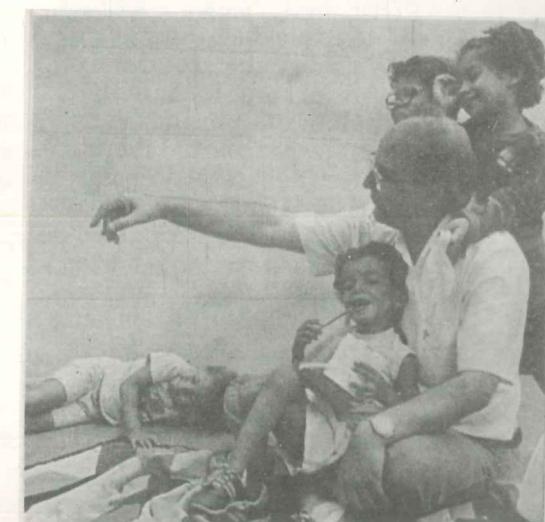
Por dispor geralmente de maiores possibilidades de assegurar o sustento material do grupo, a sociedade se preocupa menos com o homem viúvo ou abandonado – ou que, divorciado, mantém a guarda dos filhos e dá continuidade à vida

familiar.

Parece que o critério econômico é aquele que determina o grau de preocupação social frente a este tipo de incompletude.

Nem sempre a sociedade percebe que a falta da mãe pode representar uma carência mais grave para o grupo familiar, que a falta do pai, quando acima do econômico se considera o amplo leque de funções familiares para cujo exercício o feminino é tantas vezes decisivo e insubstituível.

Uma variante importante deste tipo de incompletude familiar é o que corresponde à mãe solteira. De tal forma se multiplica o número de



famílias deste tipo que se torna imperativo um estudo mais profundo e um apoio mais efetivo àqueles que integram um grupo familiar no qual nunca esteve presente a figura do pai.

A Igreja procura não apenas apoiar mas integrar efetivamente todas as famílias que apresentam este tipo de incompletude na vida eclesiástica e na sua ação evangelizadora.

### Um conceito ampliado

Parece-nos que este era o conceito original da família incompleta.

Mas, se se aprofunda a reflexão sobre o conceito corrente de família numa perspectiva evangelizadora, histórica, existencial, concreta, acima de perspectiva institucional (jurídica, legal) ou mesmo teológica, chega-se à constatação de que não existem famílias completas ou idealmente perfeitas.

Todas elas, condicionadas e limitadas pelo momento histórico, pela cultura do seu povo, pela situação sócio-política e econômica do seu País, apresentam falhas e deficiências de tipos muito variados.

Poderíamos, então, considerar incompletas as famílias que não são capazes de exercer em plenitude as suas funções básicas – seja por falta de um ou mais de seus membros, seja por falta de uma consciência clara das próprias funções, ou por incapacidade física, psíquica ou econômica, de educação ou de saúde ou quaisquer outras causas impeditivas.

Ou aquelas que por qualquer razão não estão constituídas a partir dos vínculos jurídico-civil e/ou reli-

É preciso superar a intolerância e as discriminações contra famílias chamadas “incompletas”.

gioso-sacramental, faltando-lhes o que estes vínculos significam.

Mais carentes nos aparecem aquelas famílias em que falta o pleno sentido do amor-entrega, tanto entre seus membros como na imagem e no serviço que oferecem à comunidade, ainda que estejam constituídas por vínculos jurídicos e religiosos. Pois tais vínculos evidentemente não asseguram e muitas vezes não exprimem o vínculo afetivo verdadeiro, de amor-doação.

E vice-versa: são muitas as famílias unidas por uma vivência de amor efetivo entre seus membros e no serviço à comunidade sem estarem os cônjuges unidos juridicamente ou sacramentalmente. Muitas delas são autênticas comunidades de amor verdadeiro, de doação e entrega, com melhores possibilidades de serem percebidas como sinal do amor de Deus por seu Povo, do que tantas famílias unidas diante do altar do Senhor. São, portanto, variados os tipos e graus de incompletude familiar, decorrentes de diferentes condicionamentos sócio-econômicos, políticos, culturais e religiosos existentes na América Latina.

Como leigos casados, engajados há muitos anos em Movimentos familiares, queremos afirmar que consideramos como incompletude fundamental a das famílias cujo in-

terrelacionamento de amor entre seus membros é imperfeito, intermitente, instável ou, pior, inexistente, apresentando-se como contra-sinal do amor salvífico de Deus por seu Povo.

Esta forma de incompletude, comum a todas as famílias, ainda que em graus muito variados, é mais significativa que os demais tipos e sobrepassa a falta eventual do vínculo jurídico, civil ou religioso.

Porque não somos capazes de amar plenamente, de tal modo que o nosso amor seja sempre sinal sensível da presença amorosa do Pai, não podemos nos considerar famílias completas.

Esta constatação e reconhecimento deve alimentar a humildade de todos, impedindo que alguém se julgue melhor que outro enquanto família, ao mesmo tempo que exige a superação de toda e qualquer forma de discriminação intolerável entre famílias que apresentam diferentes tipos de incompletude.

### As causas dos reais problemas

Seria importante classificar e julgar as causas dos diversos tipos de incompletude familiar e descobrir formas de se atenuarem ou eliminar os condicionamentos que impedem as famílias de se realizarem plenamente como tal, exercendo as suas funções essenciais que parecem ser quase intransferíveis a outras estruturas sociais.

Tais condicionamentos se constituem, portanto, em problemas que pedem soluções efetivas.

Mais incompletas e carentes são as famílias em que falta o amor-entrega entre seus membros.

São problemas que só poderão ser analisados criticamente e solucionados se forem examinados no contexto social mais amplo em que se encontram suas raízes.

Será preciso confrontar os diferentes aspectos da vida e da problemática conjugal e familiar com os mecanismos de opressão e com as estruturas sócio-políticas, econômicas culturais e religiosas.

Descobrir, assim, como esses mecanismos e estruturas incidem sobre famílias concretas e analisar as influências que condicionam as famílias latino-americanas.

Vamos perceber, assim, que esses fatores globais produzem, nas



grandes maiorias, uma pobreza material e humana não acidental ou provisória, mas estrutural e permanente.

Por outro lado, ainda que não sujeitas à marginalização, muitas famílias econômica e culturalmente privilegiadas, tendem a reproduzir nas suas relações intra-familiares, os modelos de relações sociais em que estão imersos os seus membros, em sua vida social e profissional.

Tais relações são predominantemente de competição, de busca de sucesso e qualquer preço, relações de dominação-dependência, de hedonismo, consumismo, luta pelo poder, supremacia de ter sobre o ser.

Predominam relações funcionais sobre relações interpessoais autênticas – e cada um se habita mais a desempenhar um papel social que revelar-se ao outro como pessoa. As relações afetivas não existem ou são superficiais.

A reprodução inconsciente deste quadro de relações despersonalizantes na vida intrafamiliar é origem da maioria dos problemas que conspiram contra a vivência autêntica do amor e a própria estabilidade do grupo familiar.

### Desafio aos cristãos

Parece-nos, portanto, que tais considerações desafiam os cristãos

- *Quais seriam as mais graves e dolorosas carências e imperfeições que hoje fazem tantos se sentirem como "famílias incompletas"? Exemplos.*
- *Para o cristão, é justo discriminar famílias de acordo com a natureza dessas carências e imperfeições? Isso está acontecendo? Como?*
- *Qual a atitude que se espera dos cristãos frente a tantas famílias sujeitas a diferentes tipos de carências e imperfeições? Que ações concretas podemos desenvolver?*

Se o nosso amor não consegue ser sinal do amor de Deus, não somos famílias completas.

Numa perspectiva ampliada constata-se que não existem famílias perfeitas e completas.

e todos os que compreendem a importância da família a atuarem de forma organizada para a neutralização das causas estruturais, geralmente situadas fora do âmbito familiar impedindo-as de realizarem as suas funções essenciais – e determinando graus crescentes de incompletude.

Por outro lado, voltamos a acen-tuar o apelo que trazem tais considerações para a superação da intollerância, das discriminações, do menosprezo que tantas vezes se observam entre famílias frente a certos tipos de incompletude, quando este sentido amplo de família incompleta não é claramente entendido e aceito.

Tais atitude, distantes da caridez cristã, e de sabor maniqueísta, perdem o sentido se nos compreendermos todos como famílias incompletas, incapazes de ser, no mundo, um testemunho sempre vivo e autêntico do amor de Deus pelo seu Povo.

### Superando preconceitos

## Os movimentos e as "famílias incompletas"

A Igreja vê com esperança os movimentos leigos, especialmente Movimentos Familiares, que aco-lhem e incorporam famílias concretas na comunidade eclesial, independentemente do tipo de incompletude que apresentem, levando-as a assumirem um papel ativo em sua ação apostólica e evangelizadora.

Com relação aos divorciados re-casados, recomenda a Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro: "Incentive-se sua inserção em Movimentos de leigos que o ajudem a enfrentar com mais segurança os problemas da vida familiar e os específicos de sua situação particular".

A condição para que um Movimento de leigos seja resposta a tal esperança é a perspectiva teológica de que o sacramento do matrimônio não está preso a um único e determinado estilo de família.

Prende-se, antes, à interrelação pessoal que, em cada família, pode ser vivida e expressada de diferentes modos. Será preciso entender que o ideal cristão de família tem sua raiz na própria dinâmica da vivência conjugal e familiar, transformando-a em vivência libertadora, salvadora e santificadora (sacramento).

Assim, qualquer forma de discriminação ou marginalização de di-

ferentes tipos de família seria uma contradição a essa perspectiva que admite a possibilidade de distintos estilos de interrelacionamento conjugal e familiar serem capazes de se constituir em sinal do amor de Deus por seu Povo.

Mesmo que alguns tipos de famílias não tenham possibilidade de serem agentes de pastoral, devem ser promovidas e evangelizadas para serem capazes de assumir o seu próprio processo de crescimento e o de sua comunidade, sendo, na sociedade, promotoras das mudanças necessárias e anunciadoras de estilos de convivência mais justos e fraternos entre os homens.

Estarão, assim, engajadas no projeto do Reino de Deus, que já começa aqui e agora sempre que a justiça e a fraternidade se impõem sobre a injustiça e a iniquidade.

Parece ser este o caminho mais humano e mais eficaz para despertar a consciência cristã, comunitária e social, das famílias latino-americanas; despertá-las para as exigências da história da salvação, levando-as a assumir compromissos comunitários que visem a construir um mundo mais humano, onde todas elas, de acordo com suas possibilidades e limitações, possam ser realmente famílias, responsáveis pela con-

cretização histórica das exigências evangélicas, hoje, em nosso Continente.

### Exigência de abertura sem discriminações

Assim, os Movimentos de leigos – e familiares – em suas variadas modalidades de trabalho, deverão abrir-se para a superação de preconceitos e discriminações porventura ainda existentes, sobretudo em relação àquelas famílias cuja incompletude mais evidente é a falta do vínculo civil e/ou religioso.

É bom reconhecer, com realismo, que essa abertura encontra freqüentemente dificuldades, maiores ou menores.

Embora variáveis para cada País ou região, poderíamos tentar sintetizar os principais obstáculos que se apresentam a essa abertura:

– Trata-se, evidentemente, de uma perspectiva nova, que desperta, em muitos, reseios e desconfianças, por sua própria novidade.

Essa perspectiva nova nasce, não de algum conceito filosófico ou teológico mas da observação de uma realidade concreta, existencial. Para os Movimentos que tentam abrir espaços, falta, ainda, o embasamento de uma séria reflexão teológico-pastoral baseada na realidade dos condicionamentos sócio-culturais em que vive a maioria das famílias latino-americanas.

Essa falta de embasamento teológico faz com que não haja unidade de critérios na pastoral familiar, nos Países e no Continente latino-americano.

Favorecer a inserção, nos movimentos, de casais e famílias com qualquer tipo de incompletude.

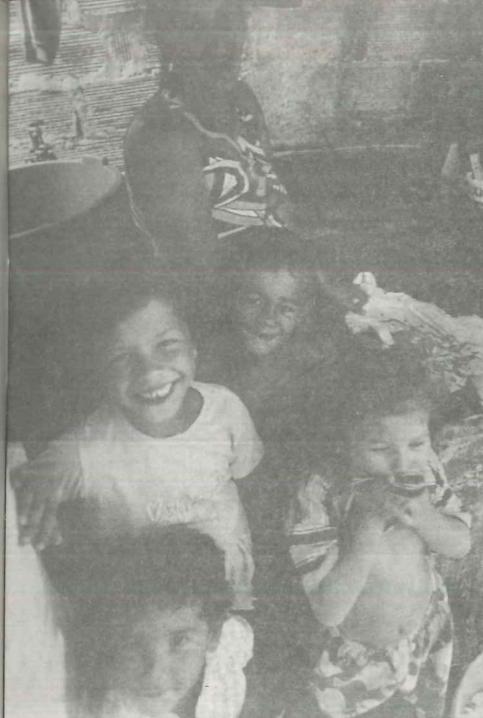
Algumas Conferências Episcopais assumem posições ou fazem pronunciamentos às vezes mais abertos, outras vezes um tanto ambíguos – enquanto outras preferem conservar, nessa matéria, a perspectiva legalista e sacramentalista que gera uma ação moralista impositiva, alimentando uma espiritualidade privatizante e dualista.

Muitos setores da hierarquia têm dificuldade de aceitar e compreender o amor conjugal vivido por cristãos, em qualquer contexto sociológico e cultural como sacramento, ou seja, como sinal transmissor e revelador do amor que o transcende e nele se realiza: o amor de Deus por seu Povo.

Sendo Movimentos de Igreja, ainda quando não estritamente subordinados à hierarquia mas em íntima comunhão com ela, é natural que certas ambiguidades de critérios e posições que ela assume repercutam de modo pouco favorável entre seus membros, criando confusão e perplexidade naqueles que ainda não possuem uma verdadeira consciência crítica.

### A estrutura social injusta

Outra dificuldade está em levar essa perspectiva de abertura a uma sociedade alicerçada no pecado da



injustiça, da opressão e do desamor.

Essa sociedade, tal como existe, dificilmente comprehende o amor como elemento constitutivo essencial da família e primordial exigência evangélica.

Essa perspectiva se choca, portanto, com a própria estrutura social e cultural da América Latina.

O sistema social capitalista e consumista serve-se dos meios de comunicação social para colocar as pessoas e as famílias a serviço do mercado. Isto se constitui num poderoso condicionamento estrutural que dificulta às famílias assumirem sua identidade e sua missão.

Impede as famílias de terem uma visão exata sobre o amor, como fonte e fruto do interrelacionamento humano e como possível motor e ponto de referência do processo histórico que hoje vivemos.

É nas classes médias que ainda persistem as maiores reações frente a certas situações familiares.

Esse condicionamento apresenta, ainda, apenas a visão hedonista do amor, pois é esta a que mais interessa à sociedade consumista de hoje.

Assim, uma perspectiva que centra no amor-entrega a essência mesma do conceito de família, é muitas vezes rejeitada por aqueles que se mantêm numa visão conceptual e legalista da instituição familiar, mais estética e portanto conservadora dos padrões sociais vigentes com os quais essas pessoas estão comprometidas.

Essas dificuldades são resumidas no documento anteriormente citado, do Episcopado Brasileiro, para o caso específico e mais difícil dos divorciados recasados: "A pastoral dos divorciados é uma realidade nova, um caminho ainda difícil. Uns reclamam novas atitudes da Igreja. Outros interpretam mal os gestos de misericórdia e se scandalizam. Será necessário esclarecer a comunidade e ajudá-la a assumir, gradativamente, atitudes mais coerentes com a misericórdia cristã".

### Pontos de apoio à abertura

Constatam-se, em contra-parte, alguns pontos de apoio que incentivam a caminhada dos Movimentos para essa gradativa abertura.

ra, mais coerente com a caridade cristã.

– As exortações da hierarquia, já agora insistentes, para o acolhimento às famílias com certos tipos de incompletude que no passado às mantinham isoladas, levando as famílias cristãs a evitar até mesmo o simples convívio com elas.

Ainda que às vezes imprecisos e mesmo ambíguos, sob certos aspectos, predomina com razoável clareza o apelo ao acolhimento a essas famílias, nos principais documentos da hierarquia que se referem à questão.

Este fato vai induzir, a curto ou médio prazo, a uma progressiva e crescente tendência à superação de preconceitos e discriminações.

– A opção preferencial pelos pobres, feita com sinceridade pela Igreja Latino-Americana, desafia as famílias cristãs de classes médias a um interrelacionamento pessoal mais direto e a uma crescente preocupação e atenção com as famílias dos setores populares mais carentes.

É nesses setores que se apresentam com maior intensidade, as mais diversas situações de incompletude familiar, despertando nas famílias privilegiadas dos setores médios uma percepção mais realista da realidade familiar, a partir da ótica dos mais pobres.

Ora, é nos setores médios que se localizam, normalmente, as maiores reações a uma visão mais aberta e menos preconceituosa frente a certos tipos de incompletude familiar.

O contacto vivo com famílias incompletas, que vivem em situação de extrema pobreza, tende a atenuar

## O consumismo usa os meios de comunicação social para colocar as famílias a serviço do mercado.

ou desfazer bloqueios e rejeições por parte daqueles que conheciam de modo imperfeito a situação real em que vive a maioria das famílias concretas em nosso Continente.

### Possíveis ações concretas

Com o auxílio desses pontos de apoio, os Movimentos de leigos e, em especial, os Movimentos familiares cristãos, deveriam estabelecer canais de cooperação, neste campo, procurando, juntos:

– Conquistar o apoio e a assessoria de teólogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, pedagogos, etc. para um sempre melhor conhecimento da situação à luz da teologia e das ciências humanas;

– partir para um processo de conscientização geral das famílias através de cursos variados que ajudassem à superação de preconceitos e a uma capacidade crescente de discernimento frente aos dados complexos da realidade;

– introduzir essas perspectivas nos seus instrumentos de formação e ação: grupos de casais e comunidades familiares, encontros de casais, atividades de preparação ao casamento, centros de orientação conjugal e familiar, e demais ações que desenvolvem na área da pasto-

ral familiar;

– incentivar as relações interculturais, facilitando formas de relacionamento habitual entre famílias de diferentes estratos sociais, para superação de preconceitos e correção de óticas imperfeitas ou deformadas com que são muitas vezes percebidos os valores familiares e a situação em que vive a maioria das famílias;

– favorecer a integração, nos Movimentos, de casais e famílias que apresentem qualquer tipo de incompletude, e especialmente de casais e famílias pobres cuja incompletude mais gritante é a falta absoluta de condições materiais mínimas para exercer suas funções essenciais;

– ajudar a criar condições favoráveis na comunidade eclesial para a assimilação construtiva das atitudes de solicitude da Igreja frente a situações dolorosas de famílias incompletas que necessitam de compreensão e caridade cristãs para recuperarem a consciência de uma

- Existem, na Igreja, movimentos familiares que discriminam casais "em situação irregular"? O que quer dizer "situação irregular"? Exemplos.
- Onde há essa discriminação, quais são as razões que procuram justificá-la?
- Muitos documentos da Igreja se referem às "famílias incompletas". Qual o significado dessa expressão? Há diferentes tipos de incompletude? Exemplos.
- Na sua opinião, quais os casais e famílias que geralmente mais precisam de apoio dos movimentos familiares? Justifique o seu ponto de vista.
- Você aceitaria ser acolhido por uma comunidade que o recebesse com generosidade mas discriminando-o por sua "situação irregular" ou suas imperfeições?
- Quais foram as atitudes de Jesus em relação aos da sociedade religiosa do seu tempo, chamados pecadores? E em relação aos sacerdotes, levitas e fariseus, chamados de justos, cumpridores da lei?
- Como devem os movimentos familiares responder, hoje, a esses desafios de abertura e humildade?

Esclarecer a comunidade para que assuma atitudes mais coerentes com a misericórdia cristã.

desejada e plena integração na vida da Igreja de que são parte, pelo batismo;

– participar das lutas e reivindicações populares onde as famílias mais pobres e carentes procuram fazer valer seus direitos fundamentais; essa solidariedade deverá levar os membros dos Movimentos a optar, crítica e conscientemente, pela causa das famílias mais oprimidas e marginalizadas, participando ativamente no processo de emergência e organização popular, através das estruturas sociais intermediárias, assumindo caminhos válidos e solidários, capazes de produzir mudanças estruturais, necessárias e urgentes.

# Por que tantas separações?

José e Beatriz Resende Reis

Presidente do IBRAF

Instituto Brasileiro da Família

## A questão e o questionamento

Notamos com preocupação que hoje grande número de casamentos, iniciados com muita esperança, se desfazem, dentro de um tempo relativamente curto de vida em comum. Isto acontece apesar de muitos se casarem, depois de uma mais ou menos longa vivência de relacionamento sexual pré-conjugal. Essa experiência prévia não parece tê-los amadurecido o suficiente para despertar uma consciência crítica, capaz de avaliar a validade do compromisso que assumem e suas possibilidades de realizá-los no mundo de hoje.

Parece-nos, ainda, que os jovens são agora, mais do que nunca, bastante informados sobre as promessas, as possibilidades e as dificuldades de uma vida a dois.

Os meios de comunicação social colocam diante de todos, todos os dias, os problemas, as angústias, os esforços que se fazem para tentar resolvê-los e superá-los, e os fracassos que se tornam evidentes nas separações que ocorrem e que explodem, às vezes, em crimes passionais e em ondas de violência.

Alerta aos acontecimentos, as igrejas, através de movimentos que trabalham em pastoral familiar e social, procuram formar os jovens usando, para isto, reuniões, encon-

tos e, entre outros métodos, cursos de noivos obrigatórios para os que se querem casar no religioso.

Elaboramos, em vista disto, uma pequena pesquisa na qual propúnhamos aos jovens algumas questões que nos parecem fundamentais para análise da questão que nos preocupa.

## Trabalho prévio: A pesquisa

Visamos, com a pesquisa, entrevistar os próprios jovens – casados, solteiros, desquitados, recasados com outros ou com os mesmos parceiros, jovens namorados e noivos, e jovens que transam simplesmente, sem assumirem maiores compromissos. Queríamos que eles próprios nos dissessem como vêem o problema e como o situam dentro desse mundo que hoje é o seu. Propusemos-lhes, não apenas que se reunissem em grupos para possibilitar um melhor ventilar das questões mas que, se preferissem, respondessem individualmente ou como casal.

Embora a pesquisa visasse aos jovens, recebemos respostas de várias faixas etárias, variando de 24 a 54 anos – e parece-nos que isto demonstra o interesse despertado pela mesma.

A pesquisa foi dirigida a pes-

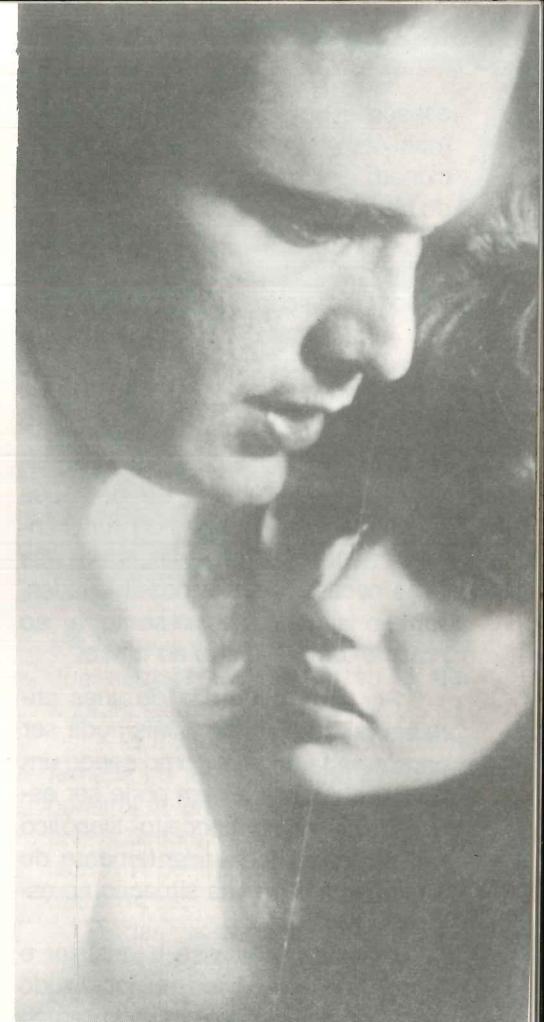
Muitos casamentos iniciados com muita esperança se desfazem em tempo relativamente curto.

soas de classe média, baixa e alta, atingindo níveis culturais diferentes: desde pessoas quase analfabetas a pessoas de nível superior. Entre as respostas figuram a de um antropólogo, a de um psiquiatra, a de quatro psicólogos, a de uma assistente social. Outras não trazem dados para uma possível identificação profissional.

A religiosidade dos destinatários aparece, na amostragem, como extremamente variada: respondem ateus, indiferentes, pessoas influenciadas por espiritualismos orientais e espíritas, católicos não praticantes e pessoas comprometidas com movimentos pastorais, tanto católicos quanto protestantes.

Varia também a mentalidade e a ideologia consequente dos que nos responderam. Temos portanto opiniões conservadoras e opiniões progressistas, opiniões inteiramente desvinculadas dos problemas concretos e opiniões de pessoas que variam ao sabor das ondas que as envolvem a cada momento.

Para que melhor possam se situar o que nos lêem informamos-lhes que foram enviados 80 questionários; 149 pessoas nos enviaram respostas, umas através de grupos de reflexão, outras como casal e outras individualmente; 32 casais de noivos se reuniram para refletir sobre o



questionário e nos enviaram um relatório sobre o que refletiram. As respostas de homens e de mulheres são mais ou menos equilibradas, em número, com pequena vantagem para as mulheres.

## Bases dessa reflexão

Encontramos expostas em uma das respostas, a formulação do que nos havia servido de ponto nevrálgico na elaboração da pesquisa:

"O homem é um ser situado no espaço e no tempo. Essas duas dimensões (espaço e tempo) condicionam seu modo de ser e seu modo de agir".

Seu modo de ser e de agir, em determinado espaço e em determinado tempo, constrói sua cultura.

A sucessão ou concomitância dessas culturas constróem a história.

Isto significa que o homem existe e age sempre dentro de determinado processo histórico, fruto do situar-se e do trabalho de gerações anteriores. Analisando-o, criticando-o, negando-o ou adaptando-o às suas necessidades e possibilidades, torna-o situado no presente e, ao mesmo tempo, aberto ao futuro.

Por isso, nenhuma de suas atitudes ou opções vivenciais pode ser considerada apenas como sendo um conceito estável e nem pode ser estratificada como conceito filosófico ou religioso, independentemente de sua cultura e de sua situação no espaço e no tempo.

Essa reflexão visa a analisar o amor, sempre vivido e localizado pelo homem em determinado tempo e em determinado espaço – pois cada experiência de amor necessita ser vivenciada num tempo e num espaço concretos. Daí tada a concretude e complexidade das vivências do amor: o que será o amor conjugal? De onde vem esse conceito?

De acordo com o que expusemos acima, ele só pode ser vivido e compreendido – só pode existir – localizado num contexto histórico-sócio-cultural. Tem que ter, necessariamente alguma articulação com o meio em que está inserido quem o vive e o experiencia. Não podemos

Não podemos viver hoje um estilo de amor conjugal referido à vivência de gerações anteriores.

viver hoje um estilo de amor conjugal que tome, como referência, a vivência das gerações que nos precederam – pois essa referência foi vivida e construída em outro tempo, em outro contexto, foi fundamentada em princípios e valores que hoje saíram de nosso campo de mira.

E, diz ainda o pesquisado a que nos estamos referindo: se não conseguirmos construir, encontrar alguma referência nova de amor conjugal, realizável no contexto que é hoje o nosso (uma referência humana própria do homem como tal e do homem como sujeito da história) ser-nos-á impossível viver o amor.

### Grandes coordenadas

A vivência histórica supõe o situar-se do homem dentro de uma realidade concreta. Essa realidade é condicionada, construída, não por pequenos problemas conjunturais mas por grandes coordenadas que, em geral, dão origem a esses pequenos e incômodos problemas. Foi por isso que, em nossa pesquisa, em vez de dirigirmos a atenção dos pesquisadores para os pequenos e incômodos problemas da vida conjugal – muitas vezes apontados como causas das separações – procuramos orientar sua atenção, para

as grandes coordenadas históricas que, nesse momento e em nosso país (e talvez em quase todos os países latino-americanos) constróem, novas culturas ou destróem culturas já vividas, gerando, muitas vezes, insegurança e angústia, condicionando nossas vidas, tornando-as muitas vezes, instrumento e vítimas de planejamentos que nos ignoram e destróem, sem que percebemos, nossos pequenos e importantes projetos pessoais, conjugais e familiares.

Identificamo-las, nessa reflexão como:

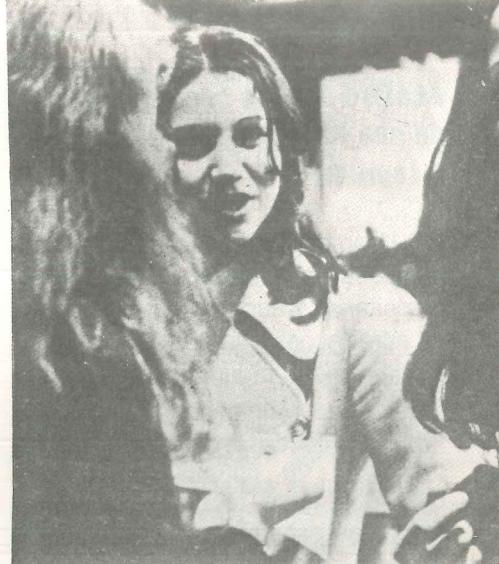
- a existência de uma sociedade competitiva e opressora que, usando o homem como instrumento de seu crescimento, o desumaniza a ponto de, muitas vezes, torná-lo incapaz de amar;

- a política econômico-financeira desumana que ignora as reais necessidades dos povos e das pessoas, colocando-os a serviço do mercado que deveria servi-las;

- a atuação dos meios de comunicação social quase sempre colocadas a serviço dessa sociedade competitiva e opressora;

- a tal onda de permissividade social, promovida talvez por aqueles a quem interessa distrair a população, levando-a a interessar-se por algo que, no momento, lhe possa ser mais "prazeroso".

- o processo de promoção da mulher – parte apenas de outros processos promocionais e considerado, quase sempre, como desvinculado da realidade global, e como ajuste de contas com o homem, seu eventual opressor, com a consequente atitude radicalizada de mu-



tos homens na defesa de um espaço que sempre lhe pertenceu e que agora lhes escapa;

- a fixidez da estrutura familiar, firmada no tempo de uma sociedade construída em moldes patriarcais e pré-industriais, certamente reformulada em pequenos detalhes através dos tempos.

Todas essas coordenadas – e outras talvez mais amplas e mais importantes, mas que, para o caso de nossa reflexão não nos parecem prioritárias – contribuem, a nosso ver, quer de maneira positiva quer de maneira negativa, para a construção dessa história concreta na qual, queiramos ou não, estamos inseridos.

Conhecendo bem essas coordenadas, analisando-as, e criticando-as podemos talvez, não revertê-las mais questioná-las diante de um humano projeto de vida, entrevisto dentro de um projeto mais amplo e mais profundo: o plano de salvação revelado por Deus, em Jesus.

## Análise dessas coordenadas e de sua influência na vida e familiar

Usamos, para essa análise, as reflexões dos nossos entrevistados, respeitando seus pontos de vista e as apreciações que nos apresentam. Modificamos, algumas vezes, seu modo de expressar-se para dar maior unidade a essa reflexão, impedindo-a de apresentar-se como uma colcha de retalhos. Juntamos respostas esparsas e o conjunto da reflexão, assim elaborada, embora fiel aos subsídios recebidos, torna-os como conjunto, mais ricos, mais amplos, mais bem concatenados.

Isto possibilitou a descoberta da existência de causas macro-sociais para os pequenos problemas micro-sociais, dentro dos quais se enquadram os problemas conjugais e/ou familiares.

A análise mais ampla assim obtida possibilitou a descoberta e a apresentação de perspectivas não entrevistas pelos pesquisadores, mas presentes, de modo implícito, em suas suscintas colocações.

## Sociedade competitiva e opressora

A competição e a opressão que dela decorre são duas grandes linhas definidoras de nosso contexto atual, pois o sistema capitalista precisa explorar e oprimir os homens e seus grupos, servindo-se deles para a consecução de seus objetivos.

Uma sociedade competitiva é em si desumana e carrega, em seu

A competição e a opressão são duas linhas definidoras do contexto imposto pelo sistema capitalista.

bojo, a opressão. Todos nós nascemos e fomos educados dentro dos princípios e das necessidades desse tipo de sociedade, somos estimulados, desde a 1<sup>a</sup> infância, a ser o mais engraçadinho, o mais esperto, o mais corajoso, o mais forte, o mais bonito, o mais bem vestido; a ser, em seguida o melhor aluno, o melhor colega, o mais inteligente, o que dança e canta melhor, etc.

Esse sentido de competição, desenvolvida a princípio de modo inocente e estimulante, faz-nos pessoas egocêntricas e ambiciosas, cada vez mais capazes de usar os outros, considerando-os apanas como degraus para nossa própria ascenção pessoal. A necessidade de contínua auto-valorização supõe a desvalorização do outro e dos outros, levando-nos à vivência de um processo de competição e de opressão cada vez mais violento, com a consequente desvalorização dos interesses e das necessidades comuns.

Essa opressão e selvageria da sociedade condiciona os indivíduos que nela vivem, tornando-os opressores ou frustrados, incapacitando-as para viver um relacionamento complementar e solidário.

Essa influência exercida sobre nosso relacionamento global condiciona por via de consequência, nosso relacionamento amoroso.

Quando descobrimos o amor e sua complementaridade, encantamo-nos como se descobrissemos uma paisagem nova. E esperamos da complementação entrevista e desejada o milagre de nossa própria ressurreição: vida nova dentro de um novo contexto social. É tal o nosso encantamento que temos a impressão de que mudamos, não apenas nós, mas nosso parceiro e o mundo à nossa volta. E fazemos planos desvinculados da competitividade que continua latente em nós, como braço dormindo sob a cinza.

Ora, competição, opressão e vivência do amor se repelem. Enquanto a competição e a opressão geram o egóísmo, levam a lutas, discussões, frustrações e atritos constantes, gerando stress e angústia, a vivência do amor supõe aceitação e complementação mútuas, supõe aceitação recíproca da liberdade de pensamento e da maneira de viver de cada um, supõe aceitação dos objetivos do casamento: complementar, somar esforços para a obtenção do ideal vislumbrado.

Acontece que o mesmo casal que se encanta com a possibilidade de viver essa complementação tem que competir continuamente em sua vida profissional e social, para conseguir um lugar ao sol. Essa competição é geralmente trazida para dentro de casa, dificultando ou mesmo impossibilitando as desejadas relações complementares, gerando conflitos e discussões, levando os casais ao desentendimento e a pequenas e sucessivas separações que, a seu modo, insensivelmente, preparam a separação definitiva.

Essa constatação nos faz che-

O amor supõe complementação e aceitação mútua da liberdade de pensar e viver de cada um.

gar a uma conclusão esmagadora: condicionando a vida das famílias e essas suas coordenadas básicas, a sociedade competitiva gera desentendimentos conjugais e familiares. Isto porque a vivência do amor tem que ter, necessariamente, alguma articulação com o meio em que está inserido, ou seja, em nosso caso, na sociedade opressora e competitiva. E essa inserção se dá a cada momento, hoje, aqui e agora.

É verdade que as informações e influências que essa sociedade veicula não são definitivas nem determinantes, e que algumas pessoas – talvez mais bem dotadas e mais conscientes – conseguem libertar-se delas, vivendo, apesar dos condicionamentos adversos, um relacionamento de amor, de acordo com suas esperanças, com suas necessidades e com os objetivos que querem alcançar. Isto supõe, no entanto, a capacidade de se viver numa vigilância contínua, numa constante postura de análise e de crítica, numa avaliação permanente de atitudes pessoais e familiares gerando, algumas vezes, não a espontaneidade e a alegria desejada, mas um sentimento de cansaço e de profunda frustração. Muito poucos conseguem superar esses obstáculos e conseguem descobrir, a duras penas, um novo tipo de vivência conjugal e fa-

miliar dentro desse contexto, em si adverso; conseguem criar novas e mais humanas formas de relacionar-se, dentro de um equilíbrio sempre frágil e sujeito a contínuas revisões e correções de órbitas.

Esses são casais excepcionais. A grande maioria naufraga no desencanto e na frustração, não por culpa própria, mas por serem fruto de uma sociedade que só pode sobreviver alicerçada na competição e na opressão.

### Influência dos meios de comunicação social e permissividade social

Os meios de comunicação social são parte integrante da sociedade atual. Cumprem um papel muito importante no contexto em que os jovens nascem, crescem, se formam e se situam como pessoas, nele localizando seus projetos e se lançando como adultos, na vida profissional e familiar.

Sendo estabelecidos e articulados com e pela sociedade estabelecida, sua propaganda e sua mensagem, mesmo subliminares, visam a promover os princípios e valores que interessam a essa sociedade ou a essa ordem estabelecida.

Vivemos dias difíceis caracterizados por indefinições políticas e sociais, por jogos de interesses excusos; por uma política econômico-financeira orientada, não para o bem comum, mas para a manutenção do sistema, propiciando a super-valorização do mercado em detrimento dos direitos do homem. As propagandas e mensagens veiculadas

As mensagens dos meios de comunicação nos induzem a pensar e agir conforme os interesses do sistema.

pelos meios de comunicação social nos induzem a pensar e a agir de forma que interessa e convém aos governantes cujos interesses pessoais se confundem, muitas vezes, com os interesses do próprio sistema.

A permissividade se revela hoje, em nosso país, em todos os níveis, em todas as instituições. As próprias leis não são cumpridas, mesmo pelos próprios legisladores. Essa situação gera e mantém, nas pessoas, uma atitude comum, pacífica, de transgressão e irresponsabilidade, com consequente desvalorização do compromisso assumido.

Acontece, ainda, que hoje as pessoas são mais fragilizadas do que as pessoas das gerações anteriores pelas conquistas, muitas vezes mal compreendidas, mal digeridas, das ciências humanas, aliadas à dramática transformação do espaço, pela tecnologia.

A mensagem e a propaganda dos meios de comunicação são consideradas como estímulo, sem sofrerem uma análise mais minuciosa, capaz de mostrar suas vinculações com o contexto vigente. Sua influência, por isso mesmo, torna-se forte em qualquer situação de nossa vida.

Dentro da perspectiva que caracteriza o sistema capitalista e é transmitida pelos meios de comuni-

cação social, a família aparece, subliminarmente, como uma simples empresa que poderá ser desfeita, se os lucros não corresponderem à expectativa dos empresários que a constituem.

### Promoção da mulher

O processo de promoção da mulher constitui uma revolução (comoção, hecatombe) trazendo consigo rupturas e destruição. Ruptura com o mundo anterior e destruição de princípios e valores nele vigentes.

É um processo que não tem, como ponto de referência, o homem, mas a própria mulher que se promove, que procura descobrir-se como ser humano, que procura situar-se de acordo com essa descoberta, partindo para a conquista de espaços que até então não lhe pertenciam.

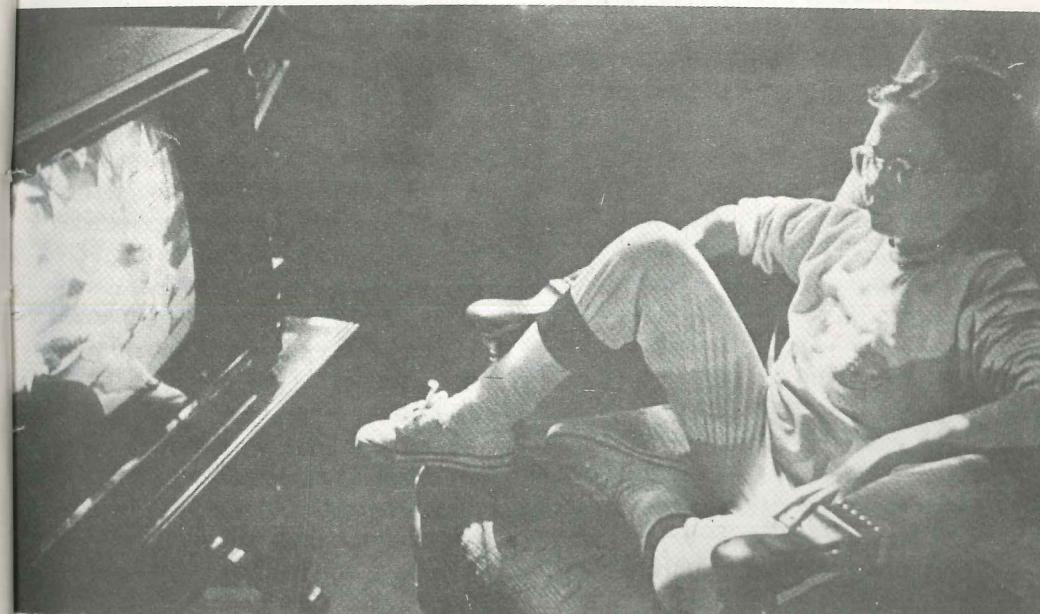
É como o parto, o nascimento, o

A promoção da mulher é um processo cuja referência não é o homem mas a mulher que se promove.

desvelar, o vir à luz de algo até agora oculto, encoberto. E esse nascimento se dá como uma explosão: destrói tudo aquilo que está mais ou menos próximo.

Esse processo não é autônomo; está vinculado – quer o queirámos quer não – ao processo de promoção de povos e nações, de minorias e/ou maiorias, até hoje esmagadas e preteridas. Faz parte de uma mudança cultural mais ampla, que o transcende e o condiciona.

Por não saberem analisar e situar bem esse processo, tanto os



homens quanto as mulheres se sentem inseguras e angustiadas diante das consequências vivenciadas que ele acarreta. Essa insegurança e essa angústia se manifestam em cada um deles, de maneira peculiar.

Voltada para o futuro, procura a mulher alcançá-lo de repente, passando da submissão que a caracteriza à independência total, queimando, muitas vezes, etapas intermediárias.

Orientando, com essa atitude, o processo de sua promoção numa linha quase inevitavelmente unilateral, leva o homem a uma atitude de defesa do que considera seu espaço exclusivo e seus direitos inquestionáveis. Essa atitude de defesa, em vez de abri-lo ao futuro, fá-lo buscar abrigo no passado.

Surgem então conflitos existenciais e relacionais, impedindo-os de caminharem e de se promoverem juntos. Esquecem-se, por causa dos conflitos, de que, quanto mais forem ambos humanamente promovidos, mais maduro, adulto e complementar será seu relacionamento. Por causa disso, na prática, as mudanças exigidas por esse processo promocional se fazem de modo lento, trabalhoso e desgastante, sujeito a chuvas e trovoadas constantes que fazem surgir divergência onde deveria haver complementação.

Torna-se evidente que, numa sociedade construída sobre moldes absolutamente masculinos, cujas leis são feitas pelos homens e para os homens, a promoção da mulher encontra pouca receptividade. De fato não é fácil mudar-se de um momento para o outro, o próprio modo de ser e de situar-se no mundo, o

Numa sociedade construída sobre moldes masculinos, cujas leis são feitas pelo homem para o homem, a promoção da mulher encontra pouca receptividade.

próprio modo de nele agir embora exista, em tese, grande concordância sobre a necessidade de uma mudança no relacionamento homem-mulher. Esta é uma questão extremamente delicada, difícil de ser resolvida dentro do nosso atual esquema de vida; é uma questão que gera competição entre marido e mulher, não apenas na linha profissional, mas ainda em sua vida conjugal e/ou familiar, sempre que essa vida seja alicerçada em modelos ou valores hoje ultrapassados e considerados anti-funcionais.

Por ser essencialmente aberta ao futuro, a promoção da mulher coloca em pauta a necessidade de se criar um novo tipo de convívio do casal. Educado em uma sociedade machista, sente-se o homem agredido por essa necessidade, em seu modo de ser, de agir e de situar-se na vida. Sente-se ameaçado no próprio cerne de sua personalidade. Apenas aqueles que são mais esclarecidos e mais bem informados serão capazes de analisar essas barreiras, de partir para um novo tipo de vivência que, bem situada, pode enriquecer a ambos.

Se os casais que agora sofrem em consequência desse processo de promoção da mulher forem bastante conscientes e bastar-te criativos para assumi-lo a dois, sabendo que a assimilação das mudanças por ele exigidas supõe tempo e aceitação de etapas intermediárias, supõe construção de estruturas de apoio, chegaremos a uma etapa histórica em que o amor de ambos, mais despojado e mais maduro, conhecerá um novo e mais rico estilo de complementariedade.

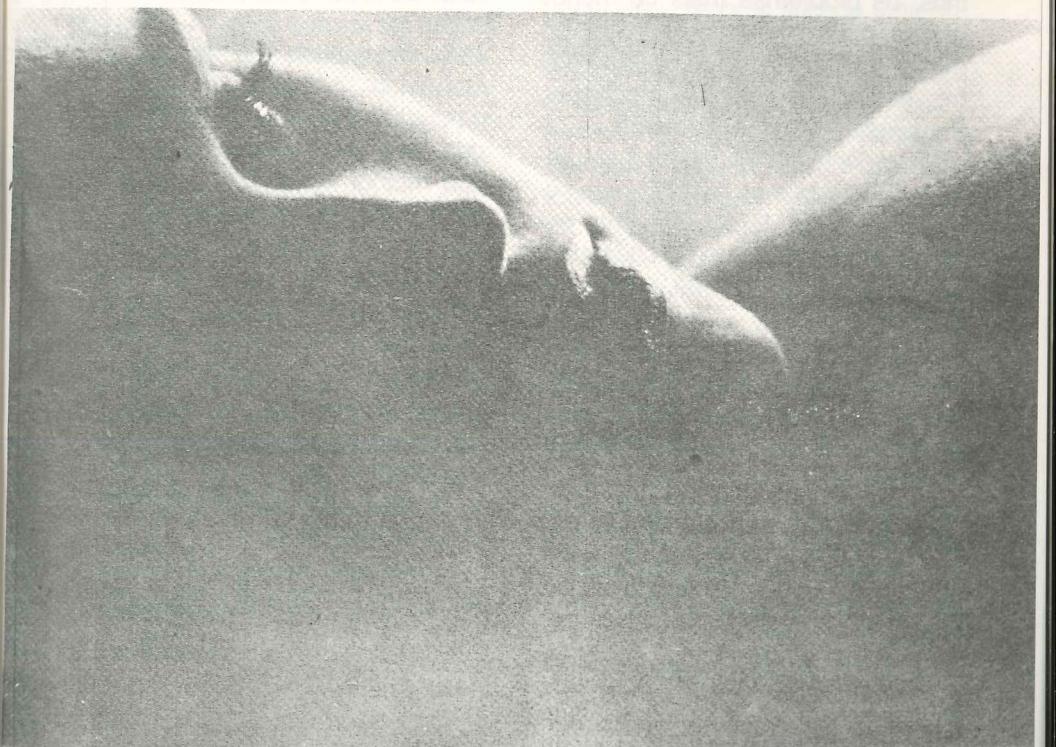
Teremos descoberto então que todos somos, ao mesmo tempo, seres em contínuo processo de transformação e seres transformadores, constantemente abertos a perspectivas e planejamentos voltados para o futuro.

## Abertura ao futuro: Questionamento da realidade

### Análise e crítica do conceito e da vivência do amor nas gerações precedentes

Como já o afirmamos, o amor não pode ser considerado apenas como um conceito filosófico ou religioso. É sempre um tipo de vivência localizado em seu tempo e em seu espaço. E precisa ser vivenciado nesse tempo e nesse espaço, sob pena de não poder existir.

Até bem pouco tempo atrás, o amor era encarado, pela Igreja, apenas como serviço à procriação. Seu aspecto de conhecimento mútuo, de convivência amorosa complementar era relegado ao segundo plano.



Situado num mundo patriarcal o ideal e os objetivos do casamento eram ditados pela conveniência do marido, considerado, em qualquer circunstância, chefe e cabeça da mulher. As pessoas se casavam na expectativa de viverem um grande amor e isto, em geral, não se concretizava, pois a vida matrimonial era rotulada e programada pela sociedade e pela Igreja. Tudo isto era considerado necessário para assegurar uma estabilidade estática, considerada como elemento essencial e indiscutível da vivência conjugal e/ou familiar.

Sem levar em conta os anseios e as necessidades dos que se casavam, considerava-se que o lar feliz seria sempre fruto da opção de uma mulher que se esquecia, que se sacrificava, que se anulava ocultando de todos, e mesmo dos próprios filhos, os problemas mais ou menos graves, mais ou menos angustiantes que a vivência familiar, estruturada nesses moldes rígidos e machistas, lhe causava. Nesse ambiente as famílias educavam as moças para serem cinderelas e os rapazes para serem Peter Pan. E o casamento era considerado um ponto de chegada e não um ponto de partida, como hoje o vemos.

Tais condicionamentos fizeram com que essas gerações tenham, com sua vivência e seu testemunho, desidealizado a noção de amor institucionalizado, chegando a justificar, não teórica mas praticamente, a necessidade de se passar do sonho de uma vivência de amor à vivência da resignação e de uma espécie camuflada de desamor.

Sua influência na geração poste-

Num mundo patriarcal, o ideal e objetivos do casamento eram ditados pela conveniência do marido.

rior foi tão decepcionante que muitas pessoas preferiram não se casar optando por relacionamentos eventuais vividos sem um compromisso duradouro, ou por permanecerem solteiros. Aqueles que tiveram coragem de assumir uma vida a dois o fizeram procurando construir sua vida em moldes diferentes, sem repetir, na medida do possível, os erros e as limitações do passado.

Embora sua experiência ainda condicione muito o relacionamento amoroso da nova geração, a visão dos jovens e sua consequente visão do amor é muito diferente. Desejam os jovens viver, a dois, uma nova experiência de amor experimentando grande dificuldade de mudar, de repente, o estilo antigo que lhes foi transmitido, por outro que melhor responde aos seus anseios e às suas necessidades.

Essa tentativa tem sido penosa. O movimento pendular da mudança provoca desequilbrios e exageros, como reação normal à radicalidade e severidade da geração precedente; várias experiências se sucedem e, em geral, grande parte delas tem sido concretamente frustrantes, embora possam abrir novas perspectivas e novos caminhos.

Reagindo contra a influência da mentalidade das gerações anteriores:

– enfatizam os jovens de hoje

mais o aspecto provisório e vivencial do amor do que suas dimensões de estabilidade; esta lhes aparece mais como consequência da vivência do amor que como objetivo que modela essa vivência;

– enfatizam, não como exigência de uma estabilidade pré-estabelecida, mas como consequência, às vezes provisória de uma vida vivida a dois, a dimensão complementar e solidária do relacionamento amoroso, sem as quais o próprio amor se desgasta;

– acreditam, não num ideal sublime, romântico, mas num novo modo de gostar, de conviver que, assumido em parceria, tem possibilidade de crescer ao longo dos dias, tornando-se mais e mais importante para a sobrevivência dos cônjuges e de suas famílias.

Tudo isto torna evidente a diferença, muitas vezes brutal, entre os relacionamentos amorosos de ontem e de hoje, tornando-se ainda evidente a necessidade de se criarem perspectivas e condições diferentes para que esse novo relacionamento possa ser levado a termo com possibilidade de êxito.

Torna-se evidente ainda que, hoje a vivência do amor não pode ser modelada por experiências das gerações anteriores, o que constitui constante desafio para os novos casais: cada geração é chamada a construir seu caminho com sua própria experiência, quase sempre trabalhosa e dolorosa, caminhando para a frente, sem perder de vista os acertos e desacertos das gerações que a precedem. Esse caminhar supõe opções conscientes e adultas, supõe erros e destruição, às vezes

Os jovens enfatizam a dimensão complementar e solidária sem a qual o amor se desgasta.

prejudiciais; supõe capacidade de análise e de crítica, e coragem de recomeçar, quando necessário. Tudo isso torna evidente que hoje, tanto o homem quanto a mulher precisam ter mais maturidade e mais capacidade criativa para levarem seu casamento a termo.

### Vivência de relacionamento sexual dentro e fora do casamento

À repressão sexual vivida pelas gerações anteriores sucede uma onda de permissividade que supervaloriza e paradoxalmente empobrece o relacionamento sexual, desligando-o de seu significado de doação e aceitação mútuas, de compromisso assumido a dois em vista de realização de uma vida em comum.

Atualmente o homem e a mulher se relacionam sexualmente sem se importarem muito com os compromissos que esse relacionamento possa supor ou exigir: suas expectativas se resumem, em geral, em viver o momento com toda a intensidade, seja ele um momento de grande amor, seja apenas um momento de carinho, de ansiedade, de companherismo.

Para a geração atual uma relação sexual aparece como a melhor forma de diálogo de duas pessoas,

sejam elas casadas ou não, sejam ou não de sexos diferentes. Para que ele seja "prazeiroso" e satisfatório, parece aos jovens que deve prover de uma atração física, de uma afeição ou amizade partilhada, do fato de um se sentir bem e feliz na companhia do outro, de esportaneidade da doação. Quando realizada dentro de uma vida assumida e vivida em comum, supõe ainda aprendizagem, adaptação de um ao outro, o que demanda certo tempo; supõe existência de afetividade e de expectativas comuns e afinidade em diversos níveis.

E os próprios jovens chegaram à conclusão, nas respostas a nós enviadas, de que, reduzir relação conjugal a orgasmo significa não ter noção do próprio sentido da vida; significa ignorar que essa relação, na vida a dois, é, ao mesmo tempo, causa, estrutura e efeito do relacionamento mais amplo do casal – e, por isso mesmo, não é possível isolá-la da multiplicidade de significados que possui. Por isso, na vida a dois, o sexo tem papel complementar, jamais poderá ser considerado como o objetivo dessa união.

Existem, na vivência do casal, expectativas que não são de natureza sexual e que, por isso, não poderão ser satisfeitas apenas através do ato sexual. Um relacionamento maduro não espera encontrar nele solução ou remédio para frustrações e problemas diversos.

Esperar do sexo mais do que ele pode proporcionar talvez seja uma das consequências da alienação que os meios de comunicação social costumam provocar, muitas vezes, intencionalmente.

Há expectativas do casal que não se satisfazem apenas através do ato sexual.

Essa experiência pode decorrer ainda da fragilização da própria pessoa. Todos vivemos numa época de exploração do ser, muito mais do que de interiorização; uma época de revirar-se do avesso e não de procurar-se dentro de si mesmo. Isto faz com que coloquemos icdas as nossas expectativas no mundo, nos outros, em tudo o que é exterior a nós – e, portanto em relacionamentos sexuais novos e esporádicos.

O problema é muito complexo, e é raro estarem os casais preparados para viverem o ato sexual como uma celebração que englobe toda a realidade, tanto pessoal, quanto conjugal e social de sua vida. Quando bem situado, pode o ato sexual, na verdade, superar qualquer expectativa: ajuda o processo de amadurecimento das pessoas através da doação recíproca e do prazer partilhado, tornando-se mesmo condição necessária para uma paternidade e uma maternidade salutar e esperançosa, porque livremente assumida a dois. Essa vivência supõe maturidade, visão global do problema relacional e do sentido de vida. Não nos podemos esquecer, no entanto, de que existem altos e baixos na vivência do relacionamento sexual, como existem em toda a nossa vida.

Apesar de existirem hoje mais informações e menos tabus, por fal-

ta de uma cultura mais profunda muitos casais continuam a pensar que o êxito de sua vida é medido por sua atividade sexual e que essa atividade é 99,9% responsável pelo bom êxito dos casamentos.

### Divórcio, casamentos posteriores

Multiplicam-se os desafios no ambiente conturbado em que vivemos; pelo menos 70% daqueles que se casam no religioso não têm uma maturidade nem preparo suficiente para assumirem a responsabilidade de uma vida a dois. A catástrofe do primeiro casamento pode servir de

ensaio, de escola para nova vivência conjugal mais sadia devido à aprendizagem que se faz nesta, como em cada experiência de vida. O fracasso do primeiro casamento pode levar os que se separam a ter expectativas menos românticas, mais realistas, nas experiências subsequentes. Pode questioná-los e colocá-los em processo de crescimento, tornando-os capazes de uma auto-crítica mais objetiva e de melhor compreensão a respeito das causas e consequências do fracasso anterior. Pode surgir talvez, então, ligações mais maduras, mas nem por isso sem conflitos, relações sempre interpeladas por novos problemas que exigem novas avaliações e novas



críticas.

Não existe, no entanto, uma relação de causalidade necessária entre a separação e a possibilidade de se ser mais feliz, como também não existe uma causalidade necessária entre o casamento estável e duradouro e a maior felicidade do casal.

Casamento não é fruto de sorte, não é ponto de chegada. É, antes, ponto de partida, abertura para o futuro, vivência de um exercício de encaixe diário, construído com muito amor, respeito, compreensão, amizade.

Não existem relacionamentos perfeitos, estáveis, acabados. Existem, sim, relacionamentos dinâmicos, questionados por problemas normais que surgem com o passar do tempo. Enfrentando-os com serenidade e harmonia conseguiremos fazer crescer, tornar mais profundo e real nosso relacionamento.

E viveremos sempre alegrias e tristezas, plenitude e frustrações, paz e tormentos, cada vez assumidos com maior naturalidade.

Enganam-se aqueles que pensam que hoje as pessoas se separam levianamente. As separações são sempre uma carga a mais de sofrimento e acontecem muitas vezes quando o sacrifício de uma vida em comum supera, de muito, a felicidade nela encontrada.

O caminho da felicidade não supõe, necessariamente, assumir-se um novo relacionamento conjugal. Supõe, antes, ter certeza do que queremos, de estar em paz com a nossa consciência e saber que fazemos o máximo para atingir o objetivo que nos propomos.

## Análise e reformulação da atual estrutura familiar

Levando-se em consideração o fato de ser a vivência do amor sempre situada em determinado tempo em determinado espaço (lugar), aceitando o fato de ser por esses fatores condicionada, abrimos perspectiva para uma análise e uma crítica da estrutura familiar.

Experimentamos em nossa própria vida e em nosso próprio esforço de adaptação, o ritmo rápido e impiedoso do processo de evolução – processo que se realiza em todas as áreas, em todos os níveis. E percebemos ao mesmo tempo a lentidão com que se operam as mudanças estruturais necessárias, bem como a defasagem cada vez maior, existente entre o processo evolutivo e as necessárias mudanças, quer institucionais, quer estruturais.

Em sua travessia dramática têm as gerações jovens, nas famílias de seus pais, um ponto de referência interessante e intrigante, que as provoca e desafia, levando-as a tentar repensar e ressituir a base do funcionamento interno de suas famílias, bem como sua função e suas possibilidades de sobrevivência no mundo

Experimentamos o ritmo rápido da evolução da estrutura familiar e a lentidão das mudanças estruturais necessárias.

atual. Percebem que, apesar de suas limitações enquanto núcleo da sociedade, a família continua a ser insubstituível.

Percebem, através do testemunho se sua vivência e da reflexão que ela lhes propõe que:

- é necessário tentar fazer evoluir a atual estrutura familiar para que possa subsistir dentro do modelo social vigente, sem ser totalmente abalada ou destruída pelos grandes problemas macro-sociais;

- todos esses macro-problemas afetam a vivência familiar, enriquecendo-a ou destruindo-a, sem apresentar ou determinar, no entanto, modelos concretos a serem vividos;

- a promoção da mulher, por exemplo, a impossibilidade do homem em sua posição tradicional contribuem para tornar, hoje, a estrutura familiar anti-funcional e inoperante, tornando cada vez mais difícil para as crianças, viverem e se relacionarem com seus pais.

A estrutura familiar brasileira conserva resquícios patriarcais, exigindo da mulher os mesmos deveres e obrigações do tempo em que ela se dedica apenas à vida da família, dificultando-lhe assumir compromissos nas áreas profissional e/ou intelectual. E isto se dá quando a atual política financeira exige que tanto o homem quanto a mulher trabalhem na manutenção do lar;

- embora permissiva, a sociedade supõe e, através dos programas do curso primário, estimula e exige a permanência do modelo antigo de sua família, em que os pais podiam acompanhar e ajudar o estudo de seus filhos. Isto também dificulta a criação e/ou adaptação de

O casamento era considerado um ponto de chegada e não um ponto de partida.

É necessário fazer evoluir a estrutura familiar para que possa subsistir dentro do modelo social vigente, sem ser abalada ou destruída.

novos tipos de vivência familiar que proporcionem ao homem e à mulher maiores possibilidades de realização pessoal e/ou profissional;

- vivemos um período de mudanças experimentais que é em si, antifuncional. Existe realmente, embora muitos não a levem em consideração, uma estrutura familiar que se apresenta como padrão, em descompasso com o processo evolutivo do mundo moderno. Em torno dessa estrutura familiar estabilizada, coexistem diferentes formas de estruturas familiares, construídas pelas experiências mais ou menos felizes, feitas pelas famílias concretas, institucionalizadas ou não. A coexistência de estruturas extremamente diversificadas de vida familiar gera, desde conflitos extremos até relações afetivas autênticas e solidárias, apesar da permanência normal dos conflitos intrínsecos a qualquer tipo de relacionamento;

- essa co-existência de diferentes formas de estruturas familiares leva a crer que as famílias de hoje não tendem a se espelhar em padrões pré-estabelecidos, embora com eles conviva, quando se faz necessário.

## E os cursos de noivos? Como se situam face a toda essa problemática?

Em geral esses cursos não atingem os objetivos desejados por lhes faltar integração com o rápido processo evolutivo que faz nascer, nos jovens, uma nova cosmovisão. Essa cosmovisão se traduz em nova maneira de situar-se ante a vida e ante os vários problemas que ela apresenta.

Não têm ainda os cursos de noivos, integração com os seus programas de estudo e com os cursos religiosos que lhes forem eventualmente ministrados. Uma visão global do sentido de vida, presente em todas as suas facetas vivenciais lhes deveria ser ministrada sempre, mesmo de modo subliminar, a partir da 1<sup>a</sup> infância e, em seguida, através dos vários programas e cursos que constituem o currículo escolar.

Acontece ainda que, em geral, nossos processos educativos não formam a pessoa, apenas transmitem informações de modo arbitrário e autoritário. Para que todos esses cursos possam ser válidos será necessário mudar toda a estrutura educacional – partindo-se talvez para a implantação de uma dinâmica pedagógica participativa – o que supõe mudança de atitude do próprio magistério da Igreja. Do contrário, por estarem atrelados os cursos de noivos a “um setor da sociedade historicamente retrógrado e conservador – a Igreja católica” (resposta de um entrevistado) é possível que jamais possam ajudar muito aos jovens que hoje se casam.

## Nossos processos educativos não formam a pessoa, apenas transmitem informações de modo autoritário.

Por causa de tudo isso consideram os jovens esses cursos obsoletos e bitolantes, desatualizados, teóricos, pouco realistas e em grande defasagem com a vida atual; vêem-nos apenas como etapa da imensa burocracia que leva ao altar.

### Sugestões apresentadas

Todos nós temos que nos conscientizar da impossibilidade de se pensar e de se viver a vida a dois como realidade autônoma, apartada da confusão e das dificuldades que caracterizam o mundo moderno. Inserida nesse mundo, sofre seus embates, é questionada por seus desafios devendo, por isso mesmo, ser constantemente reformulada, colocando-se, ou de acordo ou contra os padrões e modelos de sistemas mais amplos e mais gerais que condicionam e delimitam.

É verdade que as pessoas continuam se buscando, continuam tentando amar, apesar da atual crise por que passa o casamento. Continua sendo também procurada uma situação de estabilidade matrimonial que não pode ser pré-fabricada, pré-planejada, pré-construída. Tudo isto é consequência da vida do homem de hoje, vivida e lutada com muita dificuldade; é consequência de mui-

to caminho andado, sob muitos sóis e muitas luas.

Parece por isso, aos entrevistados, que essa reflexão precisa abrir-se mais. Pressupostos como o amor conjugal e a família precisam ser revistos. Existem outras formas de se organizar um grupo familiar – um casal feliz, com filhos, não esgota as possibilidades de realização da vida familiar.

É preciso levar em consideração ainda, que somos, antes de tudo, seres em contínuo processo de evolução, de crescimento, de maturação e que o casamento deve ser fruto de uma vontade claramente definida e orientada para a vivência de um crescimento a dois – o que só poderá acontecer se tanto o homem quanto a mulher, conscientes do sentido da vida, estiverem de acordo sobre o modo como pretendem vivê-la.

É preciso considerar que somos seres em processo de evolução, crescimento e maturação.

É importante perceber que o processo de nosso crescimento é sempre dinâmico, sujeito a análises e críticas e a consequentes – e muitas vezes dolorosas – correções de órbita. Tudo isto supõe luta, sofrimentos, abertura ao futuro e profunda fé na busca da felicidade.

Essa vivência a dois, trabalhosa e conflitiva em si mesma, se realiza hoje dentro do rápido processo de transformação que caracteriza o momento em que vivemos. E, nesse processo, o próprio casamento está se transformando, o que exige. dos



cônjuges, grande capacidade criativa para poderem acompanhar, dia-a-dia, as etapas dessa transformação. Essa análise e crítica adultas possibilitem, aos dois, acumularem experiências bem transadas que os ajudarão a elaborar, em linhas muito amplas e gerais, o tipo de vida que deverão buscar, os tipos de aspiração que os norteariam abrindo assim, para ambos, maior possibilidade de sucesso.

É preciso notar ainda que todo e qualquer tipo de questionamento pode enriquecer a vida a dois, abrindo o caminho para um diálogo aberto, franco e leal.

Os casais poderiam então tornarem-se mais amigos, mais capazes de se respeitarem e de se aceitarem, com suas limitações e posicionamentos que assumem ou deixam de assumir, levando em consideração os dados que lhes são fornecidos pelo mundo em que vivem e que são coloridos pelos meios de comunicação social, de acordo com a maior conveniência do sistema vigente. Esses dados, por eles vividos ou percebidos seriam colocados por eles em confronto com a verdadeira mensagem evangélica e com as exigências reais e concretas de um mundo construído sobre a justiça e a fraternidade.

Sugerem então os pesquisadores que se programem reuniões de jovens e adultos, dando-lhes oportunidade de fazerem, em comum, um feed-back a partir dos dados que lhes são assim propostos, levando-os deste modo, através de técnicas de dinâmica de grupo, a descobrirem, juntos, o sentido de suas vidas, bem como a possibilidade de reali-

Vivemos num país em que a maioria não tem condições básicas para levar uma vida humana.

zação de uma vida bem vivida na complementação básica da vida a dois, no tempo e no espaço em que estamos hoje inseridos.

Essas sugestões grandemente válidas, deixam em aberto uma questão: vivemos num país – num continente – em que uma grande maioria não tem, sequer condições básicas para levar uma vida humana. Vivendo em ambiente sub-humano, com ele, em geral, se identificam tomando em suas vidas, por força das circunstâncias, atitudes também sub-humanas.

Falta a essa grande maioria capacidade e aptidão para amar e assumir as exigências da vida a dois de modo humano e consciente? E o casamento bem sucedido seria então, apenas uma possibilidade elitista?

Essa constatação mostra a necessidade urgente de uma ampla reforma social que possibilite a existência de uma sociedade mais justa, orientada para o processo de maturação de todos os homens e do homem todo.

Assim poderão todos tornarem-se pessoas bem estruturadas, capazes de agirem e de conviverem de modo equilibrado, capazes de formarem e manterem famílias nesse

mundo que hoje é nosso.

Então, talvez através das comunidades de bairro, de clubes de mães ou de outros similares, através da CEB, possam todos se reunir para refletirem e se posicionarem diante desses e de outros problemas que são de todos nós.

### Conclusão: A questão e seu questionamento

Para terminar, gostaríamos de expor aqui um comentário muito feliz, escrito por Simone de Beauvoir em seu livro: "Memórias de uma moça bem comportada". Trata-se, na verdade, de um comentário escrito em outra época, em outro país, por pessoa que vive uma realidade diferente.

Fora os detalhes, frutos de uma diferente situação histórica e cultural, parece-nos que o trecho abaixo transscrito nos ajudará a aprofundar essa reflexão.

Comentando as atitudes dos escritores então de vanguarda e sua influência sobre os jovens de sua geração bem como os questionamentos que eles faziam aos adultos de seu tempo, ela escreve:

"... Lia, febrilmente, todos os romances, todos os ensaios de meus jovens mestres. É normal que me houvesse reconhecido neles, éramos do mesmo meio. Burgueses como eu, sentiam-se como eu, pouco à vontade em suas peles. A guerra destruía-lhes a segurança sem os arrancar de sua classe; revoltaram-se, mas unicamente contra os pais, contra a família e a tradição. Enjoados da demagogia com que lhes ha-

É urgente construir uma sociedade mais justa, favorável ao processo de maturação de todos os homens e do homem todo.

viam entupido o cérebro durante a guerra, reclamavam o direito de olhar as coisas de frente e chamá-las pelos seus nomes; somente como não tinham, em absoluto, a intenção de abalar a sociedade, atinham-se ao estudo minucioso de seus estados de alma: pregavam a sinceridade consigo mesmo (autenticidade?) – pergunta nossa).

"Rejeitando as chapas, os lugares comuns, recusavam com desprezo as sabedorias antigas cuja falência tinham presenciado; mas não tentavam, tão pouco, construir outra; preferiam afirmar que é preciso nunca se satisfazer com nada: exaltaram a inquietação. Todo jovem, a par das idéias de seu tempo, era um inquieto".

"Eu estava exatamente na mesma situação desses desajustados jovens de família: separava-me da classe a que pertencia. Para onde ir? De jeito nenhum, descer às "camadas inferiores"; poderíamos devíamos ajudá-los a se elevar. (...) Como não percebia nenhum lugar nesse mundo que me conviesse encarei alegremente a solução de nunca parar em lugar nenhum. Devoteime à inquietação".

Não será mais ou menos isto que nos está acontecendo hoje? Não estaremos vivendo, com anos de atraso, esse questionamento

pseudo-global, provocado em nosso meio, não pela guerra mas por um sistema desumano e asfixiante que faz, talvez, mais vítimas que inúmeras guerras?

Não nos teremos instalado em questionamentos mais ou menos periféricos e que nos satisfazem na própria medida em que nos dispensam de "descer aos infernos" para libertar os cativos e os que vivem sem esperança?

Se descêssemos ao mais profundo da reflexão aqui iniciada, onde iríamos parar? Que atitudes e posicionamentos assumiríamos? Que novas perspectivas se abririam para nossa pobre vida a dois, muitas vezes sufocada e destruída em seus anseios mais legítimos?

Outra questão que talvez feche o leque, agora tão aberto:

Não estará acontecendo o mesmo conosco? Não estaremos nós, mesmo sem o perceber, colocando, sobre problemas dolorosamente reais e concretos, reflexões abstratas?

Não estaremos nós comprando tranquilidade de consciência ao denunciarmos injustiças flagrantes, sem nada mudar em nossas vidas? Não nos estaremos acomodando em camarotes resguardados, para melhor analisar e criticar o espetáculo que nos questiona, um palco que não é o nosso?

Quantos de nós já se despojaram de algo, já se situaram na vida, já desceram aos infernos e, de ricos se fizeram pobres como o fez Jesus, para levar todos à plena realização – como homens, como filhos de Deus, como irmãos?

Nada disso aparece nas respos-

A função dos movimentos é trabalhar pela humanização de todas as famílias, hoje, aqui e agora!

tas recebidas. Alargando os limites dessa reflexão, talvez possamos entrever caminhos e veredas que, sendo mais amplos e mais ricos que os nossos, os questionem, alarguem seus limites, tornando-os mais capazes de descobrir os caminhos do Senhor.

## E os Movimentos Familiares?

Essa reflexão ficará incompleta se não nos deixarmos questionar por ela, não apenas a nível pessoal, mas ainda a nível de movimento, e de movimento destinado à pastoral familiar. E esse objetivo não pode ser esquecido ou diluído. Se isto acontecer, teremos deixado um vazio no espaço e no tempo que nos tem sido dado viver.

Coisas muito graves estão sucedendo, mudanças profundas se operam constantemente, casais e famílias se debatem por perderem o chão sob os pés.

Todos os questionamentos aqui sugeridos se dirigem também aos movimentos familiares, situados, também eles, no tempo e no espaço que hoje, condicionam a vida de todos.

Se perderem sua dimensão concreta, se perderem sua ligação com o atual movimento histórico-cultural,

se transformarão em simples adorno.

Reconhecendo a importância e a gravidade dos problemas macrosociais não podem esses movimentos esquecer-se dos pequenos e inócos problemas familiares deles decorrentes – desses problemas que clamam por solução – desses problemas que asfixiam e matam casais e famílias.

Sua função não se destina a procurar salvar ou libertar apenas aqueles que são capazes de compreender e de elaborar uma reflexão como essa que acabamos de fazer. Sua função é trabalhar pela libertação, pela humanização de todas as famílias que vivem e lutam hoje nesse espaço e nesse tempo, isto é, hoje, aqui e agora. E a maioria dessas famílias não tem condições de descobrir, sozinhas, como aplicar o remédio à sua situação concreta, não são capazes de partir do diagnóstico para o processo de cura. Se soubessem fazê-lo não seria necessária a existência de uma pastoral familiar.

E é aqui que se situa o grave desafio, difícil de ser enfrentado: como responder às necessidades desses casais e dessas famílias, como ajudá-las de modo concreto e

- *Quais as consequências das separações que conhecemos? Para o casal, os filhos, as famílias, a comunidade?*
- *Quais as causas geralmente alegadas? Haverá outras causas mais remotas, menos visíveis? Exemplos.*
- *Em quê a sociedade, a Igreja, os meios de comunicação e cada um de nós, por ações e omissões, estaremos contribuindo para que essas separações sejam tão freqüentes?*
- *Como podemos contribuir para que haja menos separações e mais uniões estáveis, duradoras, o quanto possível "para sempre"?*

vivencial, a partirem do diagnóstico que elas não conseguem compreender à prática medicinal necessária à solução dos problemas que as afligem? Como levá-las a perceber que é necessário atacar o mal em sua raiz sem deixar de tratar, ao mesmo tempo, seus sintomas visíveis que, apesar de não serem o problema central, desgastam, sacrificam, destroem milhares de lares que, se bem orientados, talvez pudesssem subsistir? Como ensiná-las a partir para uma medicina preventiva?

Esse é um problema pedagógico sim, e é também um problema humano. Depois de ter descoberto esse horizonte mais amplo, têm os movimentos familiares que assumir, com todos os estilos de família – especialmente com os mais incapacitados de fazê-lo – suas necessidades, suas angústias, suas alegrias e suas esperanças, bem como as lutas e os trabalhos que são de todos.

Esse trabalho só poderá ser realizado se os diferentes movimentos familiares aceitarem conviver fraternalmente com todos os estilos familiares que hoje coexistem deixando-se questionar e enriquecer por eles, ao mesmo tempo que se questiona e enriquece com seu próprio carisma.

# Um depoimento

Patty Crowley

Ex-Presidente Internacional do MFC

Há vinte e cinco anos meu marido Pat e eu recebemos uma chamada telefônica a altas horas da noite. Um repórter nos perguntava qual o comentário que tínhamos a fazer à nova encíclica do Papa, "Humanae Vitae". Quatro anos antes, em 24 de novembro de 1964, Pat e eu recebemos uma carta de Paulo VI, convidando-nos para fazer parte de um grupo especial de estudos sobre população e controle de natalidade, criado originalmente por João XXIII, em 1963, e agora ampliado pelo seu sucessor.

Ficamos admirados de que pudesse haver dúvidas sobre o ensinamento da Igreja quanto ao controle da natalidade. Estávamos casados desde 1937. No início do nosso casamento, até o método do ritmo periódico era proibido. Também nos perguntávamos por que nos teriam convidado a nós. As nossas qualificações eram: que estávamos casados e nos achávamos envolvidos no Movimento Familiar Cristão, um movimento de casais que se encontram regularmente em pequenos grupos para examinar suas vidas à luz da mensagem do Evangelho e dar especial ênfase à ação em prol da justiça social.

Nestes encontros observávamos

as famílias tal como haviam sido influenciadas pela vida política, econômica, internacional, nacional e social. "Ver, julgar e agir", era o nosso lema. Chegamos à conclusão de que era altamente recomendado que um casal de um movimento leigo, que abrangia milhares de casais, participasse das reflexões do Vaticano sobre essa matéria.

Chegamos ao Colégio Hispânico de Roma e ali nos confrontamos com a notícia de que tínhamos de alojarmos em instituições diferentes. Pat teria de viver no colégio com os homens e eu teria que ir, com outras

seis mulheres que faziam parte da comissão de 55 pessoas, para um convento longe dali, a vários quilômetros de distância. Não gostamos.

Mas, como éramos dóceis, não implicamos. Mais tarde haveríamos de observar: "Aqui está um caminho para resolver o problema da natalidade!..."

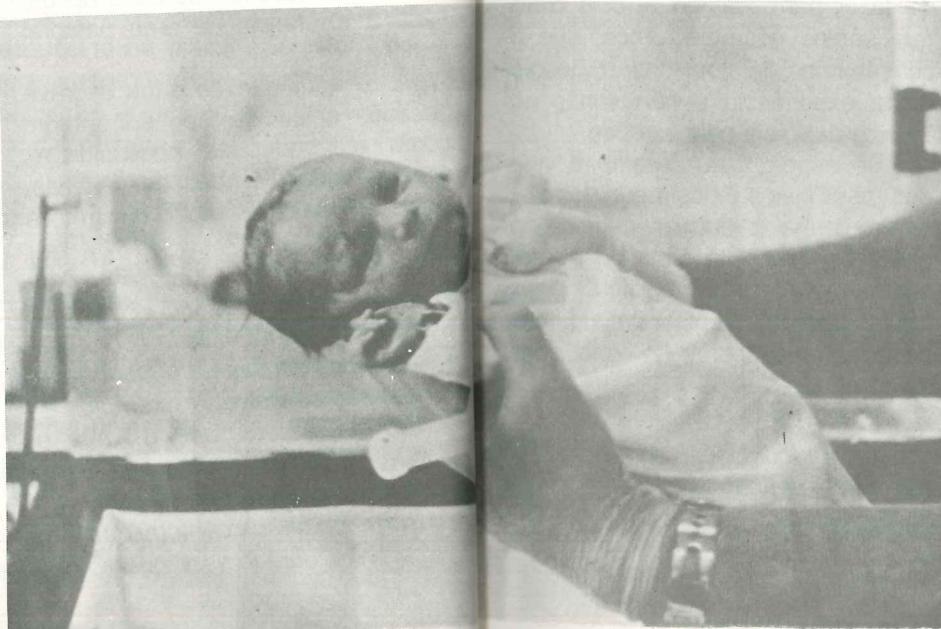
Pediram-nos para não falarmos à imprensa entre uma e outra sessão de estudos. Obedecemos salvo uma única exceção: fizemos referência à hospedagem separados. Como resultado, três casais foram instalados em apartamentos nos encontros seguintes.

Foram numerosos os testemunhos de peritos nestes encontros. A comissão era formada por médicos, teólogos, filósofos, demógrafos, psicólogos, zoólogos, economistas, bispos e cardeais. Os outros dois casais eram médicos, com clínicas na França e no Canadá. Pat e eu não entrávamos em nenhuma dessas categorias.

Qual era então o nosso papel? Coube-nos elaborar um questionário que devia ser enviado a casais para saber sua opinião sobre o método do ritmo. Contamos para isso com a ajuda do departamento de Sociologia da Universidade de Notre Dame. Mandamos o questionário a milhares de casais de todo o mundo, tanto integrantes do Movimento Familiar Cristão como leitores do Mensageiro de Santo Antônio. Esperava-se de um público como este que todos fossem fiéis aos ensinamentos da Igreja e não praticassem o controle da natalidade, por outros métodos.

Mas grande foi a nossa admiração. Recebemos centenas de cartas, quase todas falando das dificuldades tidas com o método do ritmo periódico. As histórias contadas tocavam-nos vivamente. E chegamos à conclusão de que Deus não pode esperar dos casais que tenham 6 ou 12 filhos com tantos problemas. As cartas foram colocadas numa pasta e entregues ao Papa. Deus sabe aonde é que elas foram parar! As cópias encontram-se nos arquivos da Universidade de Notre Dame (USA). O pe. Bernhard Hearing disse-nos que elas tiveram uma enorme influência no pensar dos teólogos.

Os teólogos encontraram-se separadamente para avaliar os dados. De entre eles, 90% chegaram à conclusão de que o controle da natalidade não era inteiramente mau e de que era possível mudar a visão da "Casti connubii" de Pio XI. Esta recomendação foi depois estudada pela comissão inteira e 90% dos integrantes revelaram-se de pleno acordo. Um documento elaborado



pela maioria e entregue ao Papa refletia esta opinião. Após o último encontro, pensamos que Roma se pronunciaria, apresentando o amor e o matrimônio de uma forma muito positiva.

O mundo esperou durante dois anos. Foi um tempo muito difícil para nós. Tínhamos passado grande parte do nosso tempo longe da família, trabalhando duramente, para conhecermos o ponto de vista de casais católicos normais. Pat e eu nunca mais ouvimos nada de Roma após a última sessão. Nunca nenhum sacerdote falou conosco da experiência que fizemos e do processo de desenvolvimento que sofremos nos dois anos em que fizemos parte do grupo de estudo. Sentíamos-nos isolados e, sem o nosso mútuo apoio, sucumbiríamos. Nós tínhamos ido a Roma, porque nos tinham convidado. Baseados no que então aprendemos, as nossas opiniões mudaram 180 graus e estavam em harmonia com o documento final da maioria.

Finalmente, em 1968, sem qualquer aviso, recebemos o telefonema. A altas horas da noite, alguém nos perguntava o que pensávamos da "Humanae Vitae". Pat e eu não podíamos acreditar no que ouvíamos.

Agora, após 25 anos, eu me sinto traída pela Igreja. O Papa afirma constantemente que o controle da natalidade por métodos "não naturais" é mau. Entretanto eu sei que

O papa afirma que o controle da natalidade por métodos "não naturais" é mau. Entretanto, os casais são obrigados a praticá-lo.

os casais são obrigados a praticá-lo.

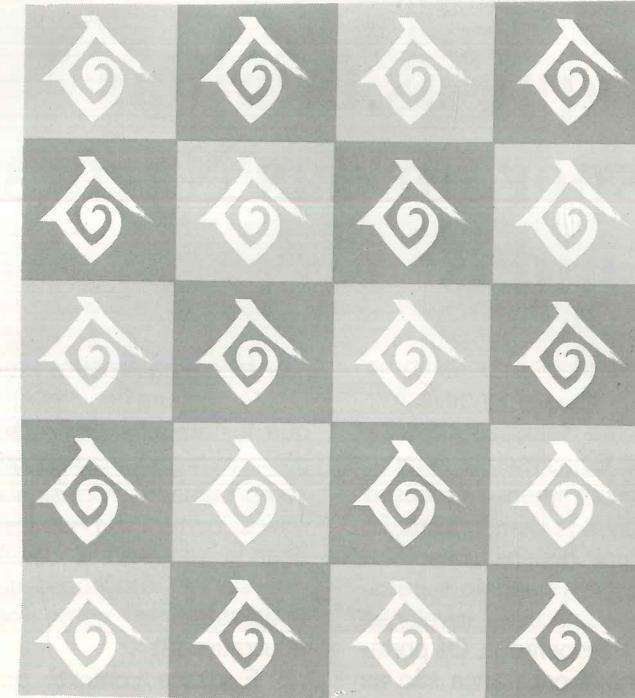
Se, como era opinião da maioria dos membros da comissão, o controle da natalidade não é intrinsecamente mau e, se é claro que a maioria dos católicos pratica algum tipo de controle "não natural", como é que a Igreja oficial pode continuar a manter os pronunciamentos da "Humanae Vitae"?

Quero uma Igreja que seja honesta em seus ensinamentos, que admita os seus erros e abra os olhos aos efeitos da sua rigidez. O impacto da "Humanae Vitae" tem causado brechas entre a Igreja e os casais jovens e não jovens.

Continuo a exigir o meu direito de fazer parte da Igreja, pois creio que somos nós, todos nós, que a constituímos. Estou triste depois desta experiência e não confio no esforço da Igreja pela verdade.

Só espero que, durante a vida dos meus filhos e dos meus netos, a Igreja venha a admitir o seu erro neste aspecto. Ela precisou de séculos para aceitar Galileu. Deus queira que só precise de algumas décadas para aceitar as conclusões da comissão."

- *Esse depoimento vivo nos surpreende? É justa a indignação da autora?*
- *As orientações da Igreja nessa questão serão definitivas? Poderão mudar? São acatadas e seguidas pelos casais cristãos?*



# O que as famílias esperam das Nações Unidas do Congresso do Estado das Igrejas

**José e Beatriz Resende Reis**  
Presidente do IBRAF  
Instituto Brasileiro da Família

# O que as famílias esperam das Nações Unidas

• "Hoje, os problemas estão se dilatando a dimensões mundiais. Por isso também as soluções deverão ser mundiais. Estas serão sempre mais fruto de um imenso processo de socialização e de democratização que incluirá uma dimensão espiritual e cósmica. Para que isto suceda, precisamos de uma nova revolução e de uma nova esperança. Os portadores desta nova esperança são as vítimas do atual sistema de convivência que privilegia a acumulação e o crescimento quantitativo à custa da marginalização e até exclusão de 2/3 da humanidade."<sup>(1)</sup>

A organização humanitária britânica Actionaid alerta para a crise do novo século. Pelo menos 1/5 da população mundial vive em estado de pobreza absoluta e o número de pessoas pobres entre os 5,5 bilhões de habitantes dos cinco continentes pode chegar a 1,5 bilhões na virada do século. O estudo revela um quadro bastante pessimista para as classes menos protegidas das regiões mais pobres do mundo e denuncia as assustadoras condições de vida de pessoas que se tornam cada vez mais vulneráveis a doenças e morte prematura. O atual nível de empobrecimento mundial afetará principalmente mulheres e crianças

na África e na América Latina"<sup>(2)</sup>

"A cultura ocidental moderna, que testemunha uma clara vontade de dominação, não respeita outros seres humanos. Considera-os como meios, como instrumentos (...) sacrificando uma parte constitutiva do seu ser em função do que oferece imediatamente como conveniente e lucrativo."<sup>(3)</sup>

É nesse contexto que a ONU procura defender os direitos do homem.

• Esses direitos, "por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas." Essa frase está no livro de Norberto Bobbio, *A era dos direitos*, Ed. Campus, pag 5, livro que seguiremos nessa segunda parte de nossa reflexão.

1. (BOFF Leonardo. Ecologia = mundialização = espiritualidade: Ed Ática pag 93).
2. (Jornal do Brasil. 20.03.93 – citado in *Tempo e Presença* nº 268).
3. (SANTA ANA Julio de. *A razão do sistema – o princípio de exclusão* in *Tempo e presença* nº 268).



Continua Bobbio, na pag 28: "Não sei se se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais de conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na terra. Com essa declaração um sistema de valores é – pela primeira vez na história – universal, não em princípio mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado."<sup>(4)</sup>

No entanto, essa "Declaração Universal é apenas o início de um longo processo, cuja realização final ainda não somos capazes de ver

(...); é algo mais do que um sistema doutrinário, porém algo menos que um sistema de normas jurídicas (...) – ideal a ser alcançado por todos os povos e por todas as nações (...) valem somente no âmbito do Estado que os reconhece."<sup>(5)</sup>

Ora, "num discurso geral sobre os direitos do homem, deve-se ter a preocupação inicial de manter a distinção entre teoria e prática, ou melhor, deve-se ter em mente, antes de mais nada, que teoria e prática percorreram duas estradas diversas, e a velocidade muito desiguais."

"...Nestes últimos anos, fala-se e continua-se a falar dos direitos do homem entre eruditos, filósofos, juristas, sociólogos e políticos, muito mais do que se conseguiu fazer até

4. (BOBBIO, pag 28).
5. (idem, 31).

agora para que eles sejam reconhecidos e protegidos efetivamente ou seja, para transformar aspirações (nobres mas vagas), exigências (justas mas débeis) em direitos propriamente ditos (isto é; no sentido em que os juristas falam de direito").(6)

“...A comunidade internacional se encontra hoje diante não só do problema de fornecer garantias válidas para aqueles direitos, mas também de aperfeiçoar continuamente o conteúdo da Declaração, articulando-o, especificando-o, atualizando-o, de modo a não deixá-lo cristalizar-se e enrijecer-se em fórmulas tanto mais solenes, quanto mais vazias.”

“Esse problema foi enfrentado pelos organismos internacionais nos últimos anos, mediante uma série de atos que mostram quanto é grande, por parte desses organismos, a consciência da historicidade do documento inicial e da necessidade de mantê-lo vivo fazendo-o crescer a partir de si mesmo”.(7)

“...O caminho a percorrer é ainda longo (...). A história humana, embora velha de milênios, quando comparada às enormes tarefas que estão diante de nós, talvez tenha apenas começado.”(8)

“As cartas de direito, enquanto permanecerem no âmbito do sistema internacional do qual promanam (...) são expressões de boas intenções de, quando muito, diretivas gerais de ação orientadas para um futuro indeterminado e incerto, sem nenhuma garantia de uma realização, além da boa vontade dos Estados, e sem outra base de sustentação além da pressão da opinião pública internacional ou de agências

A história humana, embora velha, de milênios, comparada às enormes tarefas que estão diante de nós, talvez tenha apenas começado.

não estatais.(9)

“... São documentos que tratam do que deverão ou deveriam ser direitos num futuro próximo, se e quando os Estados particulares os reconhecerem, ou se e quando o sistema internacional houver implantando os órgãos e os poderes necessários para fazê-los valer sempre que foram violados.”(10)

“Uma coisa, é direito, outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial, uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo, dotado de poder de coerção.”(11)

Trata-se agora, “de pôr as condições para uma mais ampla e escrupulosa realização dos direitos proclamados” (id, 23) pois, como vimos acima “a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de

fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor, não são um ser, mas um dever ser.”(12)

Trata-se de tomar consciência de que “a Declaração não pode apresentar nenhuma pretensão de ser definitiva. Também os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação, e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem (...); esses direitos “são produto, não da natureza, mas da civilização humana, enquanto di-

reitos históricos eles são mutáveis, ou seja, susceptíveis de transformação e de ampliação.”(13)

Trata-se de tomar consciência de que “as aceleradas transformações sócio-econômicas, políticas, culturais e religiosas em curso no mundo em que vivemos, estão ques-



6. (idem, 67).

7. (idem, 34).

8. (idem, 46).

9. (idem, 78).

10. (id, 82).

11. (id, 83).

12. (id, 29).

13. (id, 32).

tionando nossos modelos e paradigmas teóricos, nossa visão de mundo. Nossas práticas individuais e coletivas" (14).

• "Vivendo neste final de milênio, sentimos, (como seres humanos e como grupos familiares – comentário dos autores dessa reflexão) os movimentos sísmicos de um terremoto social profundo, no possível esgotamento de um período histórico (...). Não é apenas a crise de um sistema sócio-econômico como pensava a esquerda tradicional, vítima de sua própria modernidade do século XIX. Os mesmos embasamentos da modernidade são postos em questão, e os chamados parceiros da nova história podem vir dos lugares mais inesperados e surpreendentes (...). Hoje nos damos conta da multiplicidade e heterogeneidade dos atores sociais e do surgimento não previsto de situações inéditas. A história está em aberto e reescrita contemporaneamente a muitas mãos, num script permanentemente elaborado."(15)

Então, a grande maioria das famílias que hoje procuram viver ou sobreviver colocam, à ONU, o seguinte questionamento:

14. (ARROCHELAS M<sup>a</sup> Helena, Classes médias e a opção preferencial pelos pobres: ed. Paulinas pag 125 – Carta convite).

15. 5 (SOUZA L. Alberto Gomez de O. dinamismo transformador dos excluídos in *Tempo e presença* nº 268).

Vivemos hoje um terremoto social profundo.

"Os chamados excluídos (do sistema) não estarão, muito mais do que pensamos, no centro da própria história em gestação? A maneira como os vemos (...) não poderá ser vítima de nossos próprios preconceitos e de nosso acostumamento com as regras e as normas da "desordem instalada" que denunciamos sem conseguir superá-la?"(16)

Seria insensato propor que a ONU trabalhasse pela possibilidade da existência de "uma modernidade alternativa e integral que incorpore o imenso cabedal de ciência e de técnica (fruto da modernidade burguesa) com democracia social, em benefício de toda a humanidade (o sentido da modernidade proletária) numa consciência ampliada de um destino comum de toda a humanidade"? (17)

"Poderá parecer utópico? Lógico que é. Mas o utópico pertence à realidade, não é fuga dela, mas a descoberta de que não estamos no fim da história, de que a história está sempre aberta e de que (...) é desejando o impossível que nos abrimos à concretização do possível".(18)

16. (id. pag 42).

17. (BOFF L. livro citado, pag 103).

18. (id. pag 106).

*Se seu charme está em fumar não se esqueça que o charme de seu próximo poderá estar justamente em... não fumar!*

## Necessidades das famílias (II)

# O que as famílias esperam do Congresso

*Essa reflexão foi elaborada tomando como base a publicação **Brasil: alternativas e protagonistas, instrumento de trabalho da 2ª Semana Social Brasileira**. Pareceu-nos mais válido nos servirmos das reflexões e colaborações dos estudiosos do assunto, do que nos aventurar em reflexões de livre-atiradores. Todas as citações, portanto, são tiradas dessa publicação e, colocadas de modo diferente, constituem esse artigo.*

"Mais de 70% dos brasileiros estão nas áreas urbanas. A maioria está em grandes cidades, em metrópoles, forçada à submeter-se a condições de vida subhumanas. Segundo o Relatório do Brasil para a Conferência do Rio de Janeiro, no conjunto das áreas urbanas do Brasil, cerca de 20 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada; 75 milhões não dispõem de serviço de esgotos; e 60 milhões não são atendidos por coleta de lixo. Apenas 3% do lixo urbano tem destinação final adequada; 63% é lançado em cursos d'água e 34% a céu aberto." (pag. 92),

"A sociedade brasileira vive imersa em diferentes formas de violência, nas cidades e no campo.

E as pessoas, grupos, comunidades, sentem-se abandonadas, sem terem a quem recorrer. Junto com o descrédito dos políticos, muitos já não confiam no Judiciário ou nos aparelhos de segurança. Nem mesmo a relação com as Leis é segura pois, na prática, a mesma lei condena o pobre e inocente o rico. A esta falta de referências institucionais soma-se o sumiço de qualquer sentimento ou valor coletivo. O descrédito em relação à Pátria, ao seu futuro, é algo profundo e generalizado. O sentimento de nacionalidade vai desaparecendo junto com a falta de perspectivas concretas de vida. A prática política, presa ao curto prazo e à defesa dos interesses corporativos, levada adiante sem estar ligada a compromissos com algum projeto político para o país, só faz crescer a desesperança. Mesmo tendo havido as CPI's em relação ao Presidente Collor e ao Esquema PC e a do Orçamento contra a roubalheira de congressistas, o sentimento mais generalizado é de que elas não atingiram a todos os corruptos e de que, além disso, os atingidos não serão punidos como merecem. Desconfia-se cada vez mais das instituições. Esse sentimento generalizado de abandono e de falta de referências e

perspectivas vai fazendo crescer a perda de auto-estima. As pessoas e os grupos passam a agir impulsionados pela necessidade de viver e defender-se e afirmar-se no momento presente, sem estímulos para ações mais solidárias em sentido societário. E constroem códigos de comportamento a partir do grupo, fazendo suas próprias leis.

Esse conjunto de fatores converge na tendência de uma desordem social profunda. Instala-se uma dinâmica de desordem em todas as instâncias da vida: na família, na escola, nos partidos, nas associações, no Estado. A sociedade vai entrando num estado de anomia: o desencontro cada dia mais profundo entre a complexidade da vida social, os valores que deveriam fundamentar a convivência humana e democrática e as instituições que deveriam garantir e promover sua vigência." (pag. 40 e 41)

"No Brasil como no conjunto da América Latina, a modernidade não teve o mesmo significado histórico experimentado na Europa. Em vez de coroamento de um processo, a modernidade é a transposição de um estilo civilizatório baseado no avanço técnico como meta e no seu uso como símbolo de modernidade." (pag. 31)

Nossa situação de vida "é tecida numa urdidura e numa trama de casos e contingências, de acidentes" que fazem com que se exijam constantemente, do sujeito, "o ato da deliberação e da escolha." (...) "Vivemos submersos ininterruptamente em condições objetivas, de corte histórico, político, econômico e social, em condições subjetivas e reações

O poder dominante tende a abafar todo sinal de rebeldia dos oprimidos porque não aceita a subversão da ordem que moldou.

de intersubjetividade. Somos submetidos, continuamente, à contingência e ao acaso, que exigem não só uma deliberação contínua, uma escolha contínua, mas a constante recriação dos próprios valores humanos." (pag. 78).

"Os chamados sujeitos emergentes irrompem na conjuntura nacional, numa atitude de inconformismo com a situação de discriminação, de miséria e de morte. Também como abandono da passividade e como ação esperançosa dos excluídos na busca da sobrevivência e da melhoria das condições de vida da população. Para isto, protestam, reivindicam, pressionam e oferecem alternativas viáveis para a solução de seus problemas" (...) "tidos por descartáveis pelos setores dominantes, ocupam o cenário brasileiro, contestando as diferentes formas de adaptação social e o tecnicismo e, ao mesmo tempo, resgatam valores universais como a partilha, a participação, a dignidade e, sobretudo, a valorização da vida." (pag. 84).

"Ninguém inventa a luta. Ela é resposta alternativa às próprias condições precárias da existência." (...) "O poder dominante tende sempre a abafar todo e qualquer sinal de rebeldia dos oprimidos porque não pode aceitar a subversão da ordem que moldou conforme seus interes-

ses." (...) No entanto, "enquanto perdurarem as raízes da inquietação, a resistência popular reaparece, quebrando o medo e inventando alternativas." (pag. 86).

"A riqueza desses novos atores sociais é sua atuação como protagonistas de uma nova ordem pela vida e a experiência de uma prática plural e solidária sinalizando, com instituições importantes, para a construção de um novo modelo de sociedade." (pág. 85).

"Eles querem viver e viver felizes, também hoje, com dignidade, com reconhecimento social, além de respeitados na sua individualidade e subjetividade. Por isso sua contribuição vem carregada de valor político (o peso dos excluídos, suas formas de luta e organização, o pluralismo), de valor econômico (as melhorias concretas, os modelos alternativos) de valor pedagógico (com a participação, com as diferenças, com muita gente), de valor cultural (incorporação do saber popular, do simbólico, do não racional) e do valor ético-religioso (a transparência, a igualdade, a justiça e o transcendental). Tais valores sugerem um Projeto Global que seja economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e culturalmente plural." (pag. 96).

Surge hoje "a pergunta sobre a legitimidade de tudo aquilo que acontece em nosso país: a sua maneira de ser, a sua forma de organizar a vida social, econômica, política e cultural, as estruturas, as suas instituições, tudo o que constitui nossa vida em sociedade, em comunidade." (pag. 75).

Os novos protagonistas que sur-

gem são "justamente aqueles excluídos pelo sistema vigente." (...) "É o campo democrático popular assumindo seu protagonismo, que poderá viabilizar as alternativas reais para a construção do Estado democrático." (pag. 59).

Essa possibilidade esbarra tanto na dominação política quanto na dominação cultural. A primeira "se dá tanto no seu sentido amplo, que são as relações cotidianas, presentes na família, escola, Igreja, comunidade, sindicato, como também no sentido específico, que se dá nas relações das pessoas, ao nível municipal, estadual ou federativo." Enquanto a dominação cultural "se fundamenta em relações que já se sedimentaram e cristalizaram através da história, de modo que alguns chegam a considerá-las naturais, eternas e imutáveis e se constituem quase que num caráter nacional, numa espécie de personalidade base de um povo." (pag. 61). A dominação "é uma relação através da qual um indivíduo ou grupo apropria-se do poder, da capacidade de outro grupo" usando a ideologia ou mecanismos ideológicos da discriminação ou criação de estereótipos. (cf. pág. 60).

"A questão da miséria, do drama da fome, por força da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida mobilizou a sociedade civil brasileira em 1993. E já começa a ser consciência de muitos a grave questão da apartação social. Trata-se da compreensão de que uma parcela cada vez maior da população está sendo considerada uma sobra para as relações de produto e de consumo determinados pelo mer-

cado capitalista" e que "devem ser mantidos à distância, controlados, eventualmente assistidos, até que desapareçam." (pag. 39).

Para os que assim pensam, "a natureza da crise econômica vivida pelo país é conjuntural" e parece que "o crescimento econômico significará melhoria das condições de vida da população." Não percebem que a "exclusão social vivida por grande maioria dos brasileiros é resultado do modelo econômico (...) que não foi capaz de integrar os pobres" e que "o germe da exclusão social de imensas maiorias da população está contida na lógica do desenvolvimento econômico. "Existem, por isso, "duas nações no seio de um mesmo país: de um lado um grupo de privilegiados, de outro uma massa de assalariados sem qualificação nem competência para enfrentar a concorrência internacional." (pag. 48 a 49).

Então, "não se discute mais o Brasil, mas a economia brasileira e, dentro dela, apenas, o setor formal e oligopolizado." Seria, no entanto, necessário "buscar a compreensão crítica da crise no conjunto das relações e contradições sociais, das quais as econômicas são parte e ter coragem de propor uma revolução nas prioridades. Será que não chegou a hora de redefinir os propósitos para o país, fazendo uma revolução nas prioridades?" Será que "não temos a possibilidade de definir como prioritários na organização econômica o atendimento das necessidades básicas das grandes maiorias da população brasileira: alimento, educação, saúde, transporte público, moradia limpa e digna, acesso à jus-

tiça?" (pag. 44).

Surge, em consequência, a desagregação do aparelho estatal visível na "crise entre os três poderes da República, no empeachment da atual Federação, na indefinição do papel das Forças Armadas, na inadequação das políticas sociais, na descentralização centralizadora, na incapacidade de regulação da economia, na impotência diante da violência e criminalidade, etc". (pag. 55).

Torna-se fundamental que se fortaleçam as instituições clássicas da sociedade, revigorando-as a partir das novas mediações que emergem da sociedade civil "se quiser sair do estado de anomia provocado pela existência de poderes paralelos que geram o "fenômeno da criminalidade no interior da sociedade" e que possibilitem ou facilitam a existência de grupos que, no interior da institucionalidade vigente, ganham força desproporcional a outros grupos (...): poderosas redes de comunicação social, oligopólios, consensos de opinião mundial, etc". (cf. pag. 53 e 54).

Urge partir para a "construção do Estado democrático" (pag. 58) que "supõe um consenso negociado entre diversos atores" (pag. 57) consenso este tornado praticamente impossível pela "apartação social" que produz "atores" com recursos básicos tão desiguais e que não se reconhecem culturalmente?" Daí a necessidade de se construir um "Brasil alternativo", com o envolvimento de novos protagonistas e com grande processo de reeducação política nas discussões das questões sociais". (pag. 58).

Não podemos esquecer de que

"o ser humano é sempre um valor em si e por si, e exige ser tratado e considerado como tal e nunca ser considerado e tratado como um objeto que se usa, um instrumento, uma coisa (...). Outras palavras a grandeza do homem tem nome: a liberdade. A pessoa humana é um ser vocacionado à liberdade. A experiência da liberdade é a experiência do ser chamado sempre de novo contra todo tipo de coisificação" (pag. 80).

Por isso, "a práxis humana (...) tem sentido quando contribui para realizar a pessoa humana, para realizar a liberdade, quando ela contribui para realizar a dignidade." (...) Na sociedade capitalista o sujeito é o capital, a pessoa humana é o meio para realização deste sujeito e aquilo que ela faz, que ela produz não reverte em realização de si mesma." (pag. 80).

"Agir eticamente é agir na direção da libertação da pessoa humana. A ética é, no fundo, um processo de libertação. Liberta o homem para conquistar sua própria dignidade."

"Agir eticamente é levar a sério, em primeiro lugar, do ponto de vista da razão, a dignidade radical da pessoa humana. Em segundo lugar, do ponto de vista da fé, a identificação radical de Deus com os sofredores, com os oprimidos deste mundo." (pag. 81).

"Constata-se, por todo o país, a emergência de grupos e movimentos afirmando sua identidade cultural, tentando introduzir novas formas de relações sociais." (...) "Todos os excluídos da cidadania plena tentam, de uma maneira ou de outra, juntar esforços e somar forças no desejo

O utópico não é fuga, mas parte mesmo da realidade.

de participar, de conquistar seus plenos direitos e superar todas as formas de dominação." (pag. 68).

"O conjunto dos fatores que nos envolve indica claramente que esse é um tempo propício à elaboração de novos projetos políticos. Biblicalmente podemos qualificá-lo como um tempo oportuno e favorável. A maioria da população que sobrevive em processo de exclusão social, exige alternativas. Na verdade, em suas teimosas e criativas iniciativas sociais estão gestando alternativas, apresentando-se como protagonistas de novas relações sociais. E cresce o número de pessoas de outros setores sociais que desejam participar deste grande mutirão de idéias e de experiências, destinado a transformar o Brasil". (pag. 119).

É por isso que, nesse momento, nos dirigimos assim ao novo congresso que ainda não conhecemos. É como famílias que se tornam cada vez mais conscientes que o interpelamos, apresentando-lhe ao mesmo tempo, nossas angústias e nossas esperanças para que, tornando consciência delas, as assumam e nos ajudem, cumprindo sua missão própria, a construir a pátria que todos desejamos – como terreno em que as famílias possam viver e dar frutos, cem por um – frutos capazes de madurar e de seguir em frente na realização dos caminhos entrevistados.

# O que as famílias esperam do Estado

O Brasil foi um dos países que assinou a Declaração dos Direitos do Homem. Essa assinatura, longe de ser apenas um símbolo, é a ratificação de um compromisso assumido.

Embora os Direitos Humanos sejam encarados e formulados numa perspectiva universal, sua concretização se dá, na maior parte das vezes, a nível de Nação e de Estado. Cada Estado, tendo assinado a declaração, se comprometeu, ipso facto, a concretizá-los em seu país, dando-lhes uma conotação nacional e mesmo local.

Ora para poder cumprir com esse compromisso assumido, é preciso que nossos governantes conheçam bem a real situação do país, suas necessidades básicas, as prioridades que deverão ser assumidas em consequência. É preciso ainda que ordenem sua economia de acordo com essas prioridades assumidas, e que assumam, politicamente, um programa de ação que possa ser realmente executado.

É impressindível ainda que, sendo o Brasil uma república democrática, seja a sua população conscientizada a respeito do que o Governo se propõe a fazer, do porquê dessa sua decisão política e da im-

portância da participação de todos na construção de uma nova ordem que tenha suas raízes fincadas nas exigências dos Direitos Humanos.

No entanto, apesar de se ter comprometido a tudo isto ao assinar a Declaração dos Direitos Humanos, "qualquer brasileiro medianamente informado sabe (...) que metade da população brasileira vive na pobreza e que um terço dos pobres encontra-se em situação de miséria".

Somos, de fato, "um projeto de nação. O principal obstáculo à concretização desse objetivo consiste precisamente na divisão que a pobreza causa entre os brasileiros (...) a construção da nação brasileira depende da superação dessa dicotomia. Se esse objetivo não for atingido, viveremos uma sociedade de apartheid, com todo o cortejo de ressentimentos e violências que a palavra significa".(1)

Não é difícil perceber que, "no Brasil existe um povo à revelia do Estado, uma elite à revelia da Nação, e um Estado e uma elite incapazes de produzirem, para o País, soluções que restrinjam o impacto da passagem do estado de pobreza para o estado de miséria como vem ocorrendo em escala incomensurável."

Agir eticamente é agir na direção da libertação da pessoa humana.

Os homens se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos direitos fundamentais.

"As páginas dos jornais estão repletas de notícias sobre escravidão de homens, mulheres e crianças no Brasil e no mundo. É difícil calcular o número de pessoas; a diversidade das cifras apresentadas é desconcertante mas também reveladora."

Mais um exemplo:

"À beira do colapso, o sistema público do ensino produz uma situação em que todos se enganam" os que acham que ensinam e os que acham que aprendem. Nossa hipótese explicativa dessa crise reside no descolamento entre democracia e desenvolvimento, ocorrido nas últimas décadas.

Enquanto a tendência à democratização se ampliou, a crise econômica condicionou o processo, tornando-o irregular e inconcluso. (...)

O produto desta equação foi a ampliação da cobertura do ensino público com prejuízo da qualidade; maior ingresso de alunos com a elevação dos índices de repetência e evasão, queda nos índices de "analfabetismo absoluto" e incremento no índice de "analfabetismo funcional entre jovens e adultos".(4)

Tudo isto – e muito mais ainda, – demonstra que o País está dividido entre os que participam e os que são excluídos da modernidade. É



1. SAMPAIO, Plínio A., *Panorama e Gravidade da Pobreza* in *Tempo e Presença* nº 228.
2. SUMOG Ele. *O ritual das pequenas justiças* in *Tempo e Presença* nº 268
3. ESTERCI Neide. *Capitalismo escravidão e a ilusão do trabalho livre* in *Tempo e Presença* nº 268.
4. HADDAD Sérgio *Balanço da educação no ensino público* in *Tempo e Presença* nº 272.

esse o contexto cultural, político e sócio-econômico onde vivem os brasileiros – seres humanos vocacionados a atingirem a plenitude de sua humanização e dotados, por isso mesmo, de impulsos que os levam a procurar atingir, por etapas, essa meta inscrita em sua própria natureza.

Esses impulsos, no entanto, em contexto tão adverso, são, na grande maioria das pessoas, sufocados, exacerbados, desviados de seu verdadeiro sentido, porque desfigurados e negados por mecanismos sociais (econômicos, políticos, culturais, religiosos) manipulados por interesses nem sempre ostensivos. (5)

Tudo isto acontece embora no 3º artigo da Constituição esteja escrito “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”.

Tanto essa afirmação quanto a Declaração dos Direitos Humanos desafiam o Estado a “definir sua prioridade, (...) a saber o que e a quem deve atender primeiro. Num mesmo país e governo não podem conviver duas prioridades. Prioridade só existe uma, se não trata-se de lista de questões, o que é diferente”.

“De acordo com o compromisso assumido pelo Estado ao assinar a Declaração dos Direitos do Homem, a “prioridade absoluta deveria ser a de erradicar a pobreza e a miséria do País, mudando o rumo do desenvolvimento, acabando com a recessão e, em consequência, com a própria inflação”. (6)

Acontece que “a reação da população em defesa da sobrevivência não tem produzido resultados eficazes de garantia da vida ou que, pelo menos, amenizem tanto sofrimento.

No Brasil, há um Estado e uma elite incapazes de produzirem soluções para a miséria crescente.

Pelo contrário, as elites despoliticaram o quadro de miséria do País e o alçaram à categoria de fenômeno. O terrorismo sobre os sem terra e trabalhadores rurais, a inclemência contra as mulheres, a perversidade racial para com os negros e o assassinato em massa de crianças e adolescentes são tratados como fatos circunstanciais (7).

Apesar de tudo isto, podem-se perceber, mesmo assim, que a população adquire uma consciência mais clara do problema através do amplo processo de mobilização social que coloca a questão infanto-juvenil na pauta do dia e das preocupações dos brasileiros e exige um posicionamento de todos”. (8)

Tomamos aos poucos consciência de que a democracia é uma sociedade formada de cidadãos; de que os homens se tornam cidadãos

5. Cf. AMORIM Hélio. *Análise de Conjuntura Social* – mimeografiado.
6. J.B. 28.03.93, cit. in *Tempo e Presença* nº 268.
7. SUMOG Ele, art. cit.
8. OLIVEIRA José Donizete P. – *Direito da criança e do adolescente* in *Tempo e presença* nº 268.
9. BOFF Leonardo. *Ecologia – mundialização – espiritualidade*; Ed. Atica, pag 34.

quando lhes são reconhecidos direitos fundamentais (os mesmos declarados e aceitos pelo Brasil quando seu governo assinou a Declaração dos Direitos Humanos). E percebemos que todos vivemos numa democracia de fachada e não numa democracia de fato, já que grande maioria dos brasileiros é constituída pelos excluídos do sistema.

Repetimos mais uma vez: Os Direitos Humanos, universalmente declarados e aceitos pela maioria das nações, só serão concretizados quando aplicados no âmbito do Estado que os reconhece, transformando homens sem face e sem voz em cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de se situar e de agir como pessoas, construindo suas próprias famílias e seu próprio destino.

É justamente entre a proclamação e consequente aceitação universal dos Direitos Humanos e sua concretização no âmbito do Estado que os reconheceu publicamente que aparece, de modo claro e evidente, a defasagem entre a meta por eles proposta e a realidade, fruto de estruturas e instituições criadas e mantidas pelo mesmo Estado.

Em consequência disto, a maioria das famílias brasileiras tem como

- *Conhecemos as obrigações dos governos em relação às necessidades das famílias? O que diz a Constituição Federal?*
- *Quais as ações de governo em favor das famílias, que ainda dependem de leis complementares até hoje não votadas?*
- *Quais serão, hoje, as prioridades nas ações que cabem aos governos?*
- *O modelo econômico atual favorece ou dificulta a solução dos grandes problemas familiares do nosso tempo? Como e por que?*
- *O que podemos fazer, nessa busca de soluções? Individualmente? Com nossos grupos, organizações ou movimentos?*

A população já adquire uma consciência mais clara dos problemas através da ampla mobilização social.

“projeto de base (...) a sobrevida; garantir a comida mínima, uma vez ao dia; como e onde se esconder para passar a noite e guardar os mínimos pertences; como impedir que o filho cronicamente doente morra; como garantir a relação rudimentar marido-mulher e pais e filhos.” (9)

E as famílias, mais bem situadas na vida, se vêm divididas entre as exigências da competição cada vez mais exacerbada (fruto da subserviência das nações às exigências do mercado) e as necessidades e consequentes exigências colocadas por uma vida familiar humanamente bem estruturada.

Como ser família, se o Estado não propicia aos homens, mulheres e crianças, as condições mínimas necessárias para que possam viver, pensar e se situarem como pessoas participantes e responsáveis, dentro de um projeto global de vida?

# O que as famílias esperam das Igrejas

Segundo afirma Bruno Forte, em seu livro *A Missão dos Leigos* (Ed. Paulinas), “o mundo humano vai se afirmando autonomamente, independentemente da Igreja, revelando virtuosidades positivas e valores próprios” (pag. 34).

Referindo-nos antes à Igreja Católica, constatamos que grande parte de sua hierarquia, tanto ontem quanto hoje, não reconhece esses valores em sua autonomia, criticando-os em relação às “verdades eternas” confiadas através da revelação ao deósito do qual a Igreja é guardiã (cf. id. pag. 57).

Sendo assim, a Igreja tem extraído, dessas verdades “o juízo sobre todas as interrogações possíveis que a História lhe propõe, conforme uma lógica integrista, que presume possuir antecipadamente as soluções para tudo” (id. mesma pag.).

“O ser humano, (no entanto) sujeito de praxis histórica, não é um ser abstrato. Ele vive numa situação dada e numa comunidade ou grupo humano. Ao atuar transformando a realidade, já encontra um mundo pré-formado, estruturado segundo leis inerentes à realidade existente” (F. Taborda – Sacramento, Praxis e Festa, pag. 28).

Por isso mesmo “não se pode proceder, por deduções da revelação

diante da variedade das situações históricas, procurando na mensagem a resposta já pronta para as interrogações e para as urgências do presente, mas é preciso viver sempre o esforço da mediação, onde os polos a ser considerados – a cultura e o Evangelho, a salvação e a História – devem ser ambos tomados a sério em sua autonomia recíproca e nas resistências recíprocas...” (Bruno Forte, ob. cit., pág. 66 e 67).

Só assim as Igrejas poderão reconhecer a autonomia e a consistência do mundo profano em relação à esfera religiosa: isto significa adotar uma atitude de laicidade ou de secularidade e supõe o reconhecimento do valor próprio do conjunto de realidades e de escolhas mundanas que constituem a existência cotidiana de todo homem. (id. cf. pag. 56).

Isto significa que as igrejas devem respeitar a autonomia da realidade mundana, reconhecendo seus membros como sujeitos humanos “nos quais dignidade e responsabilidade próprias devem ser reconhecidas e promovidas.”

“Os direitos humanos – expressão de grande valor da laicidade em seu sentido autêntico – São um valor absoluto e inalienável também no âmbito das relações intra-eclesiais,

pois não existe autoridade, nem mesmo a sagrada, que esteja autorizada a desconhecê-los (...). “A autonomia e a criatividade dos indivíduos não devem ser reprimidas em nome de uma obediência absoluta e sem motivação; o direito à liberdade de pesquisa, de expressão e de escolhas histórico-políticas diferentes não deve ser sacrificado em nome de uma disciplina eclesiástica uniforme” (ibid, pag. 63).

Toda situação mundana tem a possibilidade de ser vivida em relação à promessa da fé, e por isso mesmo, examinada e orientada pela “reserva escatológica” que é própria do cristão. Não existem âmbitos separados – o sagrado e o profano, Deus e César – (...) existe um único âmbito da existência, com a complexidade dos relacionamentos concretos que a constituem, nos quais o cristão deve situar-se (...) respeitando a autonomia das realidades terrestres (...) e na permanente inquietante abertura para o horizonte do Reino.” (id. pag. 65).

Aceitando que “os homens jamais existem *in vitro*; que existem somente homens concretos, situados em relacionamentos concretos de independência, radicados em uma história, em uma cultura”, as igrejas deverão compreender que é a esses homens que deverá ser proclamada a Palavra de Salvação. E essa proclamação deve ser feita de tal maneira que essa Palavra possa ser ouvida, compreendida, assimilada e vivida.

Para proclamar a Palavra assim inculturada deverão ser, as próprias Igrejas “constitutivamente inculturadas”, isto é, precisamente e origi-



nalmente situada(s) na história de seu povo (...) porque fala(m) a mesma linguagem de sua gente, pensa(m) com a categoria dos homens concretos que a compõem, vive(m) as tensões e contradições que eles vivem e faz(em) ressoar nelas a força vivificante do Evangelho (id. cf. pag. 73).

Só assim as igrejas serão realmente “o lugar do encontro da história trinitária de Deus e da história humana, onde uma passa continuamente na outra, para transformá-la e vivificá-la e onde a aventura deste mundo é conduzida rumo à sua plenificação em Deus.” (...) “Essa condição (...) exige da Igreja (das igrejas) estar completamente situada na terra dos homens; a iniciativa e a fidelidade do Deus trinitário (...) não é voltada para uma história abstrata, inexistente, mas para a história concreta, para as histórias bem circunscreitas por coordenadas do espaço e do tempo. (id. cf. pag. 70).

Como muito bem explica Taborda, em seu livro citado, a vida do homem e sua práxis histórica é sempre situada e comunitária. Há sempre um pré-texto (situação) e um contexto (comunidade) onde se tece pela ação e reflexão o tecido (texto) da sociedade futura (Taborda, ob. cit, pag. 31). Isto significa que "por seu Espírito Deus age na vida de cada um e na comunidade" (id. pag. 110) e que "a experiência do Deus revelado é uma experiência histórica, não só no sentido de que se dá na história, considerada esta como palco em que Deus aparece, mas no sentido de que se dá através da história, como criação da história por parte dos que o experienciam. E por isso mesmo significa desinstalação, risco, cria tensões. A fé em Deus, a busca de sua vontade não nos protege de acontecimentos históricos, sendo que nos remete a eles." (Taborda, ob. cit, pag. 106).

A recusa da autonomia do mundo levou à valorização exacerbada do sagrado que, nas relações interciliais acabava por ser absolutização da mediação "hierarquia", isto é, daquele poder sagrado que do "sagrado" era considerado depositário e administrador." (Bruno Forte, ob. cit., pag. 57 e 58). Daí se chegou a uma atitude de eclesiocentrismo "pelo qual a Igreja, sociedade perfeita" e auto-suficiente para suas necessidades deve perfilar-se, nos confrontos dos séculos em atitude – a única possível – de ensinamento e de juízo." (id. pag. 57).

Essa sua postura integrista "acentua de tal maneira o absoluto do Evangelho que chega a perder de vista a concretização tantas vezes

A experiência de Deus se dá na história e através da história, o que significa risco e tensões.

sofrida por aqueles aos quais o Evangelho é anunciado" – "Atitude de quem tem sempre respostas prontas para tudo, dadas sem participação e sem amor, de quem sempre sabe dizer os "não" a Deus, não se importando muitas vezes com os "sim" mesmo humildes e provisórios dos quais todos nós temos necessidade para viver e morrer." (Bruno Forte, ob. cit., pag. 80 e 81). E acontece que essas respostas são dadas pelas instituições eclesiásticas que têm o poder de exigir obediência com a força das sanções não só terrenas, mas ultraterrenas.

Se quiserem ser aceitas por comunidades de pessoas conscientes e responsáveis, hoje principalmente, as igrejas terão que ter consciência de que a multiplicidade de situações que se apresentam como alternativas vivenciais "permite que a fé seja vivida diferentemente nas circunstâncias pessoais e nas diferentes épocas históricas (...)." A "entrega a Deus que se apresenta e se comunica ao homem na história (...) se realiza em diversas circunstâncias, em situações políticas, econômicas, sociais, culturais diferentes e nelas se tem que traduzir, com elas se articular." (Tabora, ob. cit, pag. 23).

Por não terem as igrejas tomado clara consciência dessa necessidade, as normas por elas preconizadas

não foram, em geral, assumidas de modo livre e pessoal pelos homens e comunidades que as formam, sendo substituídas, com facilidade, por uma perspectiva psicologizante.

Essa perspectiva e as consequências dela derivadas são vividas hoje pelas famílias com uma contestação pacífica, nem sempre conscientemente formulada, como uma atitude de crítica não considerada necessariamente pelos que a vivem, como processo de ruptura com suas respectivas Igrejas.

Algumas vezes essa atitude se manifesta através de discursos críticos, propostos quer claramente quer de modo subliminar pelos meios de comunicação social, gerando um processo de resistência coletiva às orientações antes acatadas, aparentemente sem discordâncias.

Esse fato constitui um desafio às Igrejas, pois "o reconhecimento do direito de todos os homens a crer de acordo com sua consciência é estreitamente ligado à reafirmação dos direitos de liberdade, antes de mais nada, ao direito à liberdade religiosa e, depois, à liberdade de opinião." (Bobbio, ob. cit. pag. 209).

Tudo isto nos leva a perceber que "o eclesiocentrismo deve ser superado em favor de uma eclesiologia dialógica e ministerial: a igreja em diálogo e a serviço de todos os homens reconhece que não é depositária exclusiva da verdade, que está aberta para a dignidade e liberdade de cada pessoa, de toda situação histórica para colher os valores originais e propor a palavra evangélica. Isto exige relacionamento sereno, mesmo se criticamente vigilante, com as culturas; se for sempre ne-



cessário recusar toda identificação entre mensagem e cultura, para não esvaziar o "escândalo" cristão, será igualmente necessário identificar o próprio e o original de todo o mundo cultural para colocá-lo em comunicação real e reciprocamente com o Evangelho. Isto exige não apenas a disponibilidade para escutar e para o diálogo com as posições diversas, mas também a aceitação da "peculiaridade do momento cultural" para um confronto com o momento da "fé" dentro da consciência moral." (Bruno Forte, ob. cit, pag. 66).

Sem a recepção cuidadosa e crí-

tica da laicidade do mundo, sem o diálogo aberto e disponível com o interlocutor mundano, a Palavra permanece sufocada: ao contrário, é nessa percepção e nesse diálogo que ela liberta sua força crítica e libertadora em relação a todas as situações humanas.

"A dimensão da laicidade do mundo torna-se assim uma dimensão da qual não pode prescindir a Igreja que queira ser presença de salvação entre os homens de hoje". (id., pag. 67).

Assim procedendo, as igrejas tomarão consciência de que "vivemos, não num universo, mas num multiverso." (Bobbio, ob. cit., pag. 209).

Essa tomada de consciência faz descobrir a necessidade de uma visão pluralista, que responda aos desafios de uma realidade plural, profundo questões plurais que levam à descoberta de caminhos diferentes e específicos – e não de caminhos estereotipados, incapazes de responder às atuais demandas e que deixam, consequentemente, sem respostas as perguntas fundamentais que hoje se colocam.

Num multiverso essa abertura pluralista não é apenas um método de convivência, mas é exigência do novo contexto que hoje é o nosso; supõe a aceitação do outro, não apesar de sua diferença, mas justamente em sua diferença.

É preciso então que as igrejas não apenas tomem consciência de que "aceleradas transformações sócio-econômicas, políticas, culturais e religiosas (...) estão questionando (...) modelos e paradigmas teóricos, nossa visão de mundo, nossas práti-

Sem o diálogo aberto da Igreja com o mundo, a palavra permanece sufocada.

cas individuais e coletivas", (Carta in Classes Médias e Opção Preferencial pelos Pobres, pag. 125, Ed. Paulinas) como da necessidade de se deixarem questionar por aqueles que convivem com essas transformações. No multiverso em que vivemos, essa atitude não é apenas um dever moral; é ainda uma necessidade inerente à própria natureza da verdade, proclamada dentro da história, às pessoas nela situadas.

Dentro de um contexto de reflexão diferente, Bobbio, em seu livro, identifica essa atitude como **tolerância**. Essa palavra, em português, sugere, não uma visão conscientemente pluralista e realista, mas o modo de se situarem os donos da verdade em relação àqueles que não participam de suas convicções e não aceitam suas propostas. Lembra "eleitos" que suportam os que não foram "eleitos". Resolvemos, por isso, aproveitar suas idéias, que nos parecem válidas, sem adotar o termo "tolerância" por ele proposto.

A atitude pluralista "não implica a renúncia da própria convicção firme, mas implica pura e simplesmente a opinião (a ser eventualmente revista em cada oportunidade concreta, de acordo com as circunstâncias e as situações)" de que as propostas derivadas da proclamação do que se considera verdade devem ser

assimiladas e vividas por pessoas concretas, condicionadas por possibilidades e limitações também concretas.

Significa o reconhecimento de que o ser humano é capaz de encontrar, mesmo tateante e errando, os caminhos que podem levá-lo a se realizar humanamente no hoje de sua existência.

Significa ainda aceitar que a adesão àquilo que consideramos como ideal a ser proposto se deve dar por convicção íntima de cada um, e não por imposição de igrejas que se julgam hegemônicas – pois a liberdade interior de cada um é um bem demasiadamente elevado para que não seja reconhecido e respeitado (cf. Bobbio, ob. cit., pag. 209-216).

Toda essa realidade que hoje vivemos constitui um desafio à intelectualidade leiga cristã no sentido de "desclericalizar a produção teológica" (Paulo Couto Teixeira, Classes Intermediárias e Opção pelos Po-

O ser humano mesmo errando e tateando, é capaz de encontrar os caminhos da humanização, no hoje da sua existência.

bres; Uma Teologia de Solidariedade? in Classes Médias e Opção Preferencial pelos Pobres, organizado por Maria Helena Arrocheles, pag. 101 – Ed. Paulinas), de se "retomar o verdadeiro papel e situação do ser humano (dentro desse multiverso existente, acrescentarmos nós), fundando-se uma nova ética que o torne capaz, não apenas de construir o mundo, mas de questionar, de forma livre e fecunda, com autoridade e espírito eclesial, a própria Igreja em sua forma institucional e até comunitária." (William Rolderick S.V. de Vasconcelos, Pastoral de Classe Média a partir do Poder – Serviço, no livro acima citado, pag. 114).

## Livros

### Ponto de Partida

Temário de reuniões de grupos de casais, para o início da caminhada.  
Edição MFC.

### Um Passo Adiante

Temário de formação para equipes de casais e comunidades familiares, com boa fundamentação bíblica.  
Edição MFC

### Pés na Terra

Temário para revisão de vida e aprofundamento, próprio para equipes de casais ou comunidades familiares.  
Edição MFC

### Amor e Casamento

Livro para noivos, editado pelo MFC para uso nos cursos de preparação ao casamento, já na 15ª edição  
Edição MFC

### Eis o MFC

Livro que define o MFC, seu ser, sua vida e sua ação, leitura necessária a todos os seus membros.  
Edição MFC

### Distribuição

Livraria MFC  
Rua Espírito Santo, 1059/1109  
Tel. (031) 222-5842  
30160 Belo Horizonte-MG

# A família na Constituição

## CAPÍTULO VII Da família, da criança, do adolescente e do idoso

**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do ca-

sal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais, e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem

como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e à convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatroze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispor a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulos ao Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins;

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte dos estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

**Art. 228.** São plenamente inimputáveis os menores de dozoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**Art. 229.** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

**Art. 230.** A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

**Os direitos estão aí. Vamos cobrar?**

# Família e violência

As famílias se espantam com tanta violência. Tanto as pequenas do dia-a-dia até as grandes de Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Ipanomâmis, Acari...

E vem o medo: a próxima vítima pode ser um de nós.

O que fazer? Quem tem dinheiro põe grades nas janelas e nos jardins, alarmes nas casas e nos carros. Os mais ricos contratam seguranças. Sair de casa à noite para um sorvete, nem pensar.

Ficamos prisioneiros e não dormimos tranquilos.

As reações a tudo isso costumam ser um amontoado de tolices. Uns pedem a pena de morte, que não deu certo em nenhum país. Outros querem cercar as praias e só deixar entrar quem tem documentos e paga a entrada, para impedir que os pobres tomem banho de mar, com medo de arrastão.

Ninguém pára para pensar nas causas da violência.

É claro que quem vive na miséria, lutando todo dia para não morrer de fome, acaba ficando com raiva de quem tem tudo e esbanja riqueza. Coloquem-se no lugar deles. E não venham dizer que os ricos são ricos porque trabalharam muito. A gente sabe que a maioria dessa moçada bronzeada das praias vive de mesa da dos pais e só fazem é estudar e esticar nas praias e nos bares, porque ninguém é de ferro. Os outros, lascados, trabalham desde pequenos; não conseguem estudar, têm que estar sempre correndo atrás de

algum dinheiro para reforçar o salário minguado, isso quando conseguem emprego.

Ora, ou a gente faz alguma coisa para consertar essa injustiça, ou o medo vai crescer. A violência vai aumentar. De repente, as grades e alarmes já não vão adiantar nada.

Então, apavorados, vamos querer fazer alguma coisa. Mas talvez seja tarde demais. É melhor começar agora. Vamos exigir mais justiça social, melhores salários, mais emprego, menos corrupção dos ricos e poderosos, e todas essas coisas que os políticos e governantes têm que fazer bem feito.

Mas tem muita coisa que só depende de nós mesmos. O que já fizemos pela Campanha contra a Fome? O que estamos dividindo com os que não têm nada? O que estamos fazendo para diminuir o sofrimento dos mais pobres, doentes ou idosos?

Temos que aprender a combinar uma forte ação política com grande dose de generosidade em relação aos que sofrem por tanta injustiça social. Arregaçar as mangas. Descruzar os braços. Não há tempo a perder!

Ou esperar a vez de ser a próxima vítima da violência.

**Ano Internacional da Família**  
**IBRAF – Instituto Brasileiro da Família**  
**MFC – Movimento Familiar Cristão**

## Leia e assine

# fato e razão

UMA REVISTA PARA LER  
RELER E GUARDAR



## Peça os números que faltam na sua coleção

Encomendas e assinaturas podem ser feitas por telefone ou carta à Livraria do MFC:  
Rua Espírito Santo, 1059/1109 30.160-031  
Belo Horizonte MG  
Tel. (031) 222-5842

Assinatura - 4 números: R\$ 10,00  
Número avulso: R\$ 3,00  
Número atrasados disponíveis, sujeitos a confirmação.

